

PERIODICIDADE | TRIMESTRAL

 JAN.FEV.MAR

2018

BO
LE
TIM
DE



IMESC

CONJUNTURA

ECONÔMICA MARANHENSE

GOVERNO DO
MARANHÃO
GOVERNO DE TODOS NÓS



IMESC

INSTITUTO MARANHENSE DE
ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS
E CARTOGRÁFICOS

O Boletim, fruto do trabalho de uma das linhas de pesquisa do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), tem por missão subsidiar o Governo do Estado com informações sobre a dinâmica da atual economia maranhense, bem como sobre as perspectivas de curto e médio prazos.

WWW.IMESC.MA.GOV.BR

GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO

Flávio Dino de Castro e Costa

SECRETÁRIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Cynthia Celina de Carvalho Mota Lima

PRESIDENTE DO INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS

Felipe Macedo de Holanda

DIRETOR DE ESTUDOS E PESQUISAS

Dionatan Silva Carvalho

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE DADOS

Lígia do Nascimento Teixeira

DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

André Luiz Lustosa de Oliveira

DIRETOR DE ESTUDOS AMBIENTAIS E CARTOGRÁFICOS

Josiel Ribeiro Ferreira

COORDENAÇÃO

Erivam de Jesus Rabelo Pinto Junior

João Carlos Souza Marques

ELABORAÇÃO

Anderson Nunes Silva

Dionatan Silva Carvalho

Erivam de Jesus Rabelo Pinto Junior

Geilson Bruno Pestana Moraes

Gianna Beatriz Cantanhede Rocha de Lima

Humberto Victor Santos Chaves

Jainne Soares Coutinho

João Carlos Souza Marques

Marlana Portilho Rodrigues

Paulo Eduardo Robson Mendes

Rafael Thalysson Costa Silva

Talita de Sousa Nascimento

REVISÃO/DIAGRAMAÇÃO

Camila Carneiro / Gustavo Sampaio

CAPA/DIREÇÃO DE ARTE

Yvens Goulart

NORMALIZAÇÃO

Dyana Pereira

Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense / Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos-IMESC. v. 6, n. 1 (jan./mar. 2018). – São Luís: IMESC, 2018.

Trimestral

58 p.

1. Economia – Maranhão I. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos

APRESENTAÇÃO

Temos a honra de apresentar ao público a primeira Edição do Boletim Trimestral de Conjuntura Econômica do Maranhão do ano de 2018, referente ao primeiro trimestre do ano. O Boletim, fruto do trabalho de uma das linhas de pesquisa do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), tem por missão subsidiar o Governo do Estado com informações sobre a dinâmica da atual economia maranhense, bem como sobre as perspectivas de curto e médio prazos. A análise estrutura-se em três dimensões, tomando como base o panorama das Economias Internacional, Nacional e, sobretudo, Maranhense. O trabalho inicia com o aprofundamento do Cenário da Economia Internacional, a partir da dinâmica das principais Economias Avançadas e Emergentes. Na segunda parte, trata-se a Conjuntura Econômica Nacional, através de indicadores de Nível de Atividades (PIB, Produção Industrial, Comércio, Endividamento e Inflação); Comércio Exterior e Balanço de Pagamentos (Commodities, Balança Comercial e Balanço de Pagamentos); Mercado de Trabalho e Finanças Públicas. Na parte final, são apresentados os indicadores disponíveis acerca da Economia Maranhense: O Nível de Atividade Econômica do Estado é analisado por meio de indicadores da Produção Agrícola, Financiamento Imobiliário, Comércio, Endividamento, Produto Interno Bruto Maranhense e Investimentos. Além dessas informações, o Boletim contém análises relacionadas aos indicadores do Comércio Exterior (Movimentação Portuária e Comércio Exterior); Mercado de Trabalho Estadual (Formal e Informal) e Municipal e, por fim, das Finanças Públicas Estaduais (Receitas, Despesas e Responsabilidade Fiscal). Com uma ampla base de informações, o Boletim de Conjuntura Econômica do Maranhão destina-se aos gestores e técnicos governamentais das mais diversas áreas, aos empresários, trabalhadores e potenciais investidores, aos acadêmicos e pesquisadores, assim como ao público interessado em geral.

SIGLAS

ABAC	Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios
ABECIP	Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança
ADP	Diidrogeno-Ortofosfato de Amônio
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
BACEN	Banco Central Do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEF	Caixa Econômica Federal
CEMAR	Companhia Energética do Maranhão
CNC	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNM	Confederação Nacional de Municípios
COPOM	Comitê de Política Monetária
DBGG	Dívida Bruta do Governo Geral
DCL	Despesa Corrente Líquida
DLSP	Dívida Líquida do Setor Público
DPF	Dívida Pública Federal
DTP	Despesa Total com Pessoal
EMAP	Empresa Maranhense de Administração Portuária
Fecomércio/MA	Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Maranhão
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FGV	Fundação Getulio Vargas
FIEMA	Federação das Indústrias do Maranhão
FMI	Fundo Monetário Internacional
FPE	Fundo de Participação do Estado
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICEC	Índice de Confiança do Empresário do Comércio Ludovicense
ICF	Índice de Confiança das Famílias
ICMS	Imposto sobre circulação de mercadorias e Serviços
IEMA	Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IR	Imposto de Renda
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
LSPA	Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NUCI	Nível de Utilização da Capacidade Instalada
OPEP	Organização dos Países Produtores de Petróleo
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PEIC	Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor
PGFN	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PIB	Produto Interno Bruto

PIS	Programa de Integração Social
PMC	Pesquisa Mensal do Comércio
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PRT/PERT	Programa de Regularização Tributária
RCL	Receita Corrente Líquida
RERCT	Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária
RFB	Receita Federal do Brasil
SAF	Secretaria Estado de Agricultura Familiar
SAGRIMA	Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca do Maranhão
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SECTI	Secretaria da Ciência Tecnologia e Inovação
SEDES	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
SEDUC	Secretaria da Educação
SEFAZ/MA	Secretaria da Fazenda do Estado do Maranhão
SEINC	Secretaria de Estado de Indústria Comércio e Energia
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SEPLAN/MA	Secretaria de Planejamento do Estado do Maranhão
SES	Secretaria Estadual de Saúde
SFH	Sistema Financeiros de Habitação
SINFRA/ma	Secretaria de Estado da Infraestrutura do Maranhão
SIUP	Serviços Industriais de Utilidade Pública
SSP	Secretaria de Segurança Pública
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCE/ma	Tribunal de Contas do Estado do Maranhão
TEGRAM	Terminal de Grãos do Maranhão
TUP	Terminal de Uso Privativo
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
VA	Valor Agregado

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Mundo: World Economic Outlook - Taxa de Crescimento Anual do PIB das Principais Economias Mundiais em 2016 e 2017 e Projeções para 2018 e 2019.	10
Tabela 2. Brasil: Taxas de Crescimento do PIB Trimestral (em %), entre o 1º Tri/2015 e o 4º Tri/2017	12
Tabela 3. Brasil: Desempenho Trimestral da Indústria por Categoria de Uso, Resultados Mensais do Trimestre Encerrado em jan/17, Comparações Interanual, Mensal e Trimestral (com ajuste sazonal), e Acumulado em 12 meses.....	13
Tabela 4. Brasil: Taxas de Crescimento do Volume de Vendas do Comércio Varejista (em %) - nov/17 a jan/18 (com ajuste sazonal) e Acumulado em 12 Meses (em %).....	15
Tabela 5. Internacional: Cotação Média Anual, Mensal e Projeções para as Principais <i>Commodities</i> Presentes na Balança Comercial Brasileira e Maranhense. Valores em US\$ (nominal).....	21
Tabela 6. Brasil: Balança Comercial de 2010 até 2018*, Valores em FOB US\$	23
Tabela 7. Brasil: Balanço de Pagamentos 2015 a 2018* (US\$ milhões)	24
Tabela 8. Brasil: Saldo Anual de Emprego Formal por Subsetor de Atividade Econômica, 2016 e 2017, Primeiro bimestre * de 2017 e 2018; Variação Absoluta	26
Tabela 9. Brasil: Resultado Primário do Governo Central - 2016, 2017, jan/17 e jan/18, Crescimento em % Nominal e Real Inflationado pelo IPCA - (R\$ milhões)	28
Tabela 10. Maranhão: Estimativa de área plantada e colhida, produção e rendimento médio dos principais produtos acompanhados pelo LSPA - 2017 e fev/2018	32
Tabela 11. Brasil, Nordeste e Maranhão: Total de Financiamentos para Aquisição de Imóveis (R\$ milhões inflac. IPCA), Participação do Nordeste e Brasil 2007 a 2016, Taxa Média de Crescimento Anual 2007 a 2016 (% a. a.), 2016/2015 e Taxa de Crescimento 2017/2016 (acumulado até novembro) e participação (%)	34
Tabela 12. Maranhão: Investimentos Privados e Públicos Estaduais e Federais em Andamento e Projetados (R\$ milhões) - 2018 a 2022.....	37
Tabela 13. Maranhão: Investimentos Públicos e Privados no Porto do Itaqui em Andamento e a Iniciar (R\$ milhões)	39
Tabela 14. Maranhão: Balança Comercial de 2010 a 2018*, Valores em US\$ milhões e Variação (%) .	45
Tabela 15. Maranhão: Principais Produtos Presentes na Pauta de Exportações de 2016 a 2018* (Valores em US\$ milhões (FOB) e Quantidade em 1000/t.)	46
Tabela 16. Maranhão: Pauta Anual das Importações por Categoria de Uso de 2016 a 2018*, Participação do Total e Variação (Valores em FOB US\$ milhões e Participação e Variação em %).....	47
Tabela 17. Maranhão: Principais Produtos das Importações de 2016 até 2018*, Valores em US\$ milhões, Quantidade em 1000/t e Var (%).....	48
Tabela 18. Nordeste: Geração de Emprego Formal de 2017* a 2018*; Saldo Mensal e Variação Absoluta	49
Tabela 19. Maranhão: Geração Anual de Emprego Formal de 2016 e 2017, Segundo Subsetores de Atividade, Saldo no 1º Bimestre* de 2017 e 2018 e Variação Absoluta.	50
Tabela 20. Maranhão: Saldo de Empregos Celetistas por Município, Segundo Setores de Atividade: Maiores e Menores Saldos de Contratações no 1º Bimestre de 2018*	52
Tabela 21. Maranhão: Número de Ocupados, segundo os Grupamentos de Atividade, de 2014 a 2017, em Mil Pessoas, Variação Absoluta'	54
Tabela 22. Maranhão: Ocupados por Posições na Ocupação, Categorias de Emprego e Taxa de Crescimento (%) de 2014 a 2017	55
Tabela 23. Maranhão: Receitas do Estado a Valores Constantes (R\$ Milhões, corrigidos pelo IPCA até jan/18), Crescimento (%), Variação Absoluta, Percentual de Transferências Correntes/Receita Total, Receita Tributária/Receita Total e ICMS/Receitas Tributárias – 2016 e 2017, jan/17 e jan/18.....	57
Tabela 24. Maranhão: Arrecadação de ICMS por Setor de Atividade Econômica: Valores Constantes em R\$ Milhões (IPCA até jan/17), Participação %, Crescimento e Variação Absoluta - 2016, 2017, jan/17 e jan/18	58
Tabela 25. Maranhão: Despesas do Estado a Valores Constantes (R\$ Milhões, corrigidos pelo IPCA), Crescimento (%) de 2016, 2017, jan/17 e jan/18.....	59

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Mundo: Taxa de Crescimento da Economia Mundial (%) de 1980 até 2016. Estimativa para 2017 e Projeções de 2018 até 2022.	11
Gráfico 2. Brasil: Evolução do Nível de Utilização da Capacidade Instalada, entre jan/12 e jan/18.....	14
Gráfico 3. Brasil: Vagas Geradas (em milhares) e Volume de Vendas no Varejo (%) – 2005 a 2017	16
Gráfico 4. Brasil: Abertura Líquida de Lojas com Vínculos Empregatícios segundo Ramos do Varejo - 2017.....	16
Gráfico 5. Brasil: Intenção do Consumo das Famílias – ICF (em pontos) – fev/10 a fev/18.....	17
Gráfico 6. Brasil: Percentual de Famílias Endividadas, Com Contas em Atraso e Sem Condições de Pagá-las (em %) - fev/11 a fev/18.....	18
Gráfico 7. Brasil: Evolução do IPCA; Preços dos Monitorados, Não Comercializáveis e Comercializáveis - Percentual Acumulado em 12 Meses entre fevereiro de 1999 e fevereiro de 2018.....	19
Gráfico 8. Brasil: Curva de Juros Futuros (DI x Pré) períodos selecionados, entre abr/18 e jan/22 em %. (fev/18 e mar/18).....	20
Gráfico 9. Brasil: Massa de Rendimentos Reais ¹ (R\$ em bilhões) e Taxa de Desocupação Trimestral (%), de 2012 a 2018 ²	26
Gráfico 10. Brasil: Resultado do Setor Público Consolidado em % do PIB - Acumulado em 12 Meses - 2002 a 2018*.....	29
Gráfico 11. Brasil: Dívida Bruta do Governo Central em % do PIB - 2002 a 2018*.....	30
Gráfico 12. Brasil: Composição por Indexadores da Dívida Pública Federal – dez/04 a dez/2017.....	31
Gráfico 13. Maranhão: Evolução das Vendas do Comércio Varejista Restrito e Ampliado - Cresc. 12 meses (em %) - jan/05 a jan/18.....	35
Gráfico 14. São Luís: Confiança do Empresário do Comércio - ICEC, em pontos - mar/14 a mar/18... 35	
Gráfico 15. São Luís: Evolução do Intenção de Consumo das Famílias (ICF) - Média trimestral, em pontos -Mar/2012 a Mar/2018.....	36
Gráfico 16. São Luís: Percentual de Famílias Endividadas, com Contas em Atraso e sem Condições de Pagá-las (em %) - mar/14 a mar/18.....	37
Gráfico 17. Maranhão: Investimentos do Governo Estadual em Andamento por Segmento (R\$ Milhões).....	41
Gráfico 18. Maranhão: Contratações de Obras Públicas pelo Governo do Maranhão de 2011 a fev/2018 (Valores Corrigidos pelo IPCA de fev/2018) - R\$ milhões.....	42
Gráfico 19. Maranhão: Percentual das Contratações de Obras Públicas pelo Governo do Maranhão por Segmento em 2017.....	43
Gráfico 20. Maranhão: PIB nominal (em R\$ milhões) e Taxa de Crescimento real do PIB - 2010 a 2018.....	43
Gráfico 21. Maranhão: Variação em volume do Valor Adicionado do PIB, segundo os setores de atividade econômica (valores em %) - 2011 a 2018.....	45
Gráfico 22. Maranhão: Saldo de Empregos Celetistas por Município: Maiores e Menores Saldos de Contratações em 2017*.....	52
Gráfico 23. Brasil, Nordeste e Maranhão: Taxa de Desocupação das Pessoas na Força de Trabalho, por Trimestres de 2012 a 2017, (em %).....	54
Gráfico 24. Brasil e Maranhão: Rendimento Médio Real (em R\$) de Todos os Trabalhos e Massa Real de Rendimentos (R\$ bilhões), Média Móvel de 4 Trimestres - Do 1º tri/2013 ao 4º tri/2017, inflacionados pelo IPCA a Preços de nov/17.....	56
Gráfico 25. Maranhão: Despesas Total com Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida e Limites pela LRF - 3º Quadri/06 a 3º Quadri/17 (em %).....	60
Gráfico 26. Maranhão: Dívida Consolidada Líquida em relação à Receita Corrente Líquida e Limites da LRF (em %) - 3º Quadri/06 ao 3º Quadri/17.....	61
Gráfico 27. Brasil: Dívida Consolidada Líquida em relação à Receita Consolidada Líquida (em %) - 3º Quadri/16 ao 3º Quadri/17.....	61

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO	8
1. CENÁRIO INTERNACIONAL	10
2. CENÁRIO NACIONAL	12
2.1. Nível de Atividades	12
2.1.1. Produto Interno Bruto	12
2.1.2. Produção Industrial	13
2.1.3. Comércio	15
2.1.4. Endividamento	17
2.1.5. Inflação	18
2.2. Comércio Exterior e Balanço de Pagamentos	20
2.2.1. <i>Commodities</i>	20
2.2.2. Balança Comercial	22
2.2.3. Balanço de Pagamentos	23
2.3. Mercado de Trabalho	25
2.4. Finanças Públicas	27
3. CENÁRIO ESTADUAL	32
3.1. Nível de Atividades	32
3.1.1. Produção Agrícola	32
3.1.2. Financiamento Imobiliário	33
3.1.3. Comércio	34
3.1.4. Endividamento	36
3.1.5. Investimentos	37
3.1.6. Produto Interno Bruto	43
3.2. Comércio Exterior e Movimentação Portuária	45
3.2.1. Comércio Exterior	45
3.3. Mercado de Trabalho	49
3.3.1. Municipal	51
3.4. Finanças Públicas	56
3.4.1. Receitas Estaduais	56
3.4.2. Despesas Estaduais	59
3.4.3. Responsabilidade Fiscal	60

SUMÁRIO EXECUTIVO

Os dados recentes confirmam a continuidade da retomada da atividade econômica no Brasil, embora em ritmo ainda lento. Segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 1,1% em 2017, depois de 7% de queda acumulada no biênio recessivo 2015-16. Pelo lado da oferta, o destaque foi a Agropecuária, com expansão de 13%, devido à safra recorde. A indústria ficou estável, após encolher por três anos, e os serviços avançaram 0,3%.

Pelo lado da demanda, o consumo das famílias, após 9 trimestres em queda, reagiu no segundo e terceiro trimestres de 2017, levando à uma expansão daquele agregado à taxa de 1,0% no ano passado. Há evidências, contudo, de que uma parte expressiva desta reação se deveu à liberação dos saldos em conta do FGTS, uma receita não recorrente, bem como, a melhora gradativa do acesso ao crédito e do mercado de trabalho. Naquele ano, o investimento agregado recuou 1,8%, e o consumo do Governo geral caiu 0,6%. Para a FGV, o nível de utilização da capacidade instalada industrial registrava 73,1% em jan/18, contra a 83,1% em jan/14, revelando enorme capacidade ociosa. Corroborando a fraqueza da retomada, os dados da PNAD Contínua referentes ao 4º trimestre de 2017 mostram que quase a totalidade da criação de postos de trabalho, naquele ano, ocorreu no setor informal.

A expectativa média de mercado (Boletim Focus, do Banco Central, em 23/03) é de que o PIB brasileiro deve crescer 2,5% em 2018, em lenta recuperação, favorecida pela deflação dos alimentos e pelos juros básicos em 6,5% (pode cair até 6,0%, a depender do ritmo de diluição do bônus agropecuário nos próximos meses), mas refreada por incertezas elevadas quanto ao ajuste fiscal, à dinâmica do investimento agregado e à aproximação de eleições gerais em contexto de agravamento da crise político-institucional, com judicialização da política (para não dizer politização do Judiciário) e riscos crescentes de turbulência política e social.

A projeção do Grupo de Conjuntura do IMESC para o crescimento do PIB Maranhense foi reavaliada para 4,8% em 2017 e 3,5% em 2018. O PIB maranhense de 2017, calculado pelo IMESC em convênio com o IBGE, será divulgado somente em novembro de 2019. No entanto, o crescimento do Valor Adicionado Bruto do Setor Agropecuário, estimado com base nas informações do Levantamento sistemático da produção agropecuária (LSPA/IBGE), deve ter sido responsável por 80% do crescimento do PIB maranhense em 2017, corroborando o acerto das políticas de adensamento das cadeias produtivas agroindustriais e de inclusão socioprodutiva, que vêm maximizando o desempenho da economia maranhense como parte integrante do chamado MATOPIBA e porta de saída do Corredor Centro-Norte.

Em 2018, segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA/IBGE), o aumento esperado da produção de grãos no Estado deverá atingir 16,1%, contribuindo com 1,0 ponto percentual para o PIB projetado. Os prognósticos para a indústria maranhense, em 2018, continuam modestos, uma vez que permanece a recessão de crédito na Indústria da Construção Civil, que perfaz 70% da Indústria no Estado. No que tange ao Setor Terciário, não obstante o impacto do conjunto obras públicas e também da realização de concursos e a concessão de reajustes salariais, sobre a massa de rendimentos dos ocupados, o Subsetor Comércio continua demitindo liquidamente, embora já se observem contratações líquidas no subsetor de serviços, com destaque para Serviços médicos, ensino e transportes e comunicações.

Em 2017, houve uma fortíssima deterioração na situação fiscal da ampla maioria dos Estados brasileiros. No caso do Maranhão, a queda de 7,6% no valor real da receita transferida para o Estado (também para os municípios) se traduziu em queda de 3,1% nas receitas totais. Em contraste, observou-se o crescimento das despesas totais à taxa de 4,5% em 2017, com destaque para as rubricas Pessoal e Encargos Sociais, Previdência e Outras Despesas Correntes. Ou seja, devido ao peso das

transferências federais em relação às receitas totais, os impactos do colapso do gasto federal foram muito mais severos nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

O Estado do Maranhão, ao lado de estados como Ceará, Piauí e Mato Grosso, alinha-se entre aquelas unidades da Federação que investiram em 2017 pelo menos 10% da receita corrente líquida. Com a abrupta queda nas transferências federais, para a maior parte destes Estados (com exceção do Ceará), passou a ser decisivo, para manter este esforço de investimento em infraestrutura, em políticas de segurança contra a mudança climática e em aprimoramento das capacidades governativas, o acesso a novas e reorientadas fontes de financiamento.

Tal acesso, por sua vez, desdobra-se em uma agenda que envolve, por exemplo, a criação de um Fundo de Aval Soberano, para garantir para estes Estados o acesso ao financiamento externo a partir de instituições multilaterais, assim como a reorientação de parte das aplicações dos fundos constitucionais. Neste caminho, torna-se necessária e extremamente bem-vinda uma articulação política e técnica entre os Estados da Região Nordeste, não apenas para conseguir a aprovação do Fundo Soberano de aval e maximizar os efeitos estruturantes da aplicação dos fundos constitucionais, mas também para articular estratégias e projetos que ampliem a integração das estruturas produtivas dos Estados da Região.

Felipe Macedo de Holanda

Presidente do IMESC

1. CENÁRIO INTERNACIONAL

Crescimento econômico, aumento dos preços das *commodities* e elevação dos gastos públicos sugerem aceleração da inflação mundial em 2018.

Segundo o FMI, em 2017 o crescimento da economia mundial foi bastante robusto, registrando 3,7%, crescimento de 0,5 p. p. em comparação a 2016 (Tabela 1). Esse resultado adveio de um substancial crescimento nos Estados Unidos (+2,3%), na Zona do Euro (+2,4%) e na Ásia, com destaque para a China (+6,8%) e Índia (+6,7%). Além da recuperação econômica, embora ainda lenta, da Rússia (+1,8%) e do Brasil (+1,1%). Em geral, a recuperação da economia mundial vem sendo obtida pelo crescimento do comércio internacional, elevação dos investimentos nas economias avançadas, aumento da produção de manufaturados na Europa e na Ásia e da demanda por *commodities*.

Tabela 1. Mundo: World Economic Outlook - Taxa de Crescimento Anual do PIB das Principais Economias Mundiais em 2016 e 2017 e Projeções para 2018 e 2019.

Países e Regiões Selecionados	Ano a ano (%)					
	Anos (estimativas)		Projeções jan/2018		Diferença de out/2017	
	2016	2017	2018	2019	2018	2019
PIB Mundial	3,2	3,7	3,9	3,9	0,2	0,2
Economias avançadas	1,7	2,3	2,3	2,2	0,3	0,4
Estados Unidos	1,5	2,3	2,7	2,5	0,4	0,6
Zona do Euro	1,8	2,4	2,2	2,0	0,3	0,3
Alemanha	1,9	2,5	2,3	2,0	0,5	0,5
França	1,2	1,8	1,9	1,9	0,1	0,0
Itália	0,9	1,6	1,4	1,1	0,3	0,2
Espanha	3,3	3,1	2,4	2,1	-0,1	0,1
Japão	0,9	1,8	1,2	0,9	0,5	0,1
Inglaterra	1,9	1,7	1,5	1,5	0,0	-0,1
Canadá	1,4	3,0	2,3	2,0	0,2	0,3
Economias emergentes	4,4	4,7	4,9	5,0	0,5	0,5
Rússia	-0,2	1,8	1,7	1,5	0,1	0,0
China	6,7	6,8	6,6	6,4	0,1	0,1
Índia	7,1	6,7	7,4	7,8	0,0	0,0
América Latina e Caribe	-0,7	1,3	1,9	2,6	0,0	0,2
Brasil	-3,5	1,1	1,9	2,1	0,4	0,1
México	2,9	2,0	2,3	3,0	0,4	0,7

Fonte: World Economic Outlook.

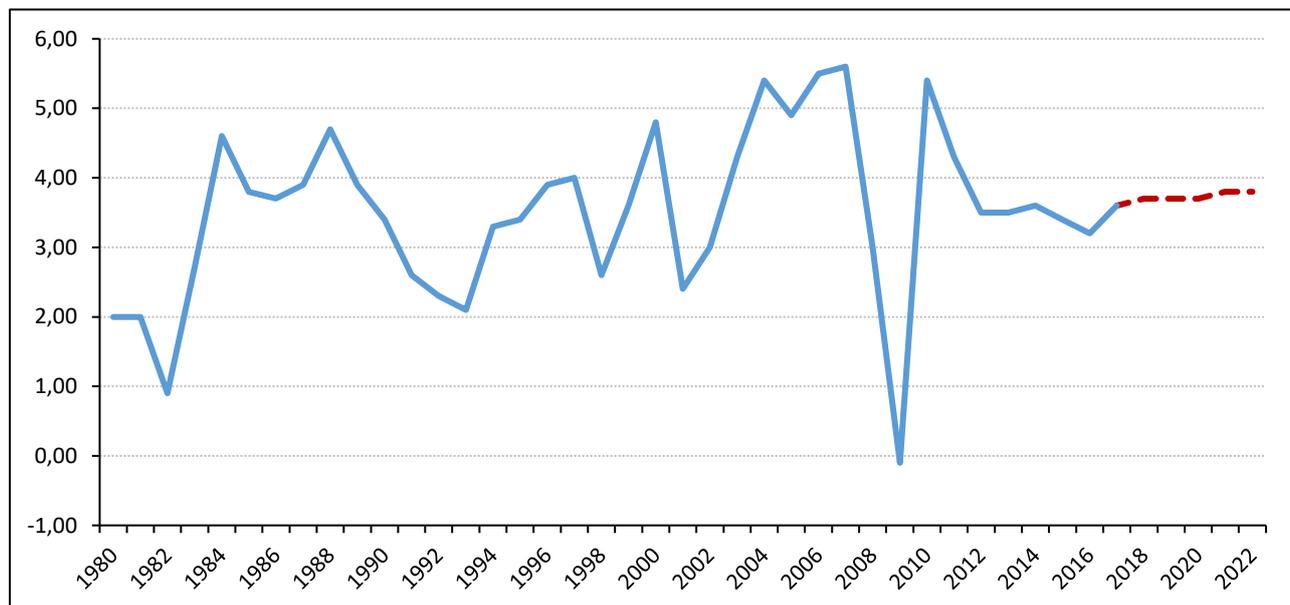
A perspectiva de crescimento da economia mundial foi revisada para cima, sobretudo, devido ao forte crescimento nos países desenvolvidos. Nos Estados Unidos, o investimento de US\$ 1,7 trilhões elevará drasticamente os gastos do governo, mas trará impactos positivos sobre o PIB; a expectativa de inflação somada ao forte desempenho da indústria de manufaturados e da demanda na Europa foram os principais indicadores para a revisão nas expectativas.

As projeções de crescimento da economia mundial para 2018 e 2019, de acordo com o FMI, foram reajustadas para cima, em 0,2 pontos, levando a taxa de crescimento a 3,9% nos dois anos mencionados, um patamar que não era observado desde 2011 (Gráfico 1). Observe-se que a revisão altista das projeções ocorreu fundamentalmente pela percepção de melhora do desempenho econômico das economias avançadas, com destaque para EUA, Alemanha, Itália e Canadá. No que tange ao desempenho das economias emergentes, houve reajustes para cima para as previsões de crescimento do México e do Brasil, com destaque também para a melhora, ainda que tênue, das projeções relacionadas à economia chinesa, que deverá apresentar desaceleração nas taxas de crescimento, no biênio 2018-2019 devido à base relativamente mais forte e aos possíveis ajustes no setor de crédito que deverá impactar o consumo das famílias e os investimentos, sendo que tal tendência, será parcialmente compensada pela aceleração do crescimento da Índia.

A desaceleração da economia chinesa pode impactar os preços das *commodities*, pois a medida que a produção tende a subir, a demanda poderá não crescer na mesma ou em maior proporção, podendo reduzir os preços internacionais das *commodities* metálicas como Ferro, Alumínio, Zinco e Cobre; as Agrícolas, como a Soja e derivados (óleo, pellets), Milho, Trigo, Sorgo e Mandioca; e as de

Proteína Animal, como Carnes Bovinas, Aves e Suínos. As economias emergentes, que exportam a maioria desses produtos seriam as maiores negativamente impactadas.

Gráfico 1 Mundo: Taxa de Crescimento da Economia Mundial (%) de 1980 até 2016. Estimativa para 2017 e Projeções de 2018 até 2022.



Fonte: FMI, World Economic Outlook.

- Quanto às *commodities*, os efeitos climáticos nos Estados Unidos e na América Latina (com destaque para a Argentina) fortaleceram os preços agrícolas ao reduzir a oferta em 2016 (no caso dos Estados Unidos, também em 2017).
- Segundo o FMI, o recente *upside* devido à súbita redução na oferta da Venezuela, Líbia e Nigéria não deverá afetar o acordo da OPEP de estabelecer limites para a produção de petróleo que deve manter os preços na faixa de US\$ 55,0 – US\$ 65,0 por barril durante 2018, evitando a saída de produtores com maiores custos de produção.
- As *commodities minerais* apresentam retomada dos preços devido a continuidade da sustentação de uma elevada demanda por parte da China, mas houveram pressões no preço devido a redução da oferta de alguns produtores mundiais, tais como o esgotamento de algumas minas de Zinco na Irlanda e Austrália, fechamento por ilegalidade de outras na China e a ameaça do fechamento da exploração australiana de Níquel na mina de Ravensthorpe devido aos elevados custos de produção.
- Esse cenário positivo para os preços favoreceu a dinâmica dos países produtores de *commodities*; por outro lado a demanda por manufaturados e o aumento da produção industrial foi benéfico aos países avançados, construindo um crescimento mundial sincronizado em 2017. A continuidade do crescimento dependerá, em grande parte, de qual será o limite dos cortes de produção da OPEP e como ficará o comércio internacional de minerais metálicos com a imposição de tarifas de importação extremamente elevadas nos Estados Unidos.
- Outros riscos são observados no impacto da elevação dos preços das *commodities* na inflação mundial e nas oscilações das taxas de câmbio, que, acrescidas ao crescimento econômico, deverão dar origem a ajustes altistas na estrutura a termo das taxas de juros dos países desenvolvidos.
- A elevação das taxas de juros longas nos EUA e EU, além do aumento de volatilidade nas taxas de câmbio, além de favorecer movimentos especulativos de curto prazo, aumenta os riscos do mercado e pode impactar negativamente a captação de recursos de investimento estrangeiro direto nos países emergentes.

- Os tumultos geopolíticos também representam uma forte ameaça à estabilidade do crescimento mundial, pois não só ameaça as relações de comércio como também impacta diretamente nas produções e no consumo, como é o caso dos conflitos no Sudão do Sul, Iêmen e Nigéria que deixou milhões de pessoas sem moradia e em situação de desnutrição. Nesse cenário, a maior ameaça ainda gira em torno da relação entre Estados Unidos, Coreia do Norte, China e Rússia.
- A Coreia do Norte, que vem protagonizando ameaças aos Estados Unidos desde 2016, realizou um convite propondo uma reunião entre Kim Jong Un e Donald Trump que deve discutir sobretudo um processo de "desnuclearização" da Coreia, porém, poucos resultados são esperados nesse sentido. Outro problema é que as relações da Coreia do Norte com a China ainda são obscuras: os chineses vêm demonstrando complacência com os norte coreanos, sobretudo, porque a China é fornecedora de diversas mercadorias para a Coreia, como óleo e gás, fazendo-a um forte parceiro comercial regional.
- As relações da China com Rússia estão cada vez mais estreitas e os russos também anunciaram testes de mísseis nucleares que seriam capazes de atingir e romper as defesas norte-americanas.

2. CENÁRIO NACIONAL

2.1. Nível de Atividades

2.1.1. Produto Interno Bruto

A economia brasileira cresceu 1,0% em 2017, depois de 6,89% de queda acumulada no PIB na recessão 2015-16. Pelo lado da oferta, o destaque foi a Agropecuária, com expansão de 13%, devido à safra agrícola recorde. A Indústria ficou estável, após encolher por três anos, e os Serviços avançaram 0,3%.

O Produto Interno Bruto brasileiro cresceu 1% no ano passado, após uma forte recessão, que o fez cair 6,89% no acumulado entre 2015 e 2016. Pela *Ótica da Oferta*, a *Agropecuária* se destacou em 2017, com expansão de 13,0%, resultado da safra agrícola recorde. A *Indústria* ficou estável depois de encolher por três anos, enquanto que os *Serviços* avançaram 0,3%. Pela *Ótica da Demanda*, o *Consumo das Famílias* puxou o PIB na média do ano, com alta de 1%. Por outro lado, o *Investimento*, recuou 1,8% e o *Consumo do Governo* caiu 0,6%.

O resultado do quarto trimestre mostra que o crescimento foi de modestos 0,1% comparado com o resultado do terceiro trimestre, feito o ajuste sazonal. Esse resultado foi influenciado sobretudo pelo fraco desempenho do *Consumo das Famílias*, o principal componente da demanda, que subiu somente 0,1% nessa base de comparação, após um crescimento de 1,2% no segundo e 1,1% no terceiro trimestre. Já o *Investimento* teve expansão de 2,0%, na terceira alta trimestral seguida.

Tabela 2. Brasil: Taxas de Crescimento do PIB Trimestral (em %), entre o 1º Tri/2015 e o 4º Tri/2017

PIB Trimestral	Crescimento Tri sobre Tri anterior												4 Tri contra os 4 Tri anteriores			
	2015				2016				2017				2015	2016	2017	
	1 Tri	2 Tri	3 Tri	4 Tri	1 Tri	2 Tri	3 Tri	4 Tri	1 Tri	2 Tri	3 Tri	4 Tri				
Ótica da Oferta																
Agropecuária	2,6	-2,8	-0,4	1,8	-6,0	0,2	1,8	3,1	11,9	-2,7	-2,0	0,0	3,3	-4,3	13,0	
Indústria	-1,8	-3,3	-1,7	-1,7	-0,2	0,3	-1,3	-1,8	1,9	-0,7	1,0	0,5	-5,8	-4,0	0,0	
Serviços	-1,2	-1,5	-1,1	-0,5	-0,4	-0,6	-0,6	-0,6	0,3	0,8	0,6	0,2	-2,7	-2,6	0,3	
PIB	-1,2	-1,9	-1,5	-0,9	-0,7	-0,7	-0,4	-0,7	1,3	0,6	0,2	0,1	-3,5	-3,5	1,0	
Ótica da Demanda																
Consumo das Famílias	-1,6	-2,1	-1,8	-0,8	-1,3	-1,1	-0,4	-0,3	0,2	1,2	1,1	0,1	-3,2	-4,3	1,0	
Consumo do Governo	-0,8	-0,5	0,2	-0,8	0,8	0,1	-0,5	-0,1	-0,1	-0,1	-0,3	0,2	-1,4	-0,1	-0,6	
FBCF	-3,2	-8,5	-3,4	-4,8	-1,3	0,3	-2,8	-2,2	-0,6	0,4	1,8	2,0	-13,9	-10,3	-1,8	
Exportação	5,8	3,6	-0,5	5,0	-0,4	-0,4	-3,8	0,1	5,8	0,6	3,3	-0,9	6,8	1,9	5,2	
Importação	-0,5	-7,0	-7,9	-5,7	-4,7	9,2	-5,1	2,8	2,1	-2,6	6,5	1,6	-14,2	-10,2	5,0	

Fonte: IBGE.

- O baixo crescimento do *Consumo das Famílias* no quarto trimestre de 2017 levanta dúvidas sobre qual será o ritmo desse componente da demanda em 2018, embora fatores como os juros mais baixos e a recuperação do emprego devam favorecê-lo. Importante frisar que a taxa de desocupação, permanece elevada e boa parte da criação de postos de trabalho ocorre no setor informal. Parte do resultado do *Consumo das Famílias* pode ser explicada pela base forte de comparação, dado o desempenho maior nos trimestres anteriores.
 - Essa base forte de comparação pode ter sido resultado da liberação de cerca de R\$ 45 bilhões das contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) no segundo trimestre de 2017, que produziram efeitos nesse semestre e também no terceiro trimestre do mesmo ano.

A expectativa predominante é de que a retomada da economia brasileira continuará em 2018, com o PIB crescendo perto de 3,0%, num cenário marcado por juros mais baixos, melhora do mercado de trabalho, inflação baixa, recuperação do crédito e redução do endividamento das famílias.

2.1.2. Produção Industrial

Produção Física Industrial encerra janeiro de 2018 em queda, puxada pelo fraco desempenho na atividade de Produção de Veículos e sua influência nos demais setores da Indústria.

A *Produção Física Industrial*, após fechar o ano de 2017 com crescimento de 2,4%, apresentou resultado negativo de 2,4% em janeiro de 2018 contra dezembro de 2017, pior resultado mensal desde fevereiro de 2016. O principal responsável pelo resultado negativo no mês foi o setor de produção de veículos automotores, cujo encadeamento que afeta diversos ramos que produzem componentes utilizados nos automóveis, e isso contribuiu para uma baixa em todas as categorias de uso: *Bens de Capital* (-0,3%); *Bens Intermediários* (-2,4%); *Bens de Consumo* (-1,6%); *Bens de Consumo Duráveis* (-7,1%). Exceto por *Bens de Consumo Semiduráveis e Não Duráveis*, que cresceu 0,5% em janeiro de 2018, em função do ótimo desempenho da *Fabricação de Produtos Farmacêuticos e Farmoquímicos*.

Tabela 3. Brasil: Desempenho Trimestral da Indústria por Categoria de Uso, Resultados Mensais do Trimestre Encerrado em jan/17, Comparações Interanual, Mensal e Trimestral (com ajuste sazonal), e Acumulado em 12 meses.

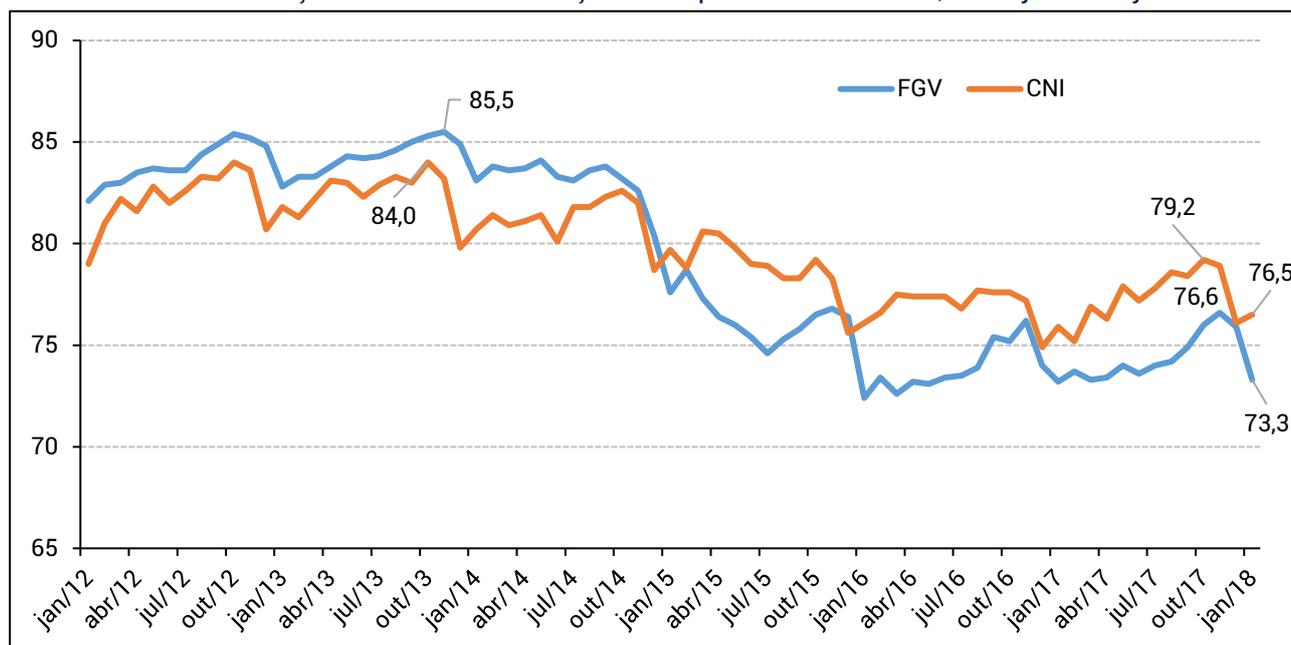
Categoria de Uso	% contra mês anterior (c/ ajuste sazonal)			MoM	Trimestre encerrado em jan/18	12 Meses
	nov/17	dez/17	jan/18			
Geral	0,3	3,1	-2,4	5,7	2,1	2,7
Bens de Capital	0,5	0,3	-0,3	18,2	1,2	6,9
Bens Intermediários	1,4	2,2	-2,4	4,3	2,1	1,9
Bens de Consumo	-0,7	3,1	-1,6	6,2	1,3	3,4
Bens de Consumo Duráveis	2,7	6,9	-7,1	19,9	4,3	14,5
Semiduráveis e Não Duráveis	-2,9	3,6	0,5	3,1	0,1	0,9

Fonte: IBGE.

- De dezembro para janeiro, feito o ajuste sazonal, apenas 5 das 24 atividades registraram crescimento, sendo que a atividade *Produção de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias* foi a que mais contribuiu negativamente, com queda de 7,6%, mas ainda bem alta se comparado a janeiro de 2017 (+27,4%).
- A *Indústria Extrativa como um todo* e a *Fabricação de Produtos Farmoquímicos e Farmacêuticos* referente à *Indústria da Transformação*, contribuíram para mitigar a queda observada, com a primeira crescendo 2,2% em janeiro, e o segundo crescendo 21,0% em igual período. Na comparação contra o mesmo mês do ano anterior, a *Indústria Extrativa* permanece estável (0,0%), em contrapartida os *Produtos Farmoquímicos e Farmacêuticos* cresceram 15,2%.

- Os dados apontam que a queda de 2,4% na *Produção Industrial* em janeiro de 2018 não foi suficiente para anular o crescimento de dezembro (+3,1%), já que se observa aumento na *Produção Industrial* na comparação com janeiro de 2017 (5,7%) e no acumulado dos últimos 12 meses (2,7%), principalmente em *Bens de Capital* e *Bens de Consumo Duráveis* que, na comparação contra janeiro de 2017, registram um crescimento de 18,2% e 19,9%, respectivamente, sendo que, no acumulado dos 12 meses, são +6,9% e +14,5%, nessa ordem. Tais indicadores mostram que a Indústria está em recuperação das perdas do passado, como salienta André Macedo, Gerente de Pesquisa do IBGE, mas sobre uma base de comparação baixa, por isso caracterizada como gradual.
- O *Índice de Confiança do Empresário Industrial* encerrou o mês de março com 59,0 pontos, 0,2 pontos abaixo do registrado no mês imediatamente anterior (50 pontos constituindo o limiar entre pessimismo e otimismo). O destaque vai para as grandes empresas, cuja confiança no mês corresponde a 60,4 pontos, enquanto que as médias e pequenas empresas situam-se em 58,4 e 56,6. O setor que mais contribuiu para o patamar elevado do índice atualmente foi o de construção civil, cuja confiança no mês de março cresceu em 0,7 pontos, atingindo 57,0. Isso se dá pois houve um crescimento de 9,4% nas vendas de imóveis residenciais novos, além de estar previsto para este ano, de acordo com a Câmara Brasileira da Indústria da Construção, um aumento de 10% em vendas e lançamentos.

Gráfico 2. Brasil: Evolução do Nível de Utilização da Capacidade Instalada, entre jan/12 e jan/18



Fonte: FGV, CNI.

O *Nível de Utilização da Capacidade Instalada* (NUCI) encerrou o mês de janeiro de 2018 com 76,5%, dados referentes a CNI, e 73,3% referentes a FGV. Mesmo considerando a queda de caráter sazonal no último trimestre dos anos na série, há uma baixa considerável na NUCI da FGV, ficando no mesmo patamar de janeiro do ano anterior. Com relação ao pior nível histórico da NUCI dos dados referentes a CNI (dez/2016-74,9%), o patamar atual é 2,1% acima, puxado pelo crescimento em igual período no setor de produtos têxteis (7,4%), metalurgia (18,4%) e Fabricação de veículos automotores e carrocerias (8,1%), condizente com o processo de retomada lenta atual.

Deve-se ressaltar que embora exista retomada da capacidade instalada do CNI em janeiro deste ano, o resultado é bastante frágil em relação a brusca depressão observada desde janeiro de 2014, com o estourar da crise nacional, a diferença entre os períodos neste índice foi de -4,4 p.p, enquanto no indicador da FGV a diferença nesse mesmo período foi de -10,3 p.p e ainda registrou queda no último dado do ano corrente.

2.1.3. Comércio

Em janeiro de 2018, o volume de vendas do Varejo Ampliado apresentou expansão de 6,5% em comparação com janeiro de 2017, o melhor resultado desde 2013 (+7,0%).

Conforme os dados da *Pesquisa Mensal do Comércio* (PMC), do IBGE, o *Volume de Vendas Físicas do Comércio Varejista Restrito*, com ajuste sazonal, cresceu 0,9% em janeiro de 2018 em relação a dezembro de 2017 (-0,5%). Contra o mesmo mês do ano anterior, o volume de vendas cresceu 3,2%, a décima alta consecutiva nessa base de comparação. Nos últimos 12 meses, o volume de vendas cresceu 2,5% (Tabela 4).

Tabela 4. Brasil: Taxas de Crescimento do Volume de Vendas do Comércio Varejista (em %) - nov/17 a jan/18 (com ajuste sazonal) e Acumulado em 12 Meses (em %)

Atividades	Variação Mensal* %			jan18/ jan17	Acum. do ano (%)	12 Meses %
	nov/17	dez/17	jan/18			
Comércio Varejista Restrito	0,7	-0,5	0,9	3,2	3,2	2,5
Combustíveis e lubrificantes	-2,0	-1,0	-0,3	-4,0	-4,0	-3,1
Hiper., super., prod. alim., beb. e fumo	1,0	-1,7	2,3	3,1	3,1	1,7
Tecidos, vestuário e calçados	0,0	0,6	0,9	0,2	0,2	7,7
Móveis e eletrodomésticos	4,5	-3,5	-2,3	5,3	5,3	9,6
Art. farm., méd., orto., perf. e cosm.	1,2	1,4	-2,5	5,4	5,4	3,1
Livros, jornais, revistas e papelaria	1,2	-3,9	0,3	-7,3	-7,3	-3,7
Equip. e mat. escrit., inform. comum.	-5,7	-0,8	3,7	4,2	4,2	-2,3
Outros art. uso pessoal e doméstico	4,8	-7,2	6,8	10,5	10,5	3,2
Comércio Varejista Ampliado	2,4	-0,4	-0,1	6,5	6,5	4,6
Veículos, motocicletas, partes e peças	1,3	-0,1	3,8	18,2	18,2	4,5
Material de construção	2,2	-1,8	-0,2	7,3	7,3	9,4

Fonte: IBGE; *Com ajuste sazonal

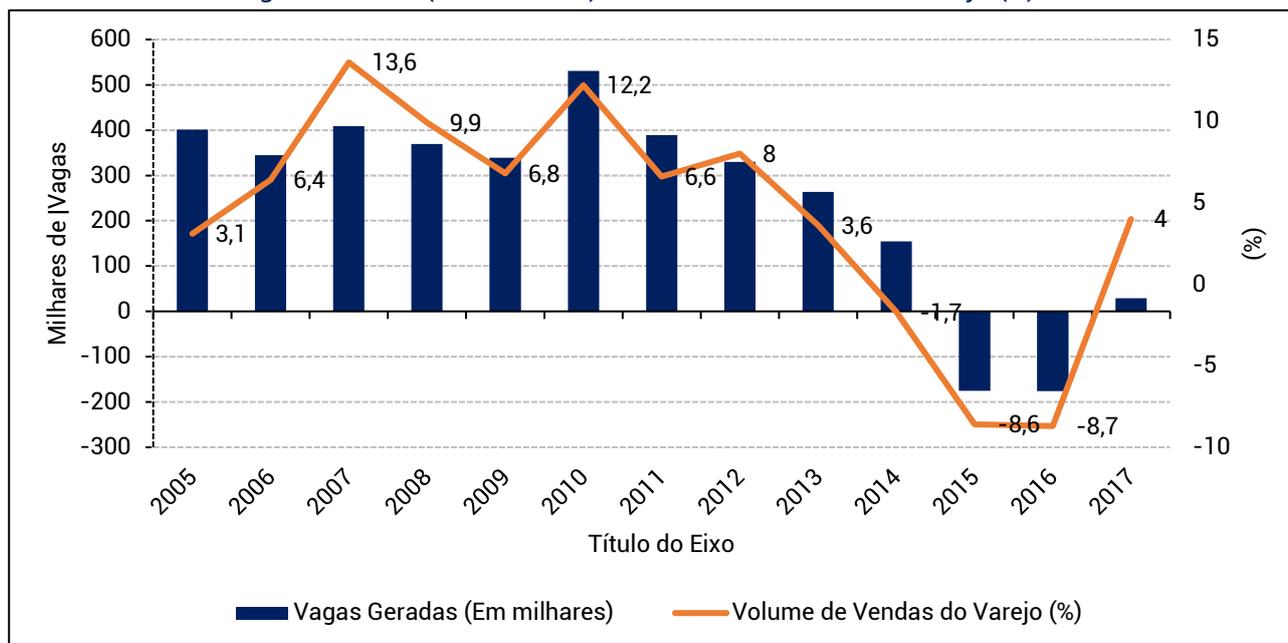
Na comparação interanual (contra janeiro de 2017), seis dos oito setores de atividade econômica apresentaram resultado positivo, com destaque para: *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (+10,5%); *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (+5,4%); *Móveis e eletrodomésticos* (+5,3%); *Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação* (+4,2%); *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (+3,1%) e *Tecidos, vestuário e calçados* (0,2%).

Em seu conceito ampliado - que inclui o varejo e as atividades de *Veículos, motocicletas, partes e peças* e de *Material de construção* - o *Volume de Vendas do Varejo* reduziu 0,1% na base mensal de comparação. Em relação a janeiro de 2017, o *Varejo Ampliado* registrou expansão de 6,5%, com resultados positivos no setor de *Veículos, motocicletas, partes e peças* (18,2%) - melhor resultado interanual desde janeiro de 2008 (+20,9%) - e *Material de construção* (7,3%).

Nos últimos 12 meses, o *Varejo Ampliado* apresentou expansão de 4,6%: *Material de construção* apresentou expansão de 9,4% e *Veículos, motocicletas, partes e peças* registrou crescimento de 4,5%.

Para 2018, a CNC estima crescimento no *Volume de Vendas do Comércio Varejista Ampliado* de 5,2%. Fatores como a queda da inflação, a redução dos juros, a reação do mercado de trabalho e a liberação dos saques de contas inativas do FGTS contribuíram para o crescimento das vendas e da geração de empregos no setor em 2017. Assim, o resultado positivo do *Volume de Vendas do Varejo* (+4,0%) em 2017, segundo a CNC, pode ter marcado o início da recuperação do comércio, como também, quanto ao nível de ocupação, com a criação de 28,9 mil vagas formais, como pode ser visto no [Gráfico 3](#).

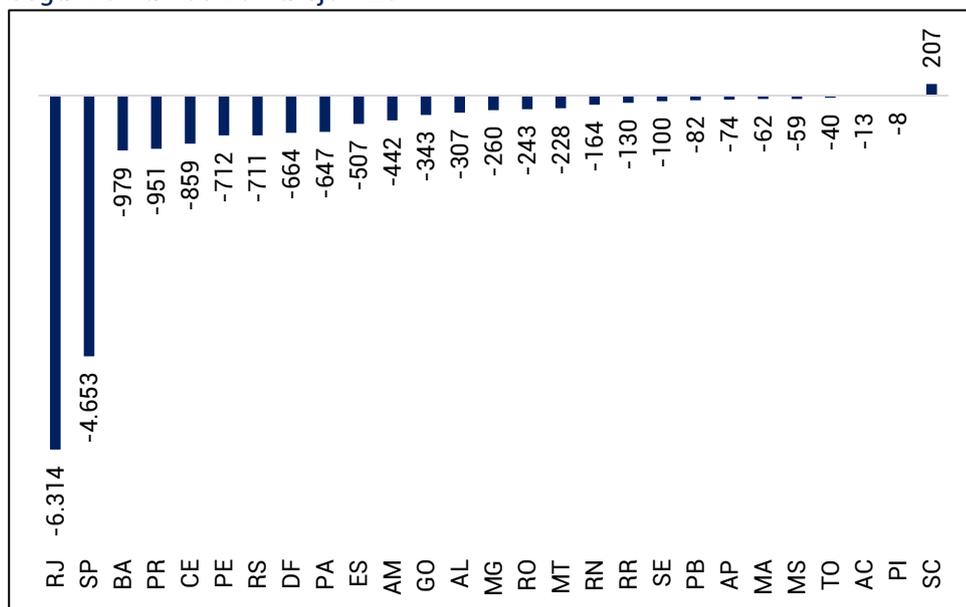
Gráfico 3. Brasil: Vagas Geradas (em milhares) e Volume de Vendas no Varejo (%) – 2005 a 2017



Fonte: CAGED; IBGE.

Apesar do resultado positivo no *Volume de Vendas do Varejo* em 2017, não permitiu que houvesse aumento do quantitativo de lojas no setor. De acordo com a CNC, o *Comércio* deverá abrir 20,7 mil novos estabelecimentos comerciais no país em 2018, não obstante o saldo negativo entre aberturas e fechamentos de estabelecimentos comerciais em 2017 (-19,3 mil estabelecimentos), como pode ser visto no Gráfico 4.

Gráfico 4. Brasil: Abertura Líquida de Lojas com Vínculos Empregatícios segundo Ramos do Varejo - 2017

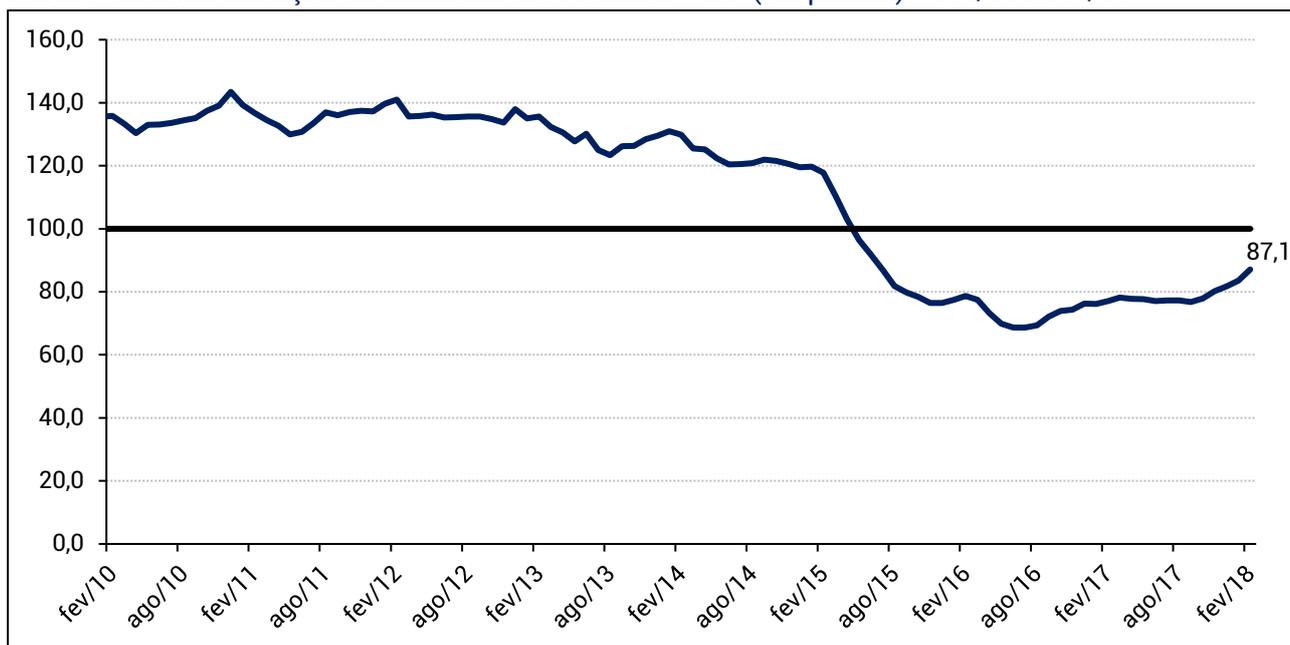


O número de fechamentos de estabelecimentos em 2017 foi 82% menor comparativamente a 2016 (-105,3 mil), segundo a CNC.

Fonte: CNC.

Há perspectiva que em 2018, a recuperação gradual da economia brasileira seja associada, dentre outros fatores, à expansão do consumo das famílias e à melhoria das condições de acesso ao crédito. De acordo com os dados divulgados pela CNC, a *Intenção do Consumo das Famílias* registrou expansão de 4,2% em fevereiro de 2018 em relação ao mês anterior, alcançando 87,1 pontos (Gráfico 5). Contudo, o ICF ainda se encontra abaixo da zona de indiferença (100 pontos), o que indica insatisfação com a situação atual. Apesar disso, o ICF segue em trajetória de recuperação.

Gráfico 5. Brasil: Intenção do Consumo das Famílias – ICF (em pontos) – fev/10 a fev/18



Fonte: CNC.

Porém, um fator que ainda traz preocupação é o nível de endividamento das famílias, especialmente, aquelas de baixa renda, que continua elevado, o que pode ser um fator limitador do consumo.

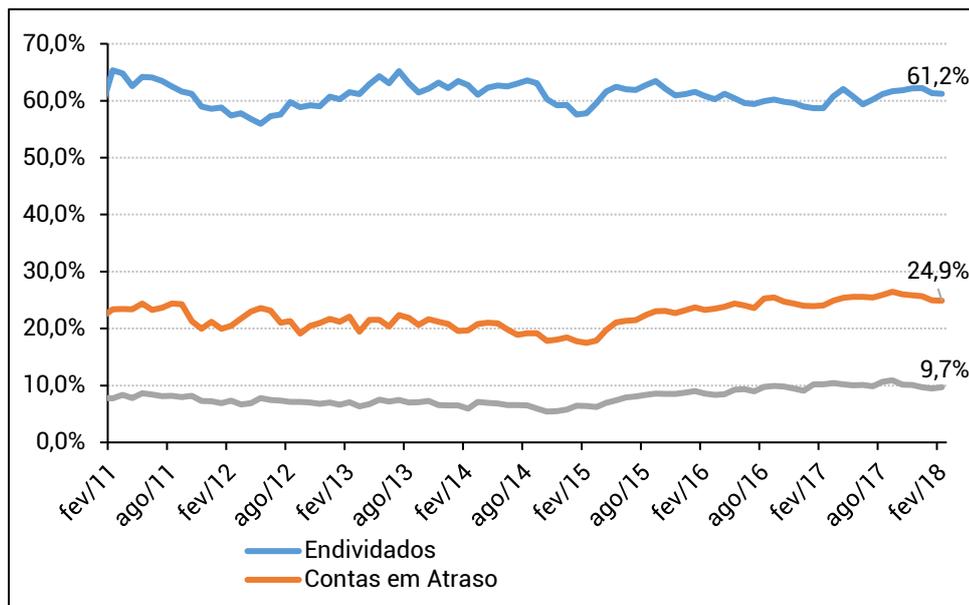
2.1.4. Endividamento

Em fevereiro de 2018, 61,3% das famílias brasileiras estavam endividadas.

Os dados da *Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC)*, realizada pela CNC, mostram recuo no percentual de famílias endividadas, saindo de 61,3% em janeiro de 2018 para 61,2% em fevereiro de 2018, porém acima do que foi observado em fevereiro de 2017 (58,7%) (Gráfico 6).

O percentual de famílias com contas em atraso apresentou leve redução: saiu de 25% em janeiro para 24,9%. Porém, as famílias que avaliam que não terão condições de realizar o pagamento das dívidas cresceu 3,4% em relação ao mês anterior, abarcando 9,7% das famílias.

Gráfico 6. Brasil: Percentual de Famílias Endividadadas, Com Contas em Atraso e Sem Condições de Pagá-las (em %) - fev/11 a fev/18



Para o mês de fevereiro de 2018, a principal dívida das famílias foi o cartão de crédito (77,1%). Em seguida, carnês (16,5%), financiamento de carro (10,7%) e crédito pessoal (9,7%).

Fonte: CNC.

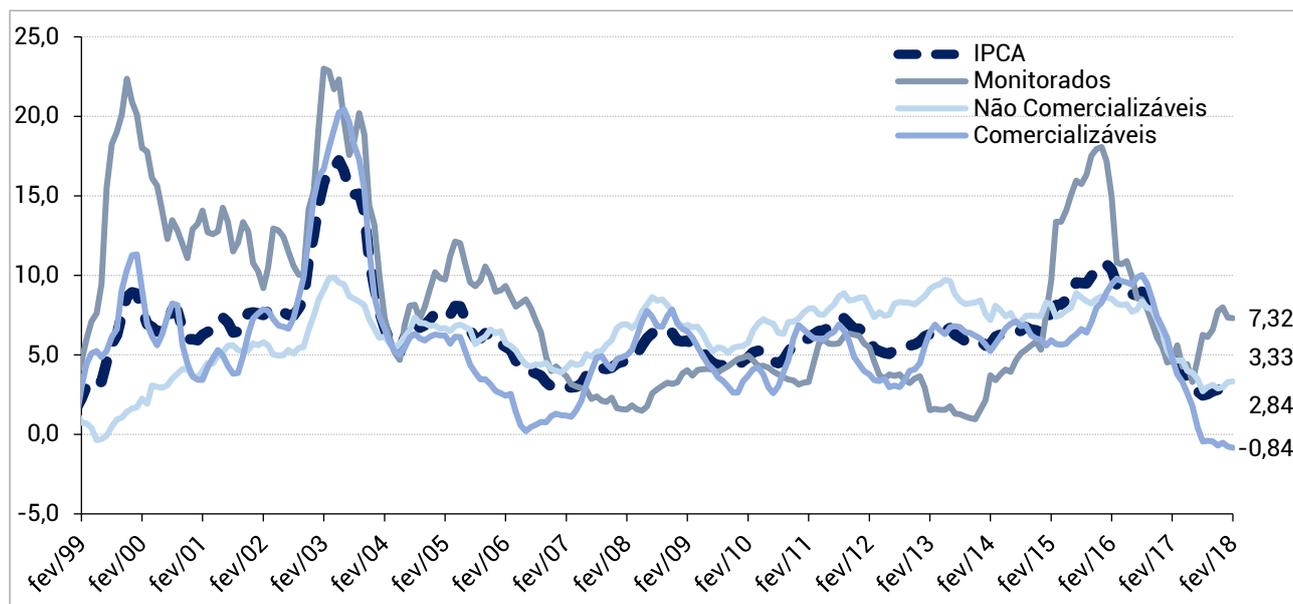
2.1.5. Inflação

Em fevereiro de 2018, o indicador oficial da inflação, registrou alta de 0,32%, com a Alimentação se mostrando um grupo importante para sustentar a taxa de inflação em nível mais baixo, em um mês que tipicamente concentra os custos com o grupo Educação. O resultado registrado mantém a inflação acumulada em 12 meses em, 2,84 %), abaixo do piso inferior da meta de inflação (3,0% a. a.).

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu 0,32% no mês de fevereiro de 2018, após ter registrado 0,29% no mês anterior. Essa foi a menor alta do indicador desde fevereiro de 2000 (+0,13%). Em fevereiro de 2017, o índice havia marcado 0,33%. Já no acumulado de 12 meses, o índice ficou em 2,84%, também a menor taxa desde 1999. Este período está sendo marcado por recordes nos níveis de inflação. Até fevereiro deste ano, o índice acumula alta de 0,61%, o menor para o período desde a implementação do Plano Real, em 1994 (Gráfico 7).

- No mês, os preços do grupo *Alimentação e Bebidas* recuou mais uma vez, na passagem de janeiro para fevereiro, ajudando a conter o IPCA no período. Depois de subir 0,74% em janeiro de 2018, os preços caíram 0,33% em fevereiro, segundo o IBGE, que atribui aos estoques elevados da safra de 2017 e ao clima mais favorável a deflação no grupo dos *Alimentos*.
- Os produtos alimentícios adquiridos para consumo dentro de casa - excluindo serviços como restaurantes, lanchonetes, bares - reduziram 0,61% em fevereiro de 2018, os produtos que se destacaram com baixa de preços foram carne (-1,09%) e frutas (-1,13%). Considerando que o peso do grupo Alimentação e Bebidas no mês de fevereiro de 2018 foi 24,69% do total, o grupo sozinho, retirou 0,08 p. p. do IPCA.
- Quanto ao grupo *Educação*, que cresceu 3,89% no mês de fevereiro, apresentou o menor crescimento desde 2008 (3,47%), sendo que este grupo apresenta crescimento médio de 5% nos últimos sete anos. Dessa forma, a deflação dos *Alimentos* compensou o crescimento dos preços no grupo *Educação*
- Quando se considera o IPCA excluindo-se os preços dos monitorados e os preços dos alimentos no domicílio, percebe-se que em janeiro de 2018 o núcleo subiu 0,11% enquanto que em fevereiro deste ano, subiu 0,47%, o que denota que na atual conjuntura, o núcleo da inflação sofre de pressões altistas ainda não explícitas em seu índice cheio.

Gráfico 7. Brasil: Evolução do IPCA; Preços dos Monitorados, Não Comercializáveis e Comercializáveis - Percentual Acumulado em 12 Meses entre fevereiro de 1999 e fevereiro de 2018



Fonte: IBGE, BACEN.

Ainda que a inflação venha se sustentando em níveis mais baixos, não se deve esquecer que os níveis significativamente elevados de capacidade ociosa no setor industrial e a persistência de elevada taxa de desemprego na economia brasileira e a própria recuperação da economia ainda é incerta, o que afeta tanto o consumo quanto o próprio curso dos preços.

- O fato de que as pressões inflacionárias parecem estar contidas em um cenário de alta taxa de desemprego e de elevada capacidade ociosa, somada a uma economia em recuperação lenta, permite que o Banco Central tenha espaço para cortar mais uma vez a SELIC, que hoje está em 6,50% ao ano.
- Em fevereiro de 2018, o Governo dos Estados Unidos divulgou a criação de cerca de 300 mil novas vagas, o que, na visão do Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, representa um risco de reação da inflação norte-americana, forçando o FED a reagir mais rapidamente do que está sendo esperado e precificado pelo mercado. Ou seja, para o Ministro, o risco é de que em relação à alta de juros americana, esperada para este ano ocorra de forma mais 'forte' do que se a autoridade monetária tivesse reagido no momento adequado¹.

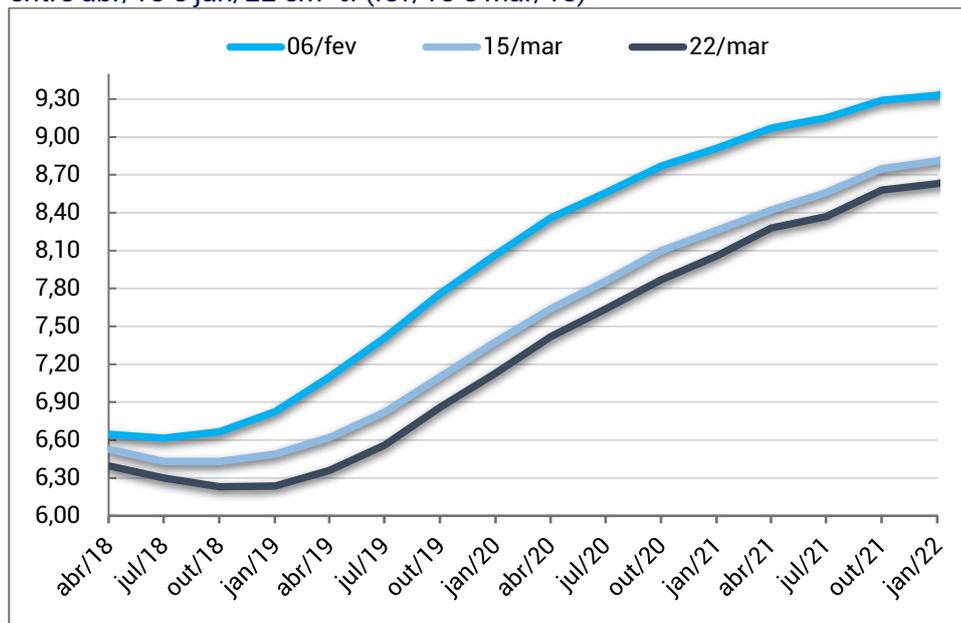
Mínima histórica da taxa básica de juros se mantém firme em 2018, mas com perspectiva de alta já no início de 2019

O cenário benigno da inflação atrelado aos choques favoráveis nos preços dos alimentos, juntamente com a baixa propagação dos mecanismos inerciais da inflação, foi crucial para que o BACEN mantivesse o ciclo de flexibilização monetária, que vem acontecendo desde outubro de 2016 até março do ano corrente. Nesse intervalo de tempo, a taxa Selic acumulou um corte de 7,75 pontos percentuais. (Gráfico 8).

Destaca-se que à medida em que o ano de 2018 avançar, o bônus trazido pela queda nos preços dos alimentos deverá se diluir, iniciando-se um movimento de elevação do IPCA, de modo atingir, ao final de 2019, de acordo com as projeções de mercado correntes, cerca de 4,1% ao ano.

¹ Entrevista concedida ao O Globo em 09 de março de 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/inflacao-de-fevereiro-boa-noticia-diz-meirelles-22473292>>. Acesso em 20 de março de 2018.

Gráfico 8. Brasil: Curva de Juros Futuros (DI x Pré) períodos selecionados, entre abr/18 e jan/22 em %. (fev/18 e mar/18)



Fonte: Advanced Financial Network – ADVFN/BM&F BOVESPA.

Segundo o Presidente do BACEN, além da inflação ter iniciado o ano abaixo do esperado, a elevada capacidade ociosa também contribuiu com esse cenário positivo no tocante ao nível geral de preços.

Por outro lado, existem fatores de risco que podem elevar a inflação, o que explica o ponto de inflexão na curva de 9 de março e pode elevar a taxa de juros para 8,0% a.a. em 2019.

- Segundo o Copom, na ata da 213ª Reunião do dia 21 de março, a frustração das expectativas quanto a continuidade das reformas e ajustes necessários à economia brasileira, deverão gerar um ambiente ruim para os investidores quanto aos prêmios de risco, podendo também elevar a expectativa de inflação para 2019 e, conseqüentemente, os juros.
- Destaca-se que mesmo que o BCB tenha realizado mais um corte na taxa básica de juros no dia 21 de março, o consenso de mercado manteve a taxa Over-Selic variando de prováveis 6,5% a.a. neste ano, para 8,0% a.a. em dezembro de 2019, mantendo a perspectiva anunciada uma semana antes da reunião do Copom.
- Tais projeções assegurariam uma elevação na taxa real de juros de curtíssimo prazo em 100 pontos-base (+1,0 p. p.) no próximo ano, o que mostra uma esperada deterioração do ambiente macroeconômico, a partir da percepção de incertezas radicais em relação às contas públicas.
- Ainda conforme a última ata do Copom, não ficou claro a continuidade do ciclo de flexibilização monetária, haja vista que o comitê entende que existem fatores que podem mitigar o risco de postergação da convergência do nível geral de preços rumo às metas.

2.2. Comércio Exterior e Balanço de Pagamentos

2.2.1. Commodities

Preço das *commodities* acelera e abre espaço para elevação da inflação mundial, assim como movimentos especulativos de curto prazo.

As principais *commodities* negociadas no mercado internacional vem registrando desde o segundo semestre de 2017 tendências de elevação dos preços. Em janeiro de 2018 a tendência se manteve com crescimento de 9,3% nas *Energéticas* e 3,5% nas *Não Energéticas*. O mês de fevereiro registrou atenuação nesse ritmo, com queda de 6,4% nas *Energéticas* e 1,2% de alta nas *Não Energéticas*. Para as *commodities Não Energéticas* o crescimento de fevereiro em relação ao fechamento de 2017 vem sendo observado em todas as categorias: *Alimentos* (+4,9%); *Bebidas* (+2,2%); *Matérias Primas* (4,5%); *Fertilizantes* (+3,3%) e *Metais e Minerais* (+5,3%).

Tabela 5. Internacional: Cotação Média Anual, Mensal e Projeções para as Principais *Commodities* Presentes na Balança Comercial Brasileira e Maranhense. Valores em US\$ (nominal)

Descrição	Médias anuais		2017		2018		Cresc. (%)			Projeções	
	2016	2017	Fev	Dez	Jan	Fev	No Ano	No mês	fev/18 fev/17	2018	2019
Energéticas											
Petróleo Crude ¹ (\$/bbl)	52,4	54,4	55,5	64,2	69,0	65,4	1,9	-5,2	17,9	57,6	59,5
Gás Natural - US (\$/mmbtu)	2,6	3,0	2,8	2,8	3,5	2,7	-3,1	-24,6	-5,2	3,2	3,3
Grãos											
Soja, Grãos (\$/mt)	390,4	400,6	427,0	399,0	403,8	418,0	4,8	3,5	-2,1	420,0	421,0
Milho (\$/mt)	169,8	154,5	162,9	149,0	155,8	163,4	9,7	4,8	0,3	163,0	164,0
Proteína Animal											
Carne Bovina (\$/kg)	4,4	4,2	4,1	4,1	4,1	4,3	5,2	3,6	5,5	4,3	4,2
Matérias Primas Agrícolas											
Pasta de Celulose ² (\$/mt)	925,3	851,4	815,3	800,0	890,9	903,3	12,9	1,4	10,8	-	-
Algodão (\$/kg)	1,6	1,8	1,9	1,9	2,0	1,9	3,3	-3,1	3,7	1,9	1,9
Fertilizantes											
Fosfato, rocha (\$/mt)	117,5	89,7	98,0	80,0	81,0	86,0	7,5	6,2	-12,2	93,0	93,0
DAP (\$/mt)	458,9	354,3	360,0	385,0	395,0	404,0	4,9	2,3	12,2	355,0	355,0
TSP (\$/mt)	385,0	276,3	270,0	278,0	278,0	278,0	0,0	0,0	3,0	288,0	289,0
Ureia (\$/mt)	272,9	219,8	247,0	219,0	224,0	229,0	4,6	2,2	-7,3	221,0	223,0
Metálicas e Minerais											
Alumínio (\$/mt)	1.664,7	1.967,7	1.860,8	2.080,5	2.209,7	2.181,8	4,9	-1,3	17,3	2.024,0	2.002,0
Minério de Ferro (\$/dmto)	55,8	71,8	89,4	72,3	76,3	77,5	7,2	1,5	-13,4	58,6	50,4
Cobre (\$/mt)	5.510,5	6.169,9	5.940,9	6.833,9	7.065,9	7.006,5	2,5	-0,8	17,9	6.292,0	6.235,0
Ouro (\$/troy oz)	1.160,7	1.257,6	1.234,2	1.264,5	1.331,3	1.330,7	5,2	0,0	7,8	1.273,0	1.237,0

Fonte: World Bank; INSEE; NBSK Chicago INDEX. ¹média dos índices; ²valor de dez/17 é estimativa. ³projeções realizadas em out/2017.

Já para as *commodities* **Energéticas**, a valorização dos preços vem ocorrendo graças a alta dos preços do *Petróleo Crude*, que em relação ao fechamento de 2017 cresceram 1,9% e em relação a fevereiro do mesmo ano valorizaram 17,9%. As outras *commodities* também apresentaram alta no período, a exceção foi o *Gás Natural (US)* que caiu 5,2%.

Sobre o **Petróleo**, a valorização recente derivou de uma série de eventos favoráveis à precificação elevada, são eles: a baixa temperatura na América do Norte que elevou a demanda por óleo combustível; problemas na produção do Irã; crescimento econômico mundial e as compras de ativos financeiros por parte de fundos *hedge*². O *petróleo brent* encerrou fevereiro em US\$ 65,4 por barril, 20,3% acima do preço médio de 2017.

Comparando os preços das *commodities* **metálicas** de fevereiro de 2018 com o mesmo mês de 2017, observa-se que a valorização foi substancial em praticamente todos os produtos. O reforço na demanda por parte dos investimentos em infraestrutura, a melhora da atividade manufatureira da indústria de aço, com destaque para a China, foram os principais locomotores dessa valorização.

- O **Minério de Ferro** é o único cujo valor está abaixo ao do mês de fevereiro de 2017, contudo, em relação à média de 2017 está acima em 7,9%, precificado em US\$ 77,5/*dmto*.
- Mudanças no cenário da produção de **Aço** deverão trazer oscilações aos preços do *Minério de Ferro*, principal matéria prima do produto, e que é exportado pelo Brasil. O principal fator é a tarifa de 25% imposta pelos Estados Unidos para a importação de aço acompanhado dos altíssimos investimentos em infraestrutura que os estadunidenses pretendem realizar, o mercado norte-americano é um dos principais consumidores e, embora o consumo deva aumentar, as restrições via tributos podem reprimir as importações internacionais, mas os produtos advindos do Brasil, da Argentina, da Coreia do Sul, da Austrália, do México, do Canadá e da União Europeia não serão tributados. Com efeito, além dos demais países, os prejuízos serão maiores, sobretudo, na China que é o segundo maior *player* de aço dentro dos Estados

² São fundos multimercados que atuam com aquisição de diferentes ativos financeiros do mercado secundário para gerar receitas controladas e com menores riscos às oscilações. A compra de ativos como *commodities* por parte de fundos financeiros demonstram que se espera uma valorização de seus preços.

Unidos e na Rússia, Taiwan, Japão e Índia que também possuem participação significativa no mercado estadunidense.

- Como resposta dessa política dos Estados Unidos, a China também anunciou tributações para produtos advindos dos EUA que totalizam US\$ 3 bilhões. Os mercados estão respondendo com oscilações de segurança em relação ao risco de um conflito comercial mais acirrado entre os dois países, no qual as principais bolsas da Ásia caíram. No Brasil que não está sendo impactado pelas tributações de nenhum dos países, o fortalecimento da demanda e a menor concorrência internacional com produtos brasileiros será favorável às exportações de Minério de Ferro bruto ou gusa e de alumínio.
- Na China, houve cortes substanciais de produção de **Alumínio**, o que deve fazer com que a cotação da *commodity* mantenha crescimento em 2018. O Alumínio precificou em fevereiro US\$ 2.181,8/ton, crescimento de 17,3% em relação a fevereiro de 2017. Esse cenário traz perspectivas positivas para a retomada da produção de alumínio em algumas empresas que paralisaram suas fábricas entre 2014 e 2015. O Maranhão pode ser um dos beneficiados, tendo a posição estratégica, no Estado, a reativação do complexo Alumar na produção do alumínio primário pode reativar pelo menos 650 empregos diretos.

Na **Agricultura**, o Banco Mundial acredita que as cotações das *commodities* devem manter o processo de contínua valorização, de 1% como média anual para 2018 e de 3% no acumulado até 2020, a elevação dos custos com *energia* e *fertilizantes* são os principais impactantes, os fertilizantes e a energia elétrica são os principais insumos para produção, além disso, preços de combustível afetam o direcionamento do cultivo agrícola para a produção de etanol, reduzindo a oferta dos produtos para o mercado e indústria de alimentos. Em relação à média do ano passado, a *Soja* está sobrevalorizada em 4,3%, o *Sorgo* em 14,8%; o *Milho* 5,7%; o *Arroz* 6,5% e o *Trigo* em 6,9%. Na rubrica, os óleos e as mercadorias que servem de insumo para bebidas, com exceção da Cevada, apresentaram queda, como é o caso do *Café* (-9,6%); dos *Chás* (-6,2%) e dos *Óleos de Soja* (-0,5%), *Girassol* (-0,2%); *Palma* (-7,2%); e *Amêndoas* (-10,7%).

Os **Fertilizantes** vêm ganhando preço devido a elevada demanda e expectativa de maiores safras na América do Sul, sobretudo no Brasil. Além disso, o custo de produção de fertilizantes deriva substancialmente de energia, que vem ganhando valor nos últimos meses, portanto, o custo é repassado ao preço final da *commodity*.

- Com exceção do *Fosfato em Rocha* (-4,1%), os demais fertilizantes *DAP* (+14%), *TSP* (+0,6%), *Ureia* (+4,2) e o *Cloreto de Potássio* (+3,9%) apresentaram, em fevereiro, valorização em relação à média de 2017. Na ponta mensal, todas apresentaram crescimento em relação a janeiro (+2,2% em média), o que ressalta a tendência de elevação.

Deve-se ressaltar que para o *TSP*, *DAP* e *Fosfato em Rocha* há superoferta da mercadoria por parte da China, além disso, novas instalações na Arábia Saudita e Marrocos deverão ampliar a produção mundial, espera-se, portanto, que os preços não continuem crescentes no longo prazo quando essas ampliações se efetivarem.

2.2.2. Balança Comercial

Com crescimento da produção agropecuária e *boom* nas *commodities* metálicas, Brasil registra maior superávit em 29 anos.

Em 2017, a *Balança Comercial* brasileira encerrou com superávit de US\$ 66,9 bilhões (*Tabela 6*), melhor resultado em 29 anos. Em relação a 2016, as exportações cresceram 17,5%, registrando a cifra de US\$ 217 bilhões e as importações encerram em US\$ 150,7 bilhões (+9,6%). A tendência brasileira é de que em 2018 as exportações e importações continuem crescendo, embora em ritmos diferentes, no qual as compras internacionais deverão acelerar mais que as vendas.

Tabela 6. Brasil: Balança Comercial de 2010 até 2018*, Valores em FOB US\$

Anos	Exportação (A)	A (Var %)	Importação (B)	B (Var %)	Saldo (A+B)	Corrente Comercial (A-B)	A-B (Var %)
2010	201.915	-	-181.768	-	20.147	383.684	-
2011	256.040	26,8	-226.242	24,5	29.798	482.281	25,7
2012	242.580	-5,3	-223.149	-1,4	19.431	465.729	-3,4
2013	242.179	-0,2	-239.621	7,4	2.558	481.800	3,5
2014	225.101	-7,1	-229.154	-4,4	-4.054	454.255	-5,7
2015	191.134	-15,1	-171.449	-25,2	19.685	362.583	-20,2
2016	185.235	-3,1	-137.552	-19,8	47.683	322.787	-11,0
2017	217.739	17,5	-150.749	9,6	66.990	368.489	14,2
2017*	30.377	-	-23.111	-	7.266	53.488	-
2018*	34.281	12,9	-26.609	15,1	7.672	60.889	13,8

Fonte: MDIC *Acumulado de janeiro até fevereiro.

Em 2017, as aquisições da China somaram US\$ 50,2 bilhões em produtos brasileiros, 22,9% do total das exportações nacionais associado principalmente a duas mercadorias *Soja* (US\$ 20,3 bilhões), *Minérios de Ferro* (US\$ 10,2 bilhões). O segundo maior cliente brasileiro foi o Estados Unidos que adquiriu US\$ 26,9 bilhões, destacando-se nas compras de *Óleos Brutos de Petróleo* (US\$ 2,6 bilhões); *Partes de Turboreatores* (US\$ 2,2 bilhões) e *Aviões* (US\$ 1,9 bilhões); em seguida a Argentina que consumiu US\$ 17,6 bilhões, no qual destaca-se as compras de *Veículos Automotores (Tratores, Carros, Chassis, etc)* que registraram aproximadamente US\$ 6,8 bilhões.

- As projeções dos preços das *commodities energéticas*, sobretudo do *Petróleo* perfazem duplo impacto na economia brasileira. Por um lado, elevam as exportações de *Petróleo Bruto*, por outro, encarecem as importações de *Combustíveis Refinados e Outros Derivados*, o que deverá contribuir para onerar os custos de produção domésticos.
- As *commodities agrícolas*, como *Soja* e o *Milho*, vem sendo beneficiadas pela persistente alta registrada na demanda internacional, efeito de fatores estruturais, a exemplo do processo de urbanização acelerada derivado do aprofundamento da industrialização asiática. Dessa forma, eleva-se a demanda pelos grãos em dinâmica independente das oscilações dos preços, sobretudo, pelas compras de *Soja* por parte da China e no caso do *Milho*, o destino da produção para estadunidense para a fabricação de etanol, que reduziu significativamente a disponibilidade do milho, aumentando o preço. Por outro lado, a produção de etanol brasileiro, a base de cana-de-açúcar, perdeu competitividade, devido aos elevados custos em relação ao etanol estadunidense.
- Já quanto aos produtos manufaturados, as exportações brasileiras vem sendo o principal motor da indústria nacional, por exemplo, na produção de automóveis e peças para veículos automotores, a América Latina vem absorvendo em quantidades crescentes tanto os veículos como as peças e acessórios brasileiros, em 2017 a América Latina adquiriu US\$ 12,6 bilhões destes produtos, crescimento de 37,8% em relação com 2016 e superou o topo de 2013, em 1,3%. O crescimento da demanda latina vem puxando a produção industrial do setor. Além disso, os Estados Unidos vêm sendo grande compradores de aeronaves e de peças e acessórios do setor aeronáutico. Contudo, a indústria nacional ainda é muito centralizada em poucos produtos e clientes muito restritos, deixando-a extremamente instável em situações de incerteza internacional.

2.2.3. Balanço de Pagamentos

A Conta de Transações começa com menor déficit em janeiro desde 2014, mas novas políticas de tributação de importações dos EUA podem gerar impacto negativo no saldo de transações correntes no decorrer do ano.

O saldo de *Transações Correntes* em 2017 foi de US\$ 9,6 bilhões, representando uma melhora de 59,4% frente a 2016, com a conta de *Serviços e Renda Primária* aumentando os déficits sensivelmente em igual período (-11,1% e -3,0%, respectivamente); tivemos como principal fator de melhora a *Balança Comercial*, que teve seu saldo aumentado em 2017, contra 2016, vultosos 107,3%,

em dinâmica sustentada pela alta das exportações de *commodities* tanto em volume quanto em valor exportado, conduzindo a relação em déficit de Transações Correntes acumulado em 2017 de US\$ Bi (o menor desde 2007), ou pouco mais de 0,2% do PIB.

Já os *Investimentos Diretos Estrangeiros Líquidos no País* no mesmo período, com relação ao PIB representa +3,4%, mais que o suficiente para equilibrar as contas externas.

Quanto ao saldo de *Transações Correntes* em janeiro, houve o menor déficit dos últimos 9 anos, totalizando US\$ -4.310, tendo o saldo acumulado nos últimos doze meses de US\$ -8.840, que é -0,43% em relação ao PIB de igual período.

- O ótimo resultado da conta *Transações Correntes* ocorreu devido ao recorde histórico da *Balança Comercial* em 2017, puxada pela alta do valor exportado das principais *commodities* frente 2016: *Minério de Ferro* (+44,5%), *Petróleo e Derivados* (+57,1%) e *Soja* (+24,8%). Além disso, o setor de automóveis, que também apresentou exportações recordes, contribuiu significativamente, crescendo 42,8% em 2017 em termos de valor exportado, atingindo a marca de US\$ 6,7 bilhões. Em janeiro de 2018, a *Balança Comercial* encerrou com saldo de US\$ 2,4 bilhões, 4,3% menor que em janeiro de 2017.
- A retomada da economia, ainda que lenta, deverá contribuir para elevar o déficit de *Transações Correntes* brasileiro para próximo ao patamar de (2,5%) do PIB, no final deste ano. Não obstante a situação fiscal um pouco melhor, devido aos impactos positivos da queda da taxa Over-Selic sobre o custo de rolagem da dívida pública federal, o cenário fiscal brasileiro ainda permanece fortemente negativo, o que, associado ao volátil ambiente político institucional e com as aproximações de eleições gerais que serão particularmente judicializadas e fragmentadas.
- A *Balança de Serviços* em janeiro deste ano aumentou o déficit em 14% frente ao mesmo mês do ano passado. Sendo a conta de *Viagens e Aluguel de Equipamentos* que continuam puxando negativamente, entretanto, a primeira teve um aumento de 33,1% frente ao primeiro mês de 2017, e o segundo caiu em 25,3% em igual período. A mesma comparação destas duas contas levando em consideração o ano fechado de 2017 contra 2016 foi de 55,7% e 13,7%, respectivamente.
- A conta de *Renda Primária*, que normalmente corresponde ao maior resultado absoluto com relação as contas com déficit em *Transações Correntes* (US\$ 42,4 bilhões em 2017), encerrou janeiro com um déficit 22,9% menor que o mesmo mês do ano passado, tendo como principal fator a queda do déficit de renda de investimento direto no mesmo período (+97,3%), em contrapartida, a renda de investimento em carteira foi a que mais contribuiu negativamente para conta de renda primária, encerrando janeiro com déficit 1,2% maior.

Tabela 7. Brasil: Balanço de Pagamentos 2015 a 2018* (US\$ milhões)

Discriminação	2015	2016	2017	Var. % 17/16	Acumulado até janeiro		Var. % 18/17
					2017*	2018*	
TRANSAÇÕES CORRENTES	-58.882	-23.681	-9.615	59,4	-5.084,8	-4.310,0	15,2
Balança Comercial (Bens e Serviços)	-19.249	14.569	30.198	107,3	81	-365	-548,5
Balança Comercial – Bens	17.670	45.025	64.037	42,2	2.505	2.398	-4,3
Balança Comercial – Serviços	-36.919	-30.456	-33.839	11,1	-2.424	-2.763	14,0
Renda Primária	-42.357	-41.237	-42.454	3,0	-5.344	-4.119	22,9
Rendas Secundária	2.724	2.986	2.641	-11,6	178	174	-2,4
CONTA CAPITAL + FINANCEIRA	-54.294	-17.182	-5.211	69,7	-4.557	-3.632	20,3
Conta Capital	440	248	355	43,1	38	40	7,1
Conta Financeira	-54.734	-17.430	-5.566	68,1	-4.595	-3.673	20,1
Investimento Direto (IDE-IDP)	-61.576	-71.148	-64.400	9,5	-11.390	-3.989	65,0
Investimento Direto no Exterior	13.498	7.748	6.286	-18,9	138	2.476	1.697,5
Investimento Direto no País	75.075	78.896	70.686	-10,4	11.528	6.466	-43,9
Investimento em Carteira	-22.047	19.120	12.557	-34,3	2.095	-10.539	-603,2
Outros Investimentos	23.871	26.635	40.478	52,0	4.327	9.932	129,5
TRANSAÇÕES CORRENTES (%PIB)	-3,3	-0,4	-0,2	50,6	-0,4	-2,6	512,2
RESERVAS INTERNACIONAIS	356.464	365.016	373.972	2,5	365.016	375.701	2,9

Fonte: BACEN.

Na *Conta Financeira*, o saldo de *Investimento em Carteira* totalizou uma quantia negativa de US\$ 10,5 bilhões em janeiro, o que denota um crescente do passivo desta conta, sinalizando uma maior quantidade de aquisições de papéis nacionais por agentes estrangeiros, mais precisamente *Títulos de Renda Fixa*, que no mês representa 65% das compras de ativos estrangeiros desta natureza. Outro destaque fica com a conta *Outros Investimentos*, que encerra janeiro com um saldo de US\$ 9,9 bilhões em função do aumento em *Moedas e Depósitos* que compõe esta conta, cujo valor de janeiro ficou em US\$ 6,9 bilhões, maior valor desde outubro de 2014, e isso ocorre devido ao recorde de exportações no ano passado, o que proporciona o aumento dos pagamentos depositados em contas no exterior.

Os *Investimentos Diretos no País* em janeiro de 2018 registraram retração de 43,9% contra o mesmo período do ano passado. Entretanto, a previsão do BACEN, de US\$ 80 bilhões para este ano, supera o valor visto em 2017. O ponto de destaque em 2017, além da diminuição dos *Investimentos Diretos* em relação aos outros anos, é sua mudança na orientação intersetorial, que em 2017 com relação a 2016 apresentou redução dos *Investimentos Estrangeiros* no setor da *Indústria*, no valor de -7,7% e no setor de *Agropecuária, Extrativa e Agrícola*, em -32,5%, enquanto o setor de *Serviços* aumentou em 44,7%, isso ocorre em grande medida em razão da China, por ser o maior investidor estrangeiro no Brasil atualmente, situar a maior parcela de seu portfólio de investimentos no setor de serviços relacionados à infraestrutura básica, como setor de transmissão de energia. Após presenciarmos o recorde da *Balança Comercial* em 2017, há de se ter cautela quanto a isso em 2018.

Após o anúncio do Presidente Trump de sobretaxar as importações dos EUA de *Aço e Alumínio*, que tal fato, segundo a CNI, resultaria em um prejuízo de aproximadamente US\$ 3,0 bilhões, impactando de forma acentuada o saldo de *Transações Correntes*, desequilibrando as contas externas, que foi um dos poucos pontos favoráveis no decorrer da crise.

2.3. Mercado de Trabalho

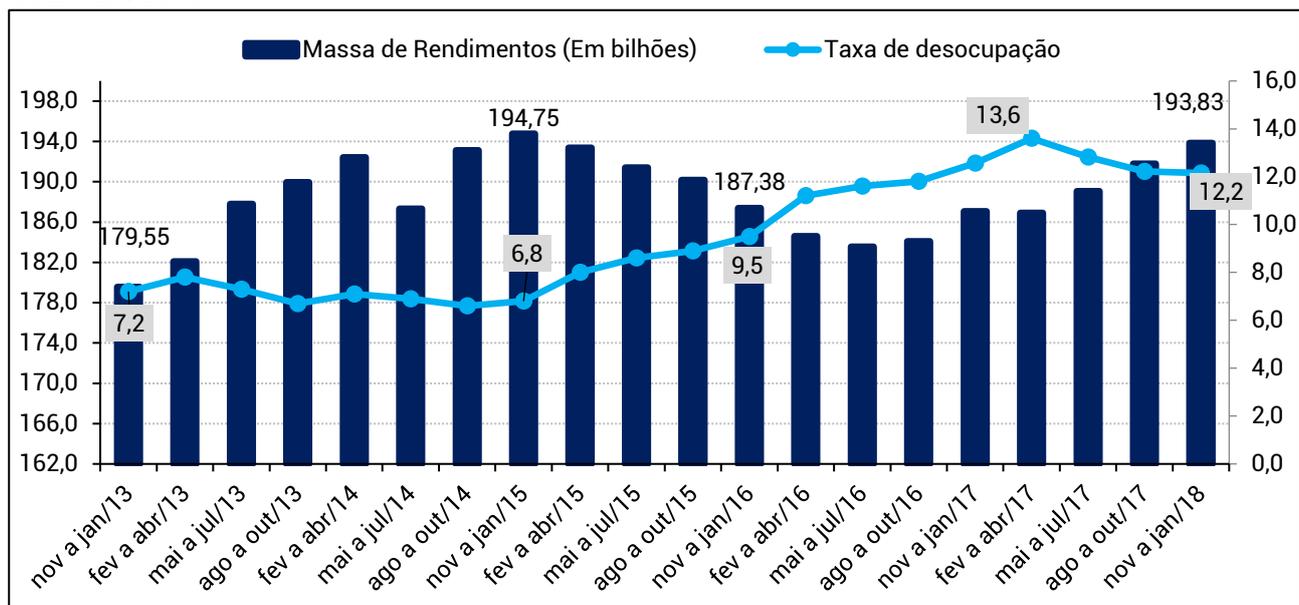
Taxa de Desocupação do país marca 12,2% no último trimestre móvel (nov/17 a jan/18), marcando estabilidade contra o trimestre móvel anterior, e queda interanual de 0,4 pontos percentuais.

De acordo com os dados da PNAD Contínua (*Gráfico 9*), divulgada dia 28 de fevereiro deste ano, a Taxa de desocupação trimestral brasileira entre novembro/2017 a janeiro/ 2018 caiu para 12,2% (-0,4 p.p. em relação ao trimestre móvel do ano anterior). Isto tem grande contribuição da queda do número de Pessoas Desocupadas (-1,8 % contra o trimestre anterior). O número de ocupados cresceu 2,1%, na comparação interanual e configura o terceiro trimestre consecutivo de aumento no indicador.

Em se tratando do ano 2017 (média dos quatro trimestres), foi atingido o patamar de 12,7% das pessoas na força de trabalho, um crescimento de 1,2 p. p. em relação a 2016. O resultado demonstra a desaceleração do ritmo de crescimento nesse indicador, o qual deve apresentar trajetória descendente em 2018, atingindo algo próximo a 11,7%, segundo projeção de 16 de março de 2018 do grupo Santander³.

³ Projeta ainda crescimento real de 3,2% no PIB nacional. Disponível em: <<https://www.santander.com.br/br/o-santander/analise-economica/destaques-semanais-e-projecoes-macroeconomicas>> Acesso em 19/03/2018.

Gráfico 9. Brasil: Massa de Rendimentos Reais¹ (R\$ em bilhões) e Taxa de Desocupação Trimestral (%), de 2012 a 2018²



Fonte: PNADc mensal/IBGE 'Dados Inflacionados pelo IPCA, a preços de dezembro de 2017; ²Trimestre móvel que inclui nov/17, dez/17 e jan/2018.

No Mercado de Trabalho formal nacional foram fechados liquidamente 22,1 mil postos de trabalho no ano 2017, sinalizando atenuação expressiva em relação atenuando em relação às demissões líquidas da ordem de 1,3 milhão, observadas em 2016. Apesar de negativo, o resultado foi o melhor desde 2014, quando foram criadas 420,6 mil novas vagas, o que confirma a retomada do emprego no país, ainda que limitada aos setores Comércio (+42,8 mil), Agropecuária (+35,9 mil) e determinados Serviços (+36,9 mil).

- As demissões do ano se concentraram nos setores *Construção Civil* (-103,9 mil) e na *Indústria de Transformação* (-22,4 mil), com destaque para a *Produção de Minerais Não Metálicos*. (Tabela 8).

Tabela 8. Brasil: Saldo Anual de Emprego Formal por Subsetor de Atividade Econômica, 2016 e 2017, Primeiro bimestre * de 2017 e 2018; Variação Absoluta

Subsetores de Atividade	Anual		1º Bimestre		Fevereiro		Variação absoluta (b-a)
	2016	2017	2017 (a)	2018 (b)	2017	2018	
Total	1.326.558	-22.137	4.537	143.186	35.612	61.188	138.649
Extrativa mineral	-11.909	-5.955	-570	-35	-488	315	535
Ind. de Transformação	-324.159	-22.372	23.020	67.488	3.949	17.363	44.468
SIUP ¹	-12.789	-4.311	2.037	1.710	1.108	629	-327
Construção civil	-361.874	103.866	11.658	12.827	12.857	-3.607	24.485
Comércio	-197.490	42.805	82.782	-73.777	21.194	25.247	9.005
Serviços	-392.575	36.890	47.791	113.907	59.160	65.920	66.116
Administração pública	-11.574	-1.207	8.674	9.150	8.280	9.553	476
Agropecuária	-14.188	35.879	18.025	11.916	6.201	-3.738	-6.109

Fonte: CAGED/MTE. *Sem ajustes.

¹SIUP - Serviços Industriais de Utilidade Pública.

- No recorte geográfico, as demissões líquidas ocorridas no país foram provenientes, sobretudo, das regiões Sudeste (-79,9 mil) e Nordeste (-15,9 mil). Ao passo que a região Centro-Oeste apresentou o melhor desempenho (+38,2mil).
- No que diz respeito ao resultado do primeiro bimestre de 2018, foi registrado o saldo de 143,2 mil empregos, resultado que supera em 139 mil vagas o mesmo período de 2017. Considerando a abertura setorial, os Serviços (+113,9 mil) e a Indústria de Transformação (+67,5 mil) lideraram as contratações líquidas. A Construção Civil registrou a retomada das admissões líquidas em relação ao verificado no primeiro bimestre de 2017. No extremo oposto, o Comércio (-73,8 mil) e a Indústria Extrativa mineral (-35) foram os únicos setores que eliminaram vagas de trabalho formal.

2.4. Finanças Públicas

Receitas não recorrentes e cortes de gastos discricionários contribuíram para a atenuação do déficit fiscal, que atingiu, R\$ 124,3 bilhões, abaixo da meta de R\$ -159 bilhões.

Pelo quarto ano seguido, as contas públicas registraram resultado primário negativo. De acordo com os dados divulgados pelo Tesouro Central, em 2017 o *Governo Central* registrou déficit de R\$ 124,3 bilhões, 1,9% em proporção do PIB, recuo de 0,7 p. p. em relação ao resultado do ano anterior, quando o déficit primário foi de R\$ 161,3 bilhões. A *Receita Total* somou R\$ 1,383 trilhões em 2017, avanço real de 1,6% contra o mesmo período do ano passado, já a *Despesa Total* atingiu R\$ 1,279 trilhões, ou 19,5% do PIB, recuo de 0,5 p. p. em relação ao gasto público de 2016.

O resultado do ano ficou dentro da meta estabelecida de R\$ 159 bilhões, de acordo com anúncio de ampliação, no começo do segundo semestre do ano passado, devido à provável elevada frustração na arrecadação tributária (R\$ 8,8 bilhões em Receita Administrada pela RFB e R\$ 1,5 bilhões em Arrecadação Previdenciária⁴, valores nominais), e aos riscos dos valores correspondentes à realização de processos de concessões e permissões (R\$ 25,6 bilhões). Dessa forma, o biênio 2016 e 2017 foi marcado no lado das Receitas pela arrecadação de fatores não recorrentes, pouco relacionadas ao ciclo econômico, que se concretizaram tão somente no segundo semestre do ano: em 2016 o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) rendeu em valores correntes R\$ 46,8 bilhões, enquanto que em 2017 o Programa de Regularização Tributária⁵ (PRT) rendeu R\$ 24,5 bilhões e a Devolução de Precatórios R\$ 10,9 bilhões.

⁴ Segundo o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 3º bimestre de 2017. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/informacoes-orcamentarias/arquivos/relatorios-de-avaliacao-de-receitas-e-despesas/relatorio-de-avaliacao-de-receitas-e-despesas-primarias-3-bimestral.pdf/view>> Acesso em: 26 de março de 2018.

⁵ Busca quitar as dívidas dos contribuintes junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Tabela 9. Brasil: Resultado Primário do Governo Central - 2016, 2017, jan/17 e jan/18, Crescimento em % Nominal e Real Inflacionado pelo IPCA - (R\$ milhões)

Descrição	2016	2017	Janeiro (val. Constantes)		Cresc. Nominal (%)		Cresc. Real (%)	
			2017 (a)	2018 (b)	17*/16*	(b)/(a)	17/16	(b)/(a)
I. RECEITA TOTAL	1.314.952,9	1.383.081,6	141.297,0	156.371,5	5,2	13,8	1,6	10,7
Receita Administrada pela RFB	819.751,9	835.563,5	99.497,6	109.849,0	1,9	13,6	-1,5	10,4
IPI	42.294,0	48.032,5	3.845,1	5.269,4	13,6	41,0	9,7	37,0
Imposto de Renda	341.115,2	339.840,9	48.061,5	50.018,3	-0,4	7,0	-3,7	4,1
Arrecadação Líquida para o RGPS	358.137,3	374.784,8	27.665,4	28.912,3	4,6	7,5	1,2	4,5
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	226.835,3	228.335,3	19.113,1	19.945,7	0,7	7,3	-2,6	4,4
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	1.088.117,6	1.154.746,3	122.183,8	136.425,9	6,1	14,8	2,5	11,7
IV. DESPESA TOTAL	1.249.393,2	1.279.007,8	103.665,1	105.356,8	2,4	4,5	-1,0	1,6
Benefícios Previdenciários	507.871,3	557.234,8	41.419,3	43.366,2	9,7	7,7	6,1	4,7
Pessoal e Encargos Sociais	257.871,8	284.041,1	24.905,1	25.614,9	10,1	5,8	6,5	2,8
Despesas Discricionárias - Todos Poderes	283.700,4	252.541,4	12.461,8	15.232,0	-11,0	25,7	-14,0	22,2
PAC	42.042,7	29.598,0	806,9	688,0	-29,6	-12,3	-32,2	-14,7
d/q MCMV	7.965,3	3.617,9	80,1	79,1	-54,6	1,6	-56,1	-1,3
Emissões de TDA	262,7	70,2	0,0	0,0	-73,3	-	-74,1	-
Demais Poder Executivo	228.390,8	210.812,8	11.107,5	13.821,7	-7,7	28,0	-10,7	24,4
LEJU/MPU	13.004,2	12.060,4	547,4	722,3	-7,3	35,7	-10,3	32,0
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-	-
VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	-161.275,6	-124.261,5	18.518,8	31.069,0	-23,0	72,6	-24,9	67,8
VII. Resultado Primário/PIB	-2,6	-1,9	-	-	-	-	-	-
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-149.734,0	-182.450,0	-13.753,9	-14.453,9	21,8	8,1	18,1	5,1
Receita Total/PIB	21,0	21,1	26,8	28,5	-	-	-	-
Receita Tributária	13,1	12,7	18,9	20,0	-	-	-	-
Receita Não Administrada	2,2	2,7	2,7	3,2	-	-	-	-
Despesa Total/PIB	20,0	19,5	19,7	19,2	-	-	-	-
Despesa Obrigatória	15,4	15,7	17,3	16,4	-	-	-	-
Despesa Obrigatória	4,5	3,9	2,4	2,8	-	-	-	-

Fonte: STN.

Somado a isso, as concessões e permissões relativas às concessões aeroportuárias⁶, de energia elétrica e de petróleo renderam, respectivamente, R\$ 8,3 bilhões, R\$ 12,9 bilhões e R\$ 10,2 bilhões, elevação de R\$ 8,9 bilhões em relação ao apurado em 2016. Deste modo, o crescimento real da *Arrecadação com Concessões e Permissões* contrabalançou a queda da *Receita Administrada* e contribuiu para o crescimento da *Receita Líquida*, que registrou avanço real de 2,5%. O decréscimo real (-2,6%) do montante de *Transferências Correntes* reflete o valor apurado pelo programa de *Repatriação de Recursos* em 2016, sem contrapartida em 2017, bem como a menor arrecadação de *Imposto Renda* (IR) devido ao mesmo fator, um dos tributos da base de composição das transferências de FPM/FPE/IPI-EE que consistem na maior parcela transferida.

- O déficit da Previdência aumentou de R\$ 156,6 bilhões em 2016 para R\$ 185 bilhões em 2017, crescimento real de 18,1%, devido ao crescimento no número de benefícios emitidos (+2,1%) bem como à elevação do valor médio real dos benefícios pagos (+3,7%), que compensaram a elevação da Arrecadação Líquida (+1,2%).
- O crescimento real de 10,7% relativo a *Receita Total* no comparativo entre jan/17 e jan/18 se deve principalmente a arrecadação de R\$ 7,8 bilhões vindos do PRT, que possui maior efeito sobre as rubricas IR, IPI, COFINS e CSLL; ao crescimento de 21% de COFINS devido ao aumento das alíquotas do PIS/COFINS sobre combustíveis em jul/17; e ao avanço de 26% em Cota-Parte em *Compensações Financeiras* devido ao aumento da produção e do preço internacional do petróleo.

É atribuído à dinâmica de persistente tendência de crescimento de Benefícios Previdenciários e Despesas com Pessoal e Encargos Sociais, bem como à rigidez orçamentária e cenário de crise do país, a compressão dos gastos discricionários, que passaram de 4,8% do PIB em 2016 para 3,7% em 2017, o equivalente a R\$ 244,1 bilhões de reais. Dessa forma, em 2017, os gastos em investimento da União (investimento público): segundo dados da STN no total R\$ 46,2 bilhões, igual a 0,69% do PIB, patamar

⁶ Guarulhos, Galeão, Brasília e São Gonçalo do Amarante.

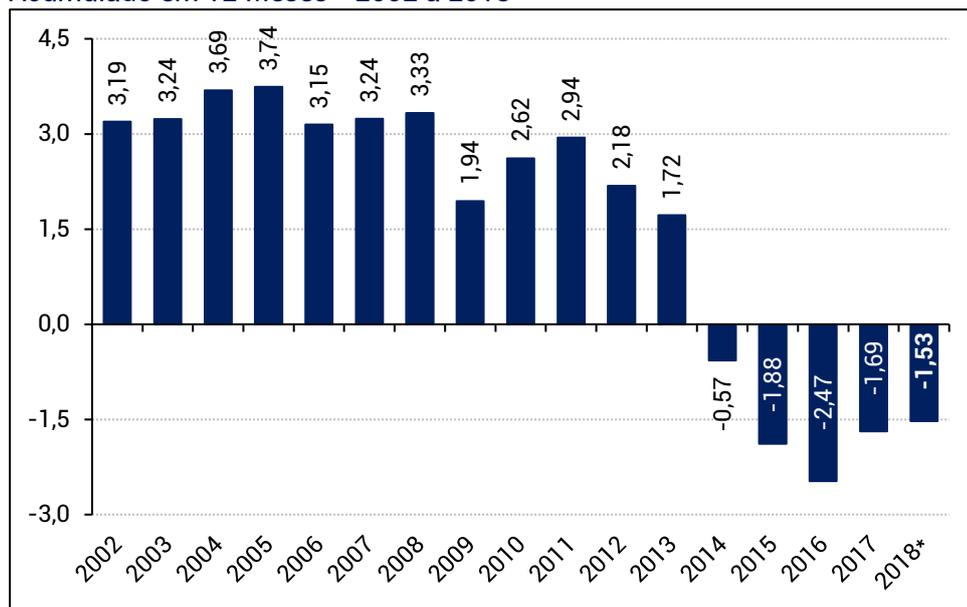
em percentual do PIB inferior ao ano de 2007 quando os investimentos alcançaram 0,80% e ao de 2014, último pico de alta, quando os investimentos atingiram 1,34% do PIB. Outros gastos obrigatórios, como subsídios e programas governamentais registraram reduções no comparativo entre 2017 e 2016, com destaque para os gastos com o PRONAF (-23,6%), PROEX (-47,6%) e PSI (-25,6%).

O valor total das despesas sujeitas ao Teto dos Gastos (não considera Transferências Constitucionais, Créditos Extraordinários, Despesas Não Recorrentes da Justiça Eleitoral e Despesas com Aumento de Capital de Empresas Estatais), alcançou R\$ 1,259 trilhões, o equivalente a 96,2% do limite estabelecido. Para 2018, o limite da despesa é de R\$ 1,348 trilhão.

Algumas das medidas de elevação das receitas e de ajustes das despesas que dependiam de tramitação no Congresso foram frustradas, de forma que não terão efeito sobre o orçamento de 2018, são elas: a antecipação de Fundos de Investimento Exclusivos (R\$ 6 bilhões), o aumento da Alíquota Previdenciária (R\$ 2 bilhões) e o adiamento em um ano dos reajustes de salários dos servidores do Executivo (R\$ 4,4 bilhões).

O Resultado Primário do Setor Público Consolidado, que exclui a parcela dos juros nominais, foi deficitário em R\$ 110,5 bilhões (-1,69% do PIB) ao fim de 2017. O saldo negativo foi consideravelmente menor que o alcançado um ano antes, R\$ 155,7 bilhões (-2,47% do PIB), ficando R\$ 52,2 bilhões abaixo da meta estabelecida. Favoreceu esse resultado o déficit não maior que R\$ 7,5 bilhões dos Estados e Municípios, e de R\$ 362 milhões das empresas estatais, sendo que, na contramão, superávit do Governo Central de R\$ 36,5 bilhões, considerando a metodologia abaixo da linha. O Déficit Nominal do Setor Público Consolidado foi negativo em R\$ 511,4 bilhões.

Gráfico 10. Brasil: Resultado do Setor Público Consolidado em % do PIB - Acumulado em 12 Meses - 2002 a 2018*

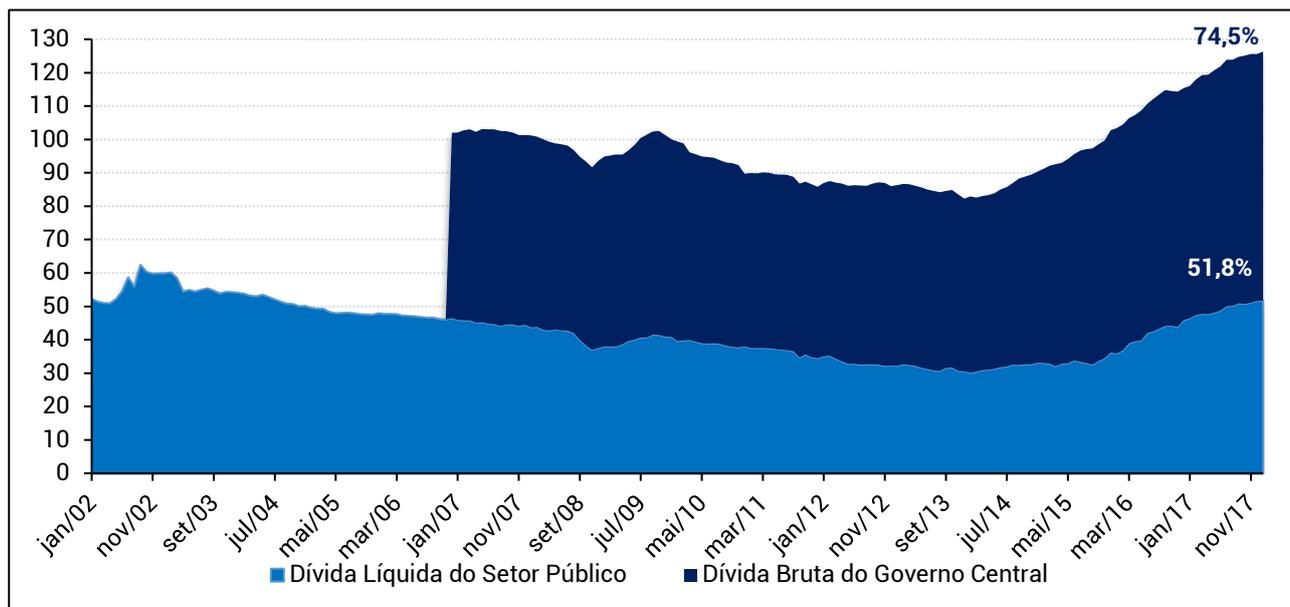


Fonte: BACEN *Acumulado de 12 meses até janeiro de 2018.

O superávit de R\$ 46,9 bilhões registrado em jan/18 foi o melhor já registrado para o mês na série histórica do Banco Central: saldo negativo de R\$ 126 milhões das empresas estatais, compensado por superávit de R\$ 36,5 e R\$ 10,5 bilhões do Governo Central e dos Governos Regionais.

Apesar do cumprimento da meta fiscal, a trajetória de alta da dívida pública permanece em patamar acelerado: a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) atingiu 74,5% do PIB (R\$ 4,904 trilhões) em jan/2018, contra 69,7% do PIB em janeiro do ano anterior (R\$ 4,399 trilhões). Um resultado superavitário é, no entanto, necessário para estabilizar a trajetória da DBGG/PIB. Já a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) alcançou no mesmo período 51,8% do PIB (R\$ 3.406 bilhões) efeito da valorização cambial de 4,4% no ano, da incorporação de juros nominais, do superávit primário, e do efeito do crescimento do PIB nominal.

Gráfico 11. Brasil: Dívida Bruta do Governo Central em % do PIB - 2002 a 2018*



Fonte: BACEN. *Acumulado do ano até janeiro de 2018.

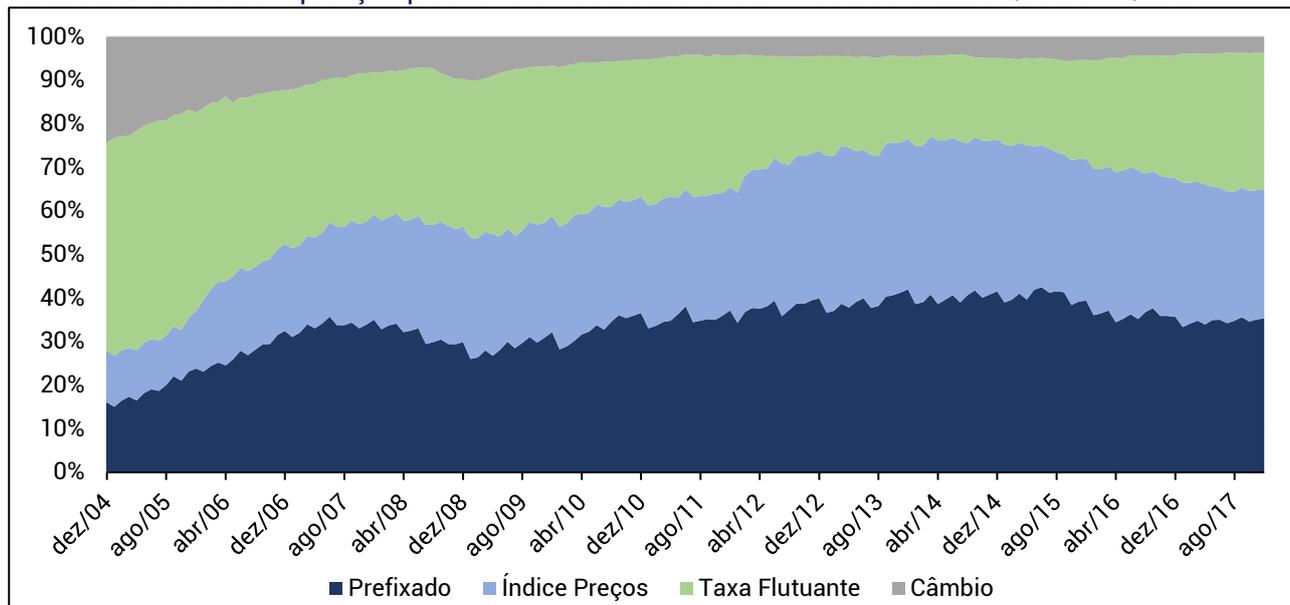
O Instituto Fiscal Independente⁷ revisou para melhor o cenário que julga ser o mais provável para a trajetória da Dívida Pública para este ano, apoiado nos seguintes fatores: no patamar da dívida em 2017 mais baixo que o esperado, nos efeitos desse patamar sobre o fluxo do pagamento de juros, bem como na previsão de devolução de R\$ 130 bilhões pelo BNDES ao Tesouro em 2018, e na redução da projeção da SELIC.

Assim, o IFI estima a DBGG em 75,8% do PIB ao fim de 2018, seguido de contínua trajetória de elevação até 2023, quando alcançaria 86,6% do PIB, passando então a recuar paulatinamente até 2030 reduzindo-se a 76,7%. É ainda considerado como premissa para a efetividade desse cenário de trajetória da dívida, o controle do gasto obrigatório e a elevação da receita de forma a lograr resultado superavitários.

A projeção do IFI coincide com a do Tesouro Federal quando se trata da composição dos tipos de papéis que compõe a Dívida Pública Federal (DPF): a partir de 2018 a participação dos papéis a taxas flutuantes se elevará em detrimento dos prefixados. Tal tendência estimada vai na contramão da composição atual da DPF, composta em maior proporção por títulos remunerados a taxas prefixadas (35,3%) seguido dos remunerados a taxas flutuantes (31,5%) (Gráfico 12), caracterizada por reduzida exposição cambial. A inversão da composição da DPF implicará em maior exposição ao risco externo proveniente da rápida subida da taxa de juros norte americana

⁷ Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/538087/RAF_13_2018.pdf> Acesso em: 15 de março de 2018.

Gráfico 12. Brasil: Composição por Indexadores da Dívida Pública Federal – dez/04 a dez/2017



FONTE: STN.

No tocante à trajetória da *Dívida Líquida*, a projeção do Banco Central no último Boletim Focus (16/03) é de alcance de 55,0% ao fim de 2018.

Apesar de resultado fiscal um pouco melhor em 2017, o cenário fiscal brasileiro permanece instável, visto contínuo crescimento do estoque da dívida pública, bem como o déficit previdenciário, o corte nos investimentos públicos e a redução das transferências aos Estados.

3. CENÁRIO ESTADUAL

3.1. Nível de Atividades

3.1.1. Produção Agrícola

Produção graneleira maranhense ultrapassará os 5 milhões de toneladas em 2018.

De acordo com os dados do LSPA referentes ao mês de fevereiro de 2018, a produção graneleira está estimada em 5.141 mil toneladas (t) em 2018, crescimento de 16,1% em comparação com a safra de 2017 (Tabela 10).

Tabela 10. Maranhão: Estimativa de área plantada e colhida, produção e rendimento médio dos principais produtos acompanhados pelo LSPA - 2017 e fev/2018

Produto	Período	Área (mil ha)		Produção MA (mil t)	Rend. Médio MA (Kg/ha)	
		Plantada/a plantar	Colhida/a colher			
Grãos	Total de Grãos	2017 (a)	1.639	1.630	4.427	2.716
		Fev/18 (b)	1.591	1.591	5.141	3.231
		(b/a)	-2,9	-2,4	16,1	19
	Soja	2017 (a)	819	819	2.335	2.851
		Fev/18 (b)	920	920	2.800	3.042
		(b/a)	12,4	12,4	19,9	6,7
	Sorgo	2017 (a)	92	92	118	1.282
		Fev/18 (b)	106	106	297	2.810
		(b/a)	15	15	152,1	119,2
	Milho	2017 (a)	471	465	1.632	3.521
		Fev/18 (b)	417	417	1.678	4.047
		(b/a)	-11,6	-10,4	2,8	15
	Feijão	2017 (a)	75	75	44	575
		Fev/18 (b)	73	73	42	556
(b/a)		-2,5	-2,5	-5,8	-3,3	
Arroz	2017 (a)	160	157	246	1.570	
	Fev/18 (b)	159	159	269	1.680	
	(b/a)	-0,7	1,2	9,3	7	
Algodão	2017 (a)	22	22	52	3.796	
	Fev/18 (b)	22	22	56	4.102	
	(b/a)	-0,7	-0,7	7,4	8,1	
Demais culturas	Mandioca	2017 (a)	294	151	1.316	8.703
		Fev/18 (b)	282	149	1.273	8.521
	(b/a)	-4	-1,1	-3,2	-2,1	
Cana-de-açúcar	2017 (a)	52	45	2.483	54.580	
	Fev/18 (b)	49	46	2.663	58.052	
	(b/a)	-6,3	0,8	7,2	6,4	

Fonte: GCEA-MA/LSPA/IBGE

* Para o total da produção de grãos, considerar no somatório apenas 61% do peso do algodão herbáceo referente ao caroço, de acordo com especificações do IBGE.

A produção graneleira maranhense vem se recuperando de forma surpreendente desde o ano passado. Em 2016, houve uma queda expressiva na produção de grãos, ainda reflexo da seca iniciada a partir do último trimestre de 2015, momento do começo do plantio.

Em 2017, a produção de grãos no Maranhão encerrou em 4.427 mil t, recorde até então. Contudo, devido ao reflexo positivo da safra agrícola, além do fato de que a taxa de câmbio continua favorável (na casa dos R\$ 3,25) somado à recuperação, ainda que tímida, no preço das *commodities* agrícolas, estimulou-se significativamente os produtores maranhenses, em especial, os que cultivam soja.

Mesmo com a queda estimada nas áreas plantadas do milho (-11,6%), feijão (-2,5%), arroz (-0,7%) e algodão (-0,7%), o incremento de 12,4% na área plantada da soja, compensou o resultado pessimista nas demais culturas, já que esse produto representa cerca de 54,3%.

- Para o ano corrente, a estimativa é que se possa colher, aproximadamente, 2,8 milhões de t de soja, 459,6 mil t a mais que no ano anterior. Os produtores do município de Balsas, por exemplo, onde se concentra a maior produção do estado, estimam colher o equivalente a 605,6 mil t (+20,0%), ao passo que o segundo maior produtor do Maranhão, Tasso Fragoso, estima colher, aproximadamente, 564,6 t (+28,6%). Destaca-se que ambas as produções são recorde.
- A produção de *Milho*, por sua vez, apresenta uma redução na área plantada da ordem de 11,6%, fruto alguns fatores, como por exemplo, redução na área de pequenos produtores que ainda utilizam formas rudimentares de cultivo, resultando em baixa produtividade e substituição de algumas áreas de *Milho* pela *Soja*.
- Vale ressaltar que mesmo com a queda na área plantada do *Milho*, a produção estimada, simultaneamente com o rendimento médio, deverá encerrar o ano acima do que foi produzido

no ano anterior, dado que os grandes produtores, principalmente os da região Sul do Estado, cultivam o *Milho* de forma solteira e mecanizada com aplicação de insumos. Em Balsas e Riachão, por exemplo, a produtividade chega a ser de 9.000 *kg/ha* para o *Milho Primeira Safra*.

- Quanto ao *Sorgo*, o aumento expressivo na produção estimada, segundo informações do GCEA/MA, é, basicamente, consequência da produção da segunda safra de *Soja*, a partir de 2017. Contudo, para o ano corrente, a intenção de plantio que seria destinada à segunda safra de *Soja*, foi substituída pelo *Sorgo*, já que este produto está sendo bastante demandado na Região Sul para a produção de Ração, o que explica o aumento significativo de sua produção.
- A produção estimada de *Arroz* em algumas regiões do Estado segue conforme o esperado, conforme informações do GCEA/MA, por exemplo, nos municípios de Arari, Lagoa do Mato, Montes Altos e Parnarama. No caso do primeiro, há duas áreas de cultivo de arroz mecanizado, com rendimentos médios esperado entre 3.160 *kg/ha* e 5.000 *kg/ha*, cuja área somam produção estimada de cerca de 9,5 mil t.
 - Quanto ao município Lagoa do Mato, estima-se colher 2,5 mil t, tendo em vista a decorrência da distribuição de sementes selecionadas dentro do período para o plantio e uma boa perspectiva quanto ao período chuvoso.
 - É importante destacar que a produção de *Arroz* no Estado vem sendo incentivada pelo *Programa Mais Produção*, que prioriza o adensamento das cadeias produtivas, com ações específicas em 13 municípios de assistência técnica e gerencial abrange 250 propriedades.
 - Em 2017, houve aumento da produção (+17,0%) e da produtividade (+33,0%) dos produtores assistidos pelo Programa, conforme os dados da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca (SAGRIMA). Além disso, com o *Programa Mais Semente*, os produtores estão tendo acesso às sementes com periodicidade.
 - Com o *Projeto de irrigação Salangô*, em São Mateus, que visa a produção de sementes para atender os produtores do Programa Mais Produção, foram 450 *ha* de área plantada em 2017, conforme as informações disponibilizadas pela SAGRIMA.
- Apesar dos resultados negativos da cultura do *Feijão*, a perspectiva com os investimentos realizados pelo Governo do Estado, por meio do *Programa Mais Produção*, é de dinamização da cadeia produtiva. Como resultado das ações já implementadas, em 16 municípios e 300 propriedades familiares houve incremento da produção em 2017 (207.200 *kg*) em relação a 2016 (40.863 *kg*), conforme as informações disponibilizadas pela *Secretaria Estado de Agricultura Familiar* (SAF).
- A produção de *Cana-de-Açúcar*, apesar do resultado de janeiro ter indicado uma redução na área plantada, deverá ser maior que a do ano passado. Essa queda na área se justifica em alguns casos, por conta da falta de custeio para os produtores (Passagem Franca e Buriti Bravo) e em outros municípios, por exemplo, em Monção constatou-se que a área destinada ao plantio dessa cultura não existe mais, portanto, foi revisada pela comissão municipal.

3.1.2. Financiamento Imobiliário

Financiamento Imobiliário no Maranhão, em 2017, mantém tendência de queda superior ao Nordeste e o Brasil.

Segundo os dados do Sistema Financeiros de Habitação (SFH), no acumulado de janeiro a novembro de 2017, o total de crédito para aquisição de imóveis no Maranhão registrou 293,8 milhões, recuo de 16,7% em comparação ao mesmo período do ano anterior (ajustado pelo IPCA) (Tabela 11). No mês de novembro, o total de financiamento a preços constantes registrou R\$ 15,3 milhões ante 36,3 milhões, em comparação ao mesmo mês do ano passado.

Tabela 11. Brasil, Nordeste e Maranhão: Total de Financiamentos para Aquisição de Imóveis (R\$ milhões inflac. IPCA), Participação do Nordeste e Brasil 2007 a 2016, Taxa Média de Crescimento Anual 2007 a 2016 (% a. a.), 2016/2015 e Taxa de Crescimento 2017/2016 (acumulado até novembro) e participação (%)

Ano	Total			Part. (%)	
	MA	NE	BR	NE	BR
2007	97,8	1.383,8	16.457,8	7,1	0,6
2008	151,2	8.589,3	76.366,7	1,8	0,2
2009	277,9	3.426,6	33.234,0	8,1	0,8
2010	410,3	4.989,6	49.869,5	8,2	0,8
2011	654,3	6.794,0	65.796,1	9,6	1,0
2012	842,7	8.589,3	76.366,7	9,8	1,1
2013	958,1	11.381,2	101.203,9	8,4	0,9
2014	1.079,5	12.141,1	100.848,8	8,9	1,1
2015	705,5	8.232,3	62.772,5	8,6	1,1
2016	398,1	5.119,7	36.719,6	7,8	1,1
2016*	352,7	4.530,6	32.759,3	7,8	1,1
2017*	293,8	4.165,4	31.403,1	7,1	0,9
2007 a 2016	16,9	15,6	9,3	-	-
2016/2015	-43,6	-37,8	-41,5	-	-
2017/2016*	-16,7	-8,1	-4,1	-	-

Fonte: SBPE/BACEN

*Acumulado janeiro a novembro de 2017.

Segundo a Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (ABECIP), os financiamentos imobiliários com recursos da caderneta de poupança alcançaram R\$ 3,84 bilhões no mês de janeiro de 2018, com crescimento de 23,7% em relação a janeiro de 2017. A ABECIP mencionou que os bancos Bradesco e Santander, no tocante ao volume de financiamento contratados, ultrapassou a Caixa Econômica Federal.

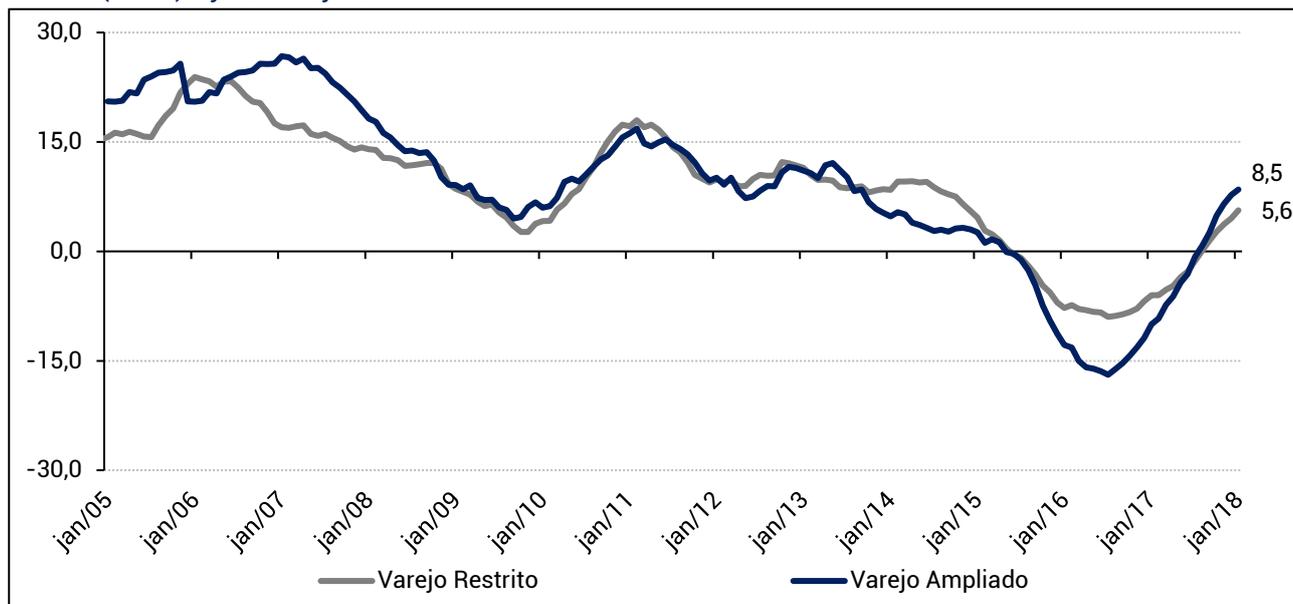
- Segundo a pesquisa realizada pela Federação das Indústrias do Maranhão (FIEMA), houve uma queda de 2,6 pontos em comparação ao mês de dezembro de 2017, o nível de atividades da *Construção Civil* em janeiro de 2018 apresentou redução de 36,7 pontos no Maranhão.
- A Caixa Econômica Federal (CEF), voltou a financiar a linha de empréstimo na modalidade Pró-Cotista em 70% no valor para imóveis usados. Destaca-se que esta linha subsidia imóveis de até R\$ 950 mil, cobrando juros de até 8,66% a. a.
- A construtora MRV Engenharia planeja investir mais de R\$ 100 milhões em 2018, no Maranhão, para impulsionar o setor com a construção de 1.271 unidades habitacionais em São Luís com Valor Geral de Vendas (VGV) de R\$ 202 milhões.
- Segundo a Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios (ABAC), o Maranhão contribuiu com 15,2% das vendas de imóveis por meio de consórcio entre janeiro e outubro de 2017. Por região, o Nordeste foi responsável por 20% dos imóveis financiados.

3.1.3. Comércio

No mês de janeiro de 2018, o Volume de Vendas do Varejo Restrito maranhense expandiu 6,2% na comparação mensal.

O desempenho anual das vendas do *Varejo Restrito* e do *Ampliado* apresentam trajetória de crescimento no acumulado dos últimos 12 meses, encerrados em janeiro de 2018, como pode ser visto no *Gráfico 13*. No mês de janeiro, o Volume de Vendas do Varejo Restrito maranhense cresceu 6,2% em relação ao mês de dezembro de 2017. Na comparação com janeiro de 2017, apresentou crescimento de 13,0%, a décima primeira taxa consecutiva nessa base de comparação. Nos últimos 12 meses, o Volume de Vendas do Comércio Varejista Restrito maranhense registrou alta de 5,6%, a maior taxa de crescimento, nessa base de comparação, desde dezembro de 2014 (5,5%).

Gráfico 13. Maranhão: Evolução das Vendas do Comércio Varejista Restrito e Ampliado - Cresc. 12 meses (em %) - jan/05 a jan/18

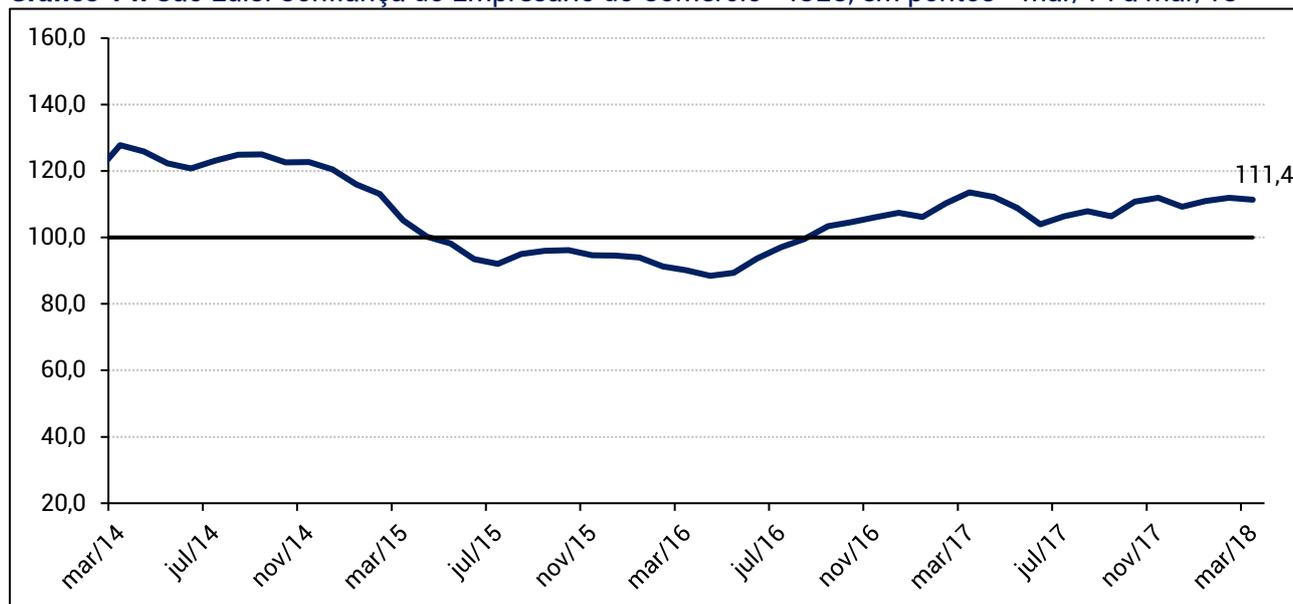


Fonte: PMC/IBGE.

Quanto ao Varejo Ampliado, na comparação com o mesmo mês do ano anterior, o Volume de Vendas apresentou expansão de 12,1% em janeiro de 2018. No acumulado de 12 meses, o Volume de Vendas do Varejo Ampliado aumentou 8,5%, porém, a quantidade de veículos novos no Maranhão manteve-se negativa (-28,5%).

O ajuste dos preços relativos, tais como inflação e a taxa de juros, vem contribuindo para a retomada da economia brasileira, o que reflete na recuperação no Volume de Vendas do Varejo maranhense, já observado em 2017. Quanto à confiança do empresário do comércio ludovicense, para o mês de março de 2018, apresentou leve queda (-0,5%), alcançando 111,4 pontos (zona de avaliação positiva, acima do limiar de neutralidade, em 100,0 pontos), de acordo com os dados divulgados pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Maranhão (Fecomércio/MA), como pode ser visto no Gráfico 14.

Gráfico 14. São Luís: Confiança do Empresário do Comércio - ICEC, em pontos - mar/14 a mar/18

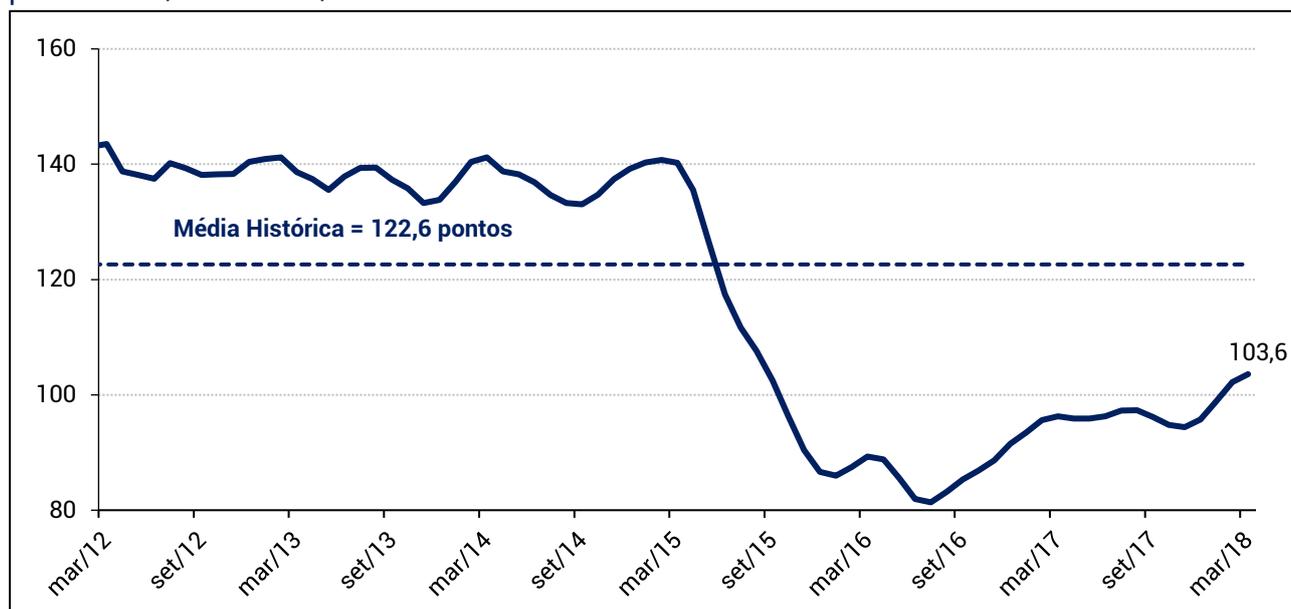


Fonte: FECOMÉRCIO/MA.

Dentre os componentes que formam o ICEC, os quais funcionam como indicadores antecedentes de vendas, Expectativas futuras foi positiva no mês de março: Economia (+3,0%), ao Setor (+1,7%) e à Empresa (+2,2%). Quanto à visão sobre Investimentos apresentou variação negativa na comparação mensal (-1,0%), com quedas nos subcomponentes Nível de Investimento em Estoques (-4,9%) e Situação Atual dos Estoques (-1,0%), exceto em Expectativas para Contratação de Funcionários que apresentou crescimento, no mês de março, de 2,1%.

Apesar do desempenho modesto do ICEC, a Intenção de Consumo das Famílias mostra-se mais favorável. A média móvel trimestral, encerrada em março de 2018, atingiu 103,6 pontos, acima da zona de avaliação positiva – o melhor resultado desde agosto de 2015, quando atingiu 107,6 pontos, como pode ser visto no Gráfico 15.

Gráfico 15. São Luís: Evolução do Intenção de Consumo das Famílias (ICF) - Média trimestral, em pontos -Mar/2012 a Mar/2018



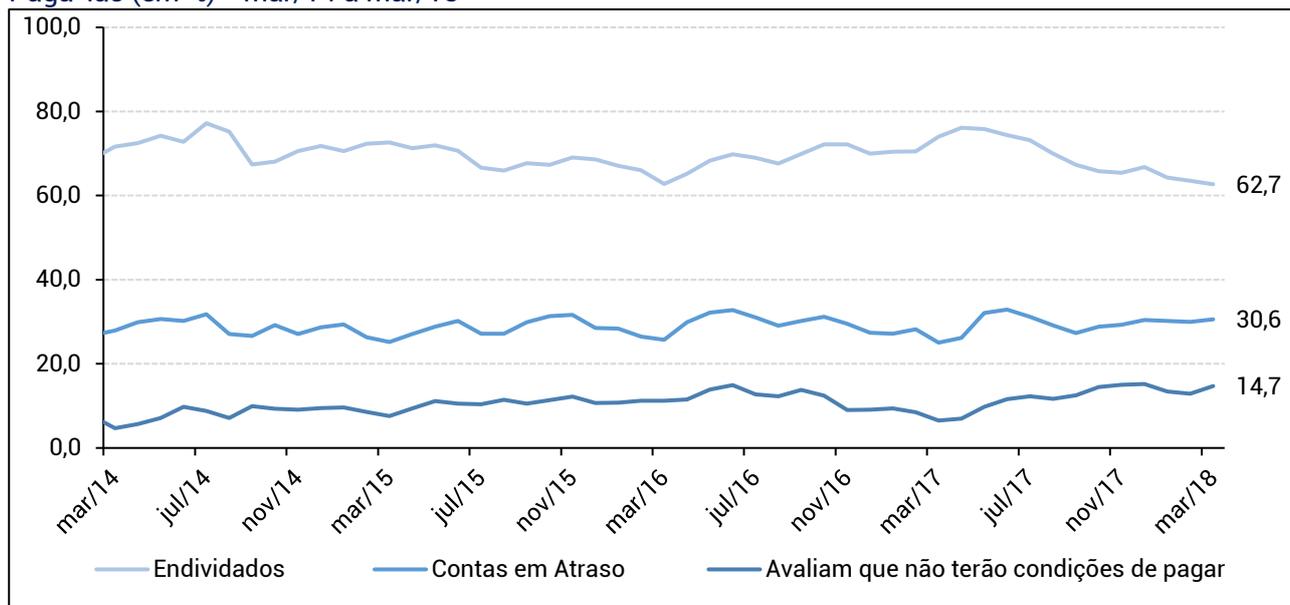
Fonte: FECOMÉRCIO/MA.

3.1.4. Endividamento

Em março de 2018, 62,7% das famílias ludovicenses estavam endividadas, o menor nível desde março de 2016 (62,8%).

Os dados da pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), realizada pela Fecomércio/MA, mostram recuo no percentual de famílias ludovicenses endividadas, saindo de 63,5% em fevereiro de 2018 para 62,7% em março de 2018. Com esse resultado de março, o percentual de *Famílias Endividadas* apresenta o menor nível desde março de 2016 (62,8%). O percentual de *Famílias com Contas em Atraso* aumentou: saiu de 30% em fevereiro para 30,6% em março. Ademais, 14,7% das famílias avaliam que não terão condições de realizar o pagamento das dívidas.

Gráfico 16. São Luís: Percentual de Famílias Endividadadas, com Contas em Atraso e sem Condições de Pagá-las (em %) - mar/14 a mar/18



Fonte: Fecomércio/MA.

3.1.5. Investimentos

Investimentos em andamento e planejados no Maranhão somam R\$ 13,7 bilhões no qual 44,9 % está em andamento.

O Maranhão tem um aporte de R\$ 13,7 bilhões em investimentos públicos e privados em andamento e a iniciar. Com empreendimentos pulverizados em diversos setores, o Estado contabiliza R\$ 9,2 bilhões em investimentos privados (Tabela 12). Sobressaem, nesse conjunto, os investimentos voltados para a ampliação ou melhoria da *Infraestrutura Portuária* (R\$ 2,9 bilhões) e os investimentos voltados para o *Setor Elétrico* (R\$ 2,1 bilhões).

Os investimentos públicos no Maranhão totalizam R\$ 4,5 bilhões, no qual R\$ 4,0 bilhões estão sob a responsabilidade do Governo do Estado. Deste total, R\$ 1,7 bilhões correspondem aos projetos em andamento e R\$ 2,2 bilhões compreendem aos projetos que ainda irão iniciar. A outra parcela dos investimentos públicos no Estado é referente aos projetos em andamento em rodovias do Governo Federal (R\$ 524 milhões). Com base nos *Relatórios de Execução Orçamentária*⁸ do Maranhão, os investimentos públicos em 2017 cresceram 42,7% em relação ao ano de 2016, grande parte com recursos do Tesouro Estadual. Os investimentos estão concentrados na *Construção e Pavimentação de Rodovias, Construção de Escolas, Hospitais e Unidades de Segurança*. Segundo informações da Secretaria da Fazenda do Estado do Maranhão (SEFAZ-MA), a disponibilidade de caixa para os investimentos está relacionada à revogação de incentivos fiscais para grupos econômicos específicos, redução de benefício para alguns setores por meio do ICMS e eliminação de subsídios a algumas empresas.

Tabela 12. Maranhão: Investimentos Privados e Públicos Estaduais e Federais em Andamento e Projetados (R\$ milhões) - 2018 a 2022⁹

Segmento	Total Geral	Em Andamento	A iniciar					
			Em Contratação	Em Licitação	Fase de elaboração	Termo de compromisso assinado	Anunciados	Total (A iniciar)
Privados Total	9.171,8	3.915,0	-	208,2	860,0	398,9	3.789,6	5.256,8
Movimentação Portuária	2.912,2	1.868,0	-	208,2	627,0	-	209,0	1.044,2

⁸ Disponível em <<http://www.seplan.ma.gov.br/files/2013/02/RREO-6%C2%BABIM-2017.pdf>> e <<http://www.seplan.ma.gov.br/files/2013/02/RREO-6%C2%BA-BIM-2016-1.pdf>> Acesso em 20 de março de 2018.

⁹ Os investimentos públicos em andamento e planejados tem previsão de conclusão até 2018 enquanto os investimentos privados têm previsão até 2022.

Energia Elétrica	2.154,8	1.500,0	-	-	-	-	654,8	654,8
Ind. de Transf.	1.564,1	17,0	-	-	24,9	289,5	1.232,7	1.547,1
Transporte/Logística	1.404,9	-	-	-	-	84,4	1.320,5	1.404,9
Comércio e Serviços	557,4	200,0	-	-	200,0	1,2	156,2	357,4
Indústria Extrativa	445,7	250,0	-	-	2,7	-	193,0	195,7
Fabr. Fertiliz. e armaz.	98,5	80,0	-	-	-	8,5	10,0	18,5
Outras obras de infraestrutura	27,9	-	-	-	-	15,3	12,6	27,9
Construção Civil e Imobiliário	5,4	-	-	-	5,4	-	-	5,4
Alimentação e bebidas	1,0	-	-	-	-	-	1,0	1,0
Públicos Total	4.531,3	2.235,7	1.118,3	34,2	7,8	-	1.135,3	2.295,7
Obras de infraestrutura	4.284,7	2.027,1	1.118,3	4,0	-	-	1.135,3	2.257,6
Construção de Escolas	152,4	114,3	-	30,2	7,8	-	-	38,0
Construção de Hospitais	50,3	50,3	-	-	-	-	-	-
Assistência Social	20,7	20,7	-	-	-	-	-	-
Segurança Pública	14,6	14,6	-	-	-	-	-	-
Cadeias Produtivas	8,6	8,6	-	-	-	-	-	-
Total Geral	13.703,1	6.150,7	1.118,3	242,4	867,8	398,9	4.925,0	7.552,5

Fonte: SEINC; SINFRA; SES; SEDUC; SEDES; CAEMA; EMAP; SSP; IMESC.

Atualmente, 72,3% do montante de investimentos privados estão concentrados nos segmentos de *Movimentação Portuária* (31,8%), *Energia Elétrica* (23,5%) e *Indústria de Transformação* (17,1%). No segmento de *Movimentação Portuária*, R\$ 1,2 bilhões referem-se a projetos no *Porto do Itaqui* e R\$ 1,7 bilhões referem-se à construção do *Porto São Luís, Terminal de Uso Privativo (TUP)* da empresa *WPR Portos e Terminais e da China Communications Construction Company (CCCC)*, o negócio tem 51% de capital da CCCC, o termo de compromisso entre as duas empresas foi assinado em abril de 2017. O terminal projetado tem finalidade semelhante ao do *Porto do Itaqui*, de onde se espera exportar grãos, celulose, gados, contêineres e importar combustíveis e fertilizantes. A primeira fase da obra, orçada em R\$ 800 milhões, foi iniciada em março de 2018 e compreende a construção de quatro dos seis berços projetados para o Porto, a capacidade de movimentação do novo terminal é de cerca de 10 milhões t/ano.

No segmento de *Energia Elétrica*, destaca-se o investimento da EDP Energias do Brasil S/A, atuante na área de geração, distribuição e comercialização de energia elétrica. No leilão de transmissão nº 5/2016¹⁰, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), foram ofertados trinta e cinco lotes de transmissão, ocasião na qual a empresa arrematou dois lotes no Maranhão (7 e 11) com investimento total de R\$ 654,8 milhões. O empreendimento está em processo de licenciamento ambiental e a previsão é de que a licença de instalação seja expedida em dezembro de 2018 e a de operação, em janeiro de 2021. As instalações terão prazos de 36 a 60 meses para entrarem em operação comercial.

- No Lote 7, a EDP irá construir 121 quilômetros (km) de linhas, com uma Receita Anual Permitida - RAP¹¹ de R\$ 66,2 milhões. Esse lote é composto por empreendimentos no Maranhão, como as linhas de transmissão de 500 kV entre Miranda II - São Luís II, com 116 km de extensão, e entre São Luís II - São Luís IV, com 5 km; a subestação São Luís IV e um trecho de linha conectando essa subestação ao seccionamento da linha Termelétrica (Usina Termelétrica - UTE) Porto do Itaqui, com 1 km. O investimento previsto no projeto é de R\$ 495,2 milhões.
- O Lote 11 é composto pelas linhas de transmissão de 230 kV entre Coelho Neto - Chapadinha II, com 74 km, e Miranda II - Chapadinha II, com 129 km, além da subestação Chapadinha II. No total, são 203 km de linhas e uma receita anual de R\$ 30,2 milhões e um aporte de R\$ 159,5 milhões.

¹⁰ O leilão de transmissão realizado em abril de 2017 pela ANEEL ofereceu concessões para a construção e futura operação de 7,4 mil quilômetros em novas linhas de transmissão de eletricidade, foi contratado R\$ 12,7 bilhões do total de R\$ 13,16 bilhões ofertados.

¹¹ A RAP (Receita anual permitida) é a receita anual que a transmissora terá direito pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários, a partir da entrada em operação comercial das instalações.

No final de 2017 e no início de 2018, novos investimentos foram anunciados para a indústria de transformação, perfazendo um total de R\$ 567 milhões.

- A cervejaria Itaipava anunciou investimento de R\$ 480 milhões em Bacabal. A empresa produzirá cervejas, refrigerantes e outros produtos. Estima-se que sejam gerados 500 empregos diretos, mas as obras ainda não foram iniciadas.
- O grupo Origine investirá em uma agroindústria de processamento de carne tipo premium em Estreito. Um investimento de R\$ 70 milhões com capacidade para abate de 800 cabeças por dia, estimando-se geração de mil empregos diretos e dois mil indiretos. A indústria irá operar em um sistema de produção verticalizado, sendo responsável por todas as etapas da cadeia até chegar ao consumidor final, sendo exclusiva para a exportação de carne do gado Akaushi.
 - O *Porto de Itaqui* não está preparado para armazenagem e escoamento de carga refrigerada o que pode acarretar, no curto prazo, num impedimento para a exportação via Maranhão. No entanto, o porto investiu R\$ 9,1 milhões na pavimentação dos pátios G e H visando atender a demanda de contêineres refrigerados, com 20.250 m² a estrutura tem capacidade para movimentação de 1.341 TEU's com 420 tomadas, a obra foi entregue em novembro de 2017, mas ainda é necessário a modernização do sistema elétrico do porto para que seja utilizada toda a capacidade. Atualmente às exportações de carnes congeladas do Maranhão, ocorrem via *Porto de Santos*, Pecem no Ceará e Porto de Itaguaí no Rio de Janeiro, em 2017, o valor exportado foi de US\$ 17,1 milhões, correspondente a 5,1 mil t.
- A empresa Elbrus está investindo R\$ 17 milhões em uma fábrica de equipamentos de ar condicionado, freezers e máquinas de lavar, em São Luís. Com o início da fase de terraplanagem (40 empregos diretos), estima-se que a fábrica entre em operação no final de 2018 podendo gerar até 250 empregos diretos. A fábrica terá capacidade de produção 3.700 unidades de ar condicionado/mês.

Os investimentos, da ordem de R\$ 1,7 bilhão para expansão e adaptação do Porto do Itaqui, vêm contribuindo para aumentar o volume e a agregação de valor às exportações e importações operadas neste porto estratégico para as operações do Corredor Centro Norte do Brasil

Os investimentos destinados ao Porto do Itaqui¹², até o ano de 2022 perfazem R\$ 1,7 bilhões, divididos entre recursos próprios, por meio dos reinvestimentos dos lucros da Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP (R\$ 716,4 mi), recursos federais e investimentos privados no montante de R\$ 1,0 bilhão. De acordo com a [Tabela 13](#), os investimentos em andamento correspondem a apenas 11,5% (R\$ 198,6 mi) do total, enquanto os investimentos a iniciar representam 88,6% (R\$ 1,5 bilhões).

Tabela 13. Maranhão: Investimentos Públicos e Privados no Porto do Itaqui em Andamento e a Iniciar (R\$ milhões)

Projeto	A iniciar	Em Andamento	Data de início	Previsão de Conclusão	Total Geral
Recurso Privado	835,2	168,0	-	-	1.003,2
Novo acesso ferroviário no Porto do Itaqui	280,0	-	2019	2021	280,0
Segunda Fase do TEGRAM	267,0	-	2018	2019	267,0
Novo Terminal de Carga Geral	208,2	-	2018	2019	208,2
Expansão no arrendamento da ULTRACARGO	-	168,0	nov/16	dez/18	168,0
Automatização na oper. de descarga de Fertilizantes	80,0	-	2018	2019	80,0
Recurso Próprio	685,9	30,6	-	-	716,4
Expans. das áreas de graneis líquidos - Área A-02	400,0	-	2019	2022	400,0
Construção do Berço 98	180,0	-	nov/18	nov/21	180,0
VTMIS (Sistema de Gerenciamento de Tráfego de Embarcações)	35,0	-	2019	2021	35,0

¹² O Porto do Itaqui, juntamente com os terminais da Vale e da Alumar, integra o complexo portuário de São Luís. O complexo está estrategicamente localizado junto aos principais mercados mundiais, o que, além da proximidade com o Canal do Panamá, possibilita redução de custos para a Ásia e Oceania.

Recuperação estrutural de berços 103 e 106	34,5	-	jun/18	dez/20	34,5
PORTOLOG	18,0	-	2019	2020	18,0
Novo Terminal de Passageiros do Cujupe	0,0	15,0	fev/17	jun/18	15,0
Revitalização do sistema de combate a incêndio berços 100 a 108	-	13,3	jan/17	mai/18	13,3
Modernização sistema elétrico do Porto do Itaqui	11,6	-	abr/18	dez/18	11,6
Pavimentação rígida - saída das distribuidoras	2,9	-	ago/18	dez/18	2,9
Construção da rampa de acesso sul e escada de arrimo	2,5	-	jun/18	nov/18	2,5
Sistema de combate a Incêndio Predial	1,5	-	abr/18	set/18	1,5
Sala segura	-	1,4	fev/18	jun/18	1,4
Cober. para insp. de cargas, veículos na Portaria de Acesso Norte	-	0,8	mar/18	ago/18	0,8
Total Geral	1.521,1	198,6	-	-	1.719,7

Fonte: EMAP; IMESC.

- Em 2017, R\$ 93,6 milhões em investimentos foram entregues¹³ no Porto do Itaqui, dos quais 94,7% são provenientes de recursos próprios da EMAP e do Governo Federal. Estes consistem em obras no *Berço 108* (será inaugurado em março de 2018), melhoria no controle de acesso de veículos e pessoas no Porto do Itaqui, revitalização no Cais de São José de Ribamar, construção de unidades de segurança, novo centro de controle operacional no porto, substituição das torres de iluminação da área primária do Porto do Itaqui, barreira de contenção dos Berços 100 a 108, pavimentação dos Pátios G e H e pavimentação do acesso à moega do Terminal de Grãos do Maranhão (TEGRAM).
- Os *Investimentos em Andamento* com recursos próprios da EMAP (R\$ 30 milhões) incluem a construção do novo *Terminal de Passageiros do Cujupe* (R\$ 14 milhões), iniciado em fevereiro de 2017. O novo terminal contará com um sistema de reaproveitamento de águas de chuvas, reformulação de pátio de espera e estacionamento, reforma estrutural da área do entorno, reorganização do comércio ambulante e pavimentação de toda a área do terminal.
 - Com recurso privado, tem-se o investimento da Ultracargo (R\$ 168 milhões), que consiste na criação de nova área para armazenamento de combustíveis, com previsão de aumento de 30% da capacidade de movimentação de granéis líquidos (48.000 m³), pretende-se movimentar até 1,5 milhões t/ano.
- Entre os *Investimentos Previstos* para os próximos anos, destaca-se os projetos para aumento da capacidade de granéis líquidos (R\$ 400 milhões) e a construção do Berço 98 (R\$ 180 milhões), ambos com recursos próprios da EMAP e com previsão de entrega para 2018.
 - Com recurso privado, está planejada para o Porto do Itaqui a construção do novo terminal de carga geral, em especial para a pasta de celulose (R\$ 208,2 milhões). A licitação pública para construção de armazém e berço (B-99) para movimentação de carga geral está programada para ser realizada pelo Governo Federal, a previsão de lançamento do edital está para março de 2018.
- Os planos de investimentos dos setores públicos e privados no Porto do Itaqui, se concretizados, irão contribuir para o aumento da movimentação de cargas gerais, granéis sólidos e líquidos e operacionalização de navios com maior capacidade de armazenamento, o que reduz o custo do frete por tonelada. Atualmente, a capacidade de movimentação de cargas está aquém da necessidade do Estado, sendo necessária a construção de berços e retroarias.

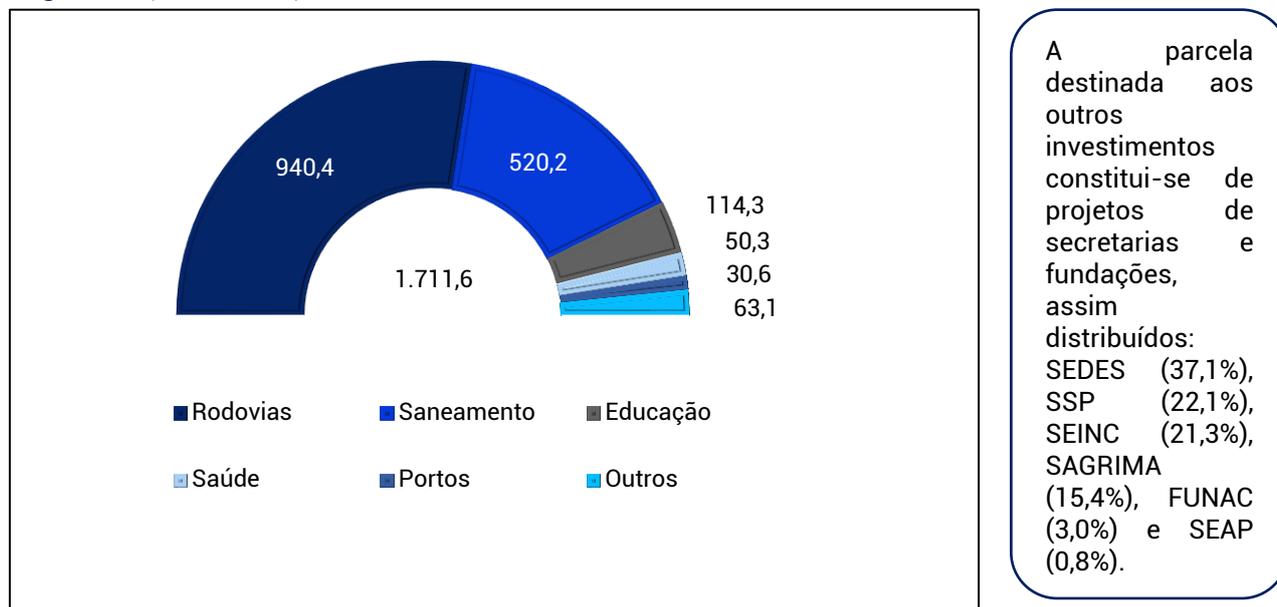
Os investimentos do Governo do Maranhão em andamento perfazem total de R\$ 1,7 bilhão

Os investimentos públicos no Maranhão totalizam R\$ 1,7 bilhões, tendo a capacidade de impulsionar o desempenho econômico, alimentando o crescimento da produtividade através da melhoria do capital humano, incentivando a inovação tecnológica e estimulando o investimento do setor privado. Atualmente, no Estado, os investimentos públicos concentram-se em Infraestrutura, Educação, Saúde, Segurança e Assistência Social. Os recursos destinados para essas áreas pelo

¹³ Iniciados em 2015, 2016 e 2017.

Governo são provenientes de recursos do Tesouro Estadual, créditos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Caixa Econômica Federal - CEF, Banco do Brasil – BB e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

Gráfico 17. Maranhão: Investimentos do Governo Estadual em Andamento por Segmento (R\$ Milhões)



Fonte: CAEMA; EMAP; SEDES; SEDUC; SINFRA; SSP; SES; IMESC.

De acordo com a Secretaria de Estado da Infraestrutura (SINFRA), os investimentos em andamento em rodovias no Maranhão perfazem total de R\$ 940,4 milhões e os investimentos a iniciar são da ordem de R\$ 1,3 bilhões, estes últimos estão em fase de contratação de empresas ou aguardando autorização para dar início ao processo de contratação.

Uma das rodovias com investimentos em andamento e previstos é a MA 006, que interliga as regiões Sul e Norte do Estado. De acordo com a SINFRA, alguns trechos já foram restaurados e pavimentados nessa rodovia, como o trecho entre Arame e Grajaú (R\$ 161,2 milhões) e o trecho entre Pedro do Rosário ao Entroncamento da BR-316, povoado Cocalinho (R\$ 23,5 milhões). Há também novos investimentos projetados para a MA 006, orçados em R\$ 314,4 milhões. Apesar do volume de investimentos em reconstrução, implantação e melhoria de rodovias, ainda há necessidade de o Estado dispor de rodovias com maior nível de qualidade, ou seja, a expansão dos investimentos em infraestrutura é o caminho mais rápido para o estado alcançar um novo ciclo de desenvolvimento sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda.

Os investimentos em educação são destinados à construção de escolas, institutos e universidades, por meio da Secretaria da Educação (SEDUC) (R\$ 78,9 milhões), da Secretaria da Ciência Tecnologia e Inovação (SECTI) (R\$ 23,4 milhões) e da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) (R\$ 12 milhões). Os investimentos em educação por meio da SEDUC focalizam na construção de Escolas Dignas e na ampliação e modernização de unidades de ensino no Maranhão.

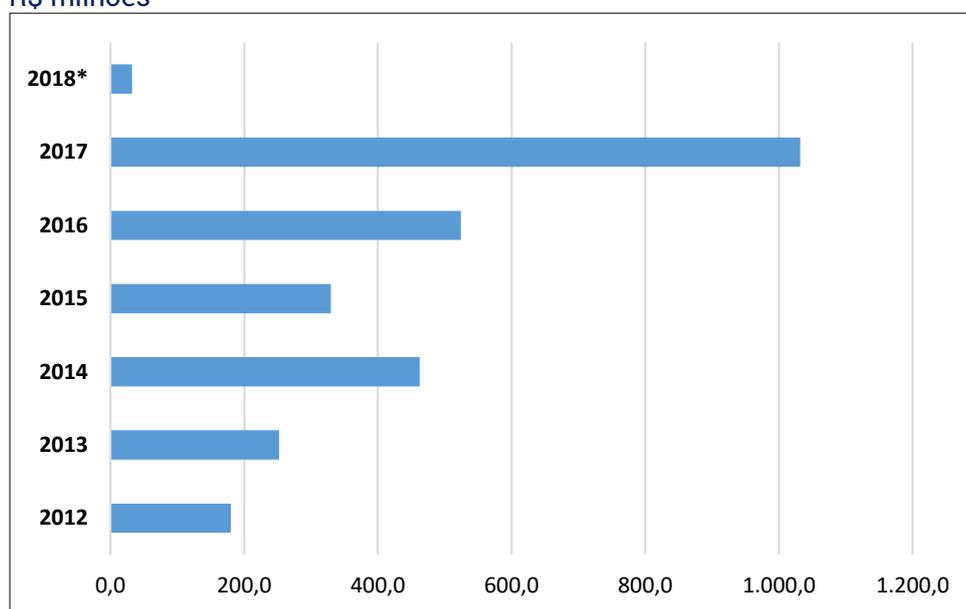
- As obras do Programa Escola Digna são financiadas com recursos próprios do Governo do Estado, com empréstimos junto ao BNDES e com recursos provenientes de emendas parlamentares. Além disso, uma parte do programa está sendo realizada com recursos advindos de parceria com a iniciativa privada, como a Companhia Energética do Maranhão (CEMAR) e a Algar Agro. Dentre os investimentos em andamento (72 escolas dignas), cerca de 26,3% tiveram avanço físico nas obras desde novembro de 2017, segundo informações da SEDUC. O investimento de maior magnitude é a construção da Escola Digna na aldeia Três Irmãos no município de Jenipapo dos Vieiras, com aporte de R\$ 527,2 mil, no município estão

sendo construídas seis escolas indígenas (R\$ 2,4 milhões). Segundo a SEDUC, foi investido um montante de R\$ 18 milhões na construção de Escolas Dignas em 2017.

Segundo o novo portal do TCE, o governo do Maranhão, em 2017, gastou R\$ 1 bilhão na contratação de empresas para realização de obras públicas

O Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE) divulga por meio do portal *Contas na Mão*¹⁴ as finanças, investimentos e aplicações do dinheiro público do Estado. Segundo o TCE, o Governo do Maranhão gastou em 2017 R\$ 1,0 bilhão na contratação de empresas que realizaram ou realizarão obras públicas. Tais empresas foram contratadas para realizar obras em diversos segmentos como educação, saúde, saneamento, segurança, infraestrutura portuária, assistência social, rodovias e outros.

Gráfico 18. Maranhão: Contratações de Obras Públicas pelo Governo do Maranhão de 2011 a fev/2018 (Valores Corrigidos pelo IPCA de fev/2018) - R\$ milhões



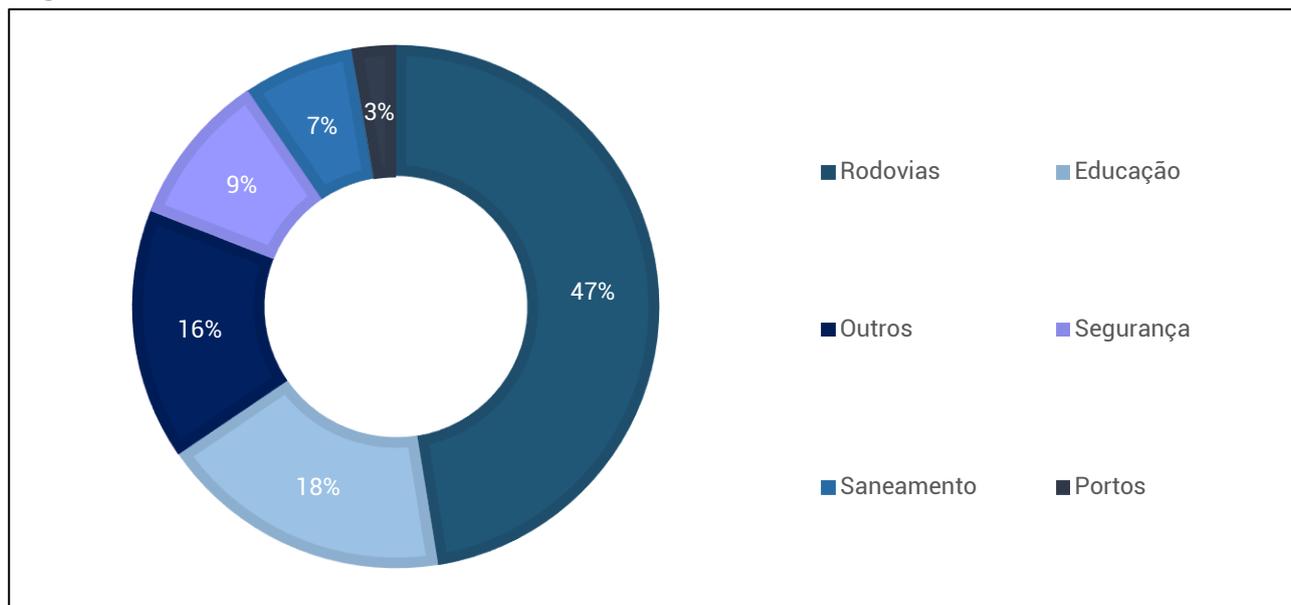
O site disponibiliza os contratos realizados pelo Estado a partir de 2010. Em 2017 o montante de contratações foi 96,9% superior ao de 2016.

Fonte: TCE/MA.

Em 2017, o governo assinou 233 contratos, sendo 47% destinados para execução de serviços de pavimentação e manutenção de vias urbanas e reestruturação de avenidas (R\$ 475,7 milhões), 18% para a construção ou reformas de Institutos Estaduais de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA's), Escolas Dignas e universidades (R\$ 180,6 milhões). Os contratos assinados em segurança pública (9%) totalizam R\$ 95 milhões, referem-se à contratação de empresas para a construção, reforma ou ampliação das unidades prisionais. (Gráfico 19).

¹⁴ Disponível em: <http://www.tce.ma.gov.br/conhecendo_municipio/>. Acesso em 20 de março de 2018.

Gráfico 19. Maranhão: Percentual das Contratações de Obras Públicas pelo Governo do Maranhão por Segmento em 2017



Fonte: TCE/MA.

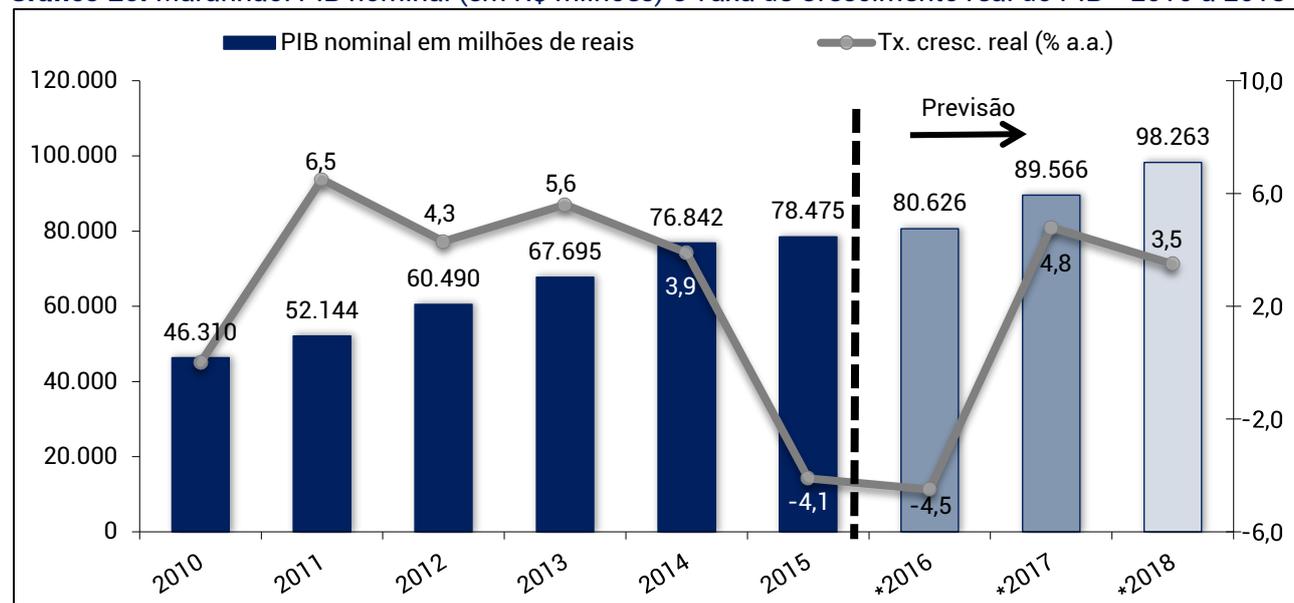
3.1.6. Produto Interno Bruto

Reavaliação da previsão do PIB do Maranhão, após a atualização de indicadores que compõem modelo, aponta para desempenho econômico de 3,5% em 2018.

Após a avaliação dos dados mais recentes divulgados para o ano de 2017 e de 2018, a equipe de conjuntura do IMESC, fez-se uma revisão das estimativas e projeções do PIB, divulgado no terceiro trimestre de 2017. Com um maior conjunto de informações sobre a economia maranhense, estima-se, para o ano de 2017 e de 2018, crescimento real de 4,8% e 3,5%, respectivamente. Para o ano de 2016 foi mantido a estimativa de -4,5% (Gráfico 20).

O resultado de 2017 e 2018, podem ser explicados pelos fatores que pesaram na reavaliação de cada setor de atividade econômica, considerando a parcela de contribuição de cada setor no total de economia maranhense.

Gráfico 20. Maranhão: PIB nominal (em R\$ milhões) e Taxa de Crescimento real do PIB - 2010 a 2018



Fonte: IBGE; IMESC *Elaboração própria

Agropecuária: Setor agrícola deverá apresentar crescimento em 2018 apesar de ter uma base anterior de comparação forte (2017)

Para o ano de 2017, o aumento esperado da produção de grãos no Estado é de 105,7% em relação ao ano anterior, segundo o levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE. Todos os grãos tenderão a apresentar crescimento na produção, sendo que na comparação ao ano anterior, os cultivos que apresentaram prognóstico de safra mais proeminente foram:

- Sorgo, milho e soja, cujas estimativas apresentaram crescimentos de 490,3%, 139,19% e 88,2%, respectivamente.

Por consequência de uma super-safra e de uma base de comparação anterior (2016) fraca, espera-se um crescimento de 37,8% para a agropecuária em 2017. É importante destacar que o setor da Agropecuária representa 10,4% do PIB do Maranhão em 2015, e as estimativas produzidas para esse setor são feitas com base nos dados de grãos divulgados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola do IBGE, no qual permite observar o comportamento de atividades agrícolas, que representam 4,46% desse total.

Com relação a 2018, os dados do LSPA referentes ao mês de fevereiro de 2018, apontam para um crescimento de 16,1% na produção de grão do Estado, desse modo o setor agropecuário apresenta perspectiva de crescimento de 5% em 2018.

Indústria: Projeta-se crescimento 2,0% para 2018, impactado principalmente pelos investimentos previstos e pela melhora no nível de atividades da indústria de transformação

É importante mencionar que na indústria maranhense, de reduzida diversificação, o subsetor da Construção Civil era o vetor de maior crescimento e, por sua vez, foi o maior responsável pela queda no VAB do setor industrial em 2016. A exemplo de vários estados do NO e NE, o Maranhão sofreu mais intensamente que a média nacional e regional, o corte de financiamentos para a construção civil. Nos anos de 2015 e 2016 o Subsetor da construção civil no Maranhão (destaque para o grupamento de atividades "construção de edifícios" foi responsável por 17,49 mil dentre as 32,99 mil demissões líquidas de emprego formal no Estado. No ano de 2017, em que pese o papel estruturante e contracíclico dos atuais investimentos do Governo do Estado em infraestrutura rodoviária, saúde, educação, portos, segurança, o subsetor de construção civil contratou liquidamente 839 empregos formais. Em virtude da baixa base de comparação, estima-se para 2017 queda de 0,7% no setor da indústria, tendo em vista que o menor nível de atividade na indústria de transformação foi atenuado pela leve retomada do crescimento na indústria de construção.

Quanto a 2018, a avaliação de crescimento do setor industrial é de 2,4%. Dentre os aspectos que produzem, estão: o volume de investimentos previstos, concentrados principalmente em infraestrutura; e a retomada do crescimento da indústria de transformação, com destaque para a plantas voltadas ao comércio exterior.

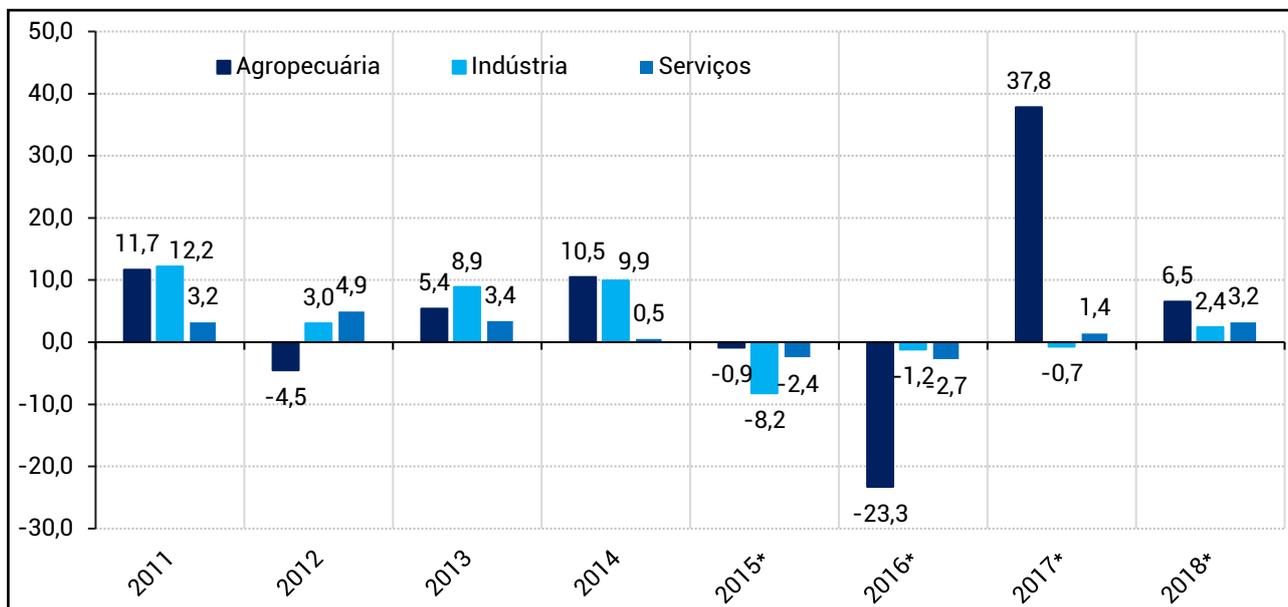
Serviços: Projeta-se resultado positivo de 2,0% em 2018, por conta da diminuição da taxa de juros e pela melhora nos demais setores da economia.

O setor de serviços, por sua vez, avaliar-se que o crescimento em 2017 de 1,4% ocorrera em resposta ao cenário mais otimista da economia nacional e estadual e à massa de rendimentos geradas pela supersafra e pela administração pública - tanto estadual como municipal -, que são apontados como fatores de recuperação do setor de Serviços, com destaque para o Comércio. Esse setor gerou 3.042 empregos formais em 2017, principalmente na atividade de saúde.

Para o ano de 2018, projeta-se para o setor de serviços resultado positivo de 3,2%. O crescimento dos demais setores, com efeito com geração de postos de trabalhos, aliado a menor taxa de juros, tenderão a um cenário mais otimista para os consumidores e poderá ocasionar manutenção

de tendência de crescimento no volume de vendas assim como em maior demanda por serviços, como consequência do aumento da massa de rendimento salarial.

Gráfico 21. Maranhão: Variação em volume do Valor Adicionado do PIB, segundo os setores de atividade econômica (valores em %) - 2011 a 2018



Fonte: IBGE; IMESC *Elaboração própria

É importante mencionar que as projeções de PIB desenvolvidas pelo IMESC são trimestralmente atualizadas, tendo em vista o surgimento de informações mais recentes e que por sua vez permitem maior clareza sobre o cenário econômico estadual. O crescimento esperado para 2018, divulgado nessa nota referente ao 1º trimestre de 2018, evidencia que o crescimento econômico de 2018 tenderá a ser maior, quando comparado a avaliação feita no 3º trimestre de 2017 referente ao ano de 2018. Um dos fatores que podem ser creditados a essa avaliação mais otimista é a expectativa de crescimento da produção agrícola, mesmo após um ano de supersafra. Por outro lado, espera-se recuperação do setor industrial, com destaque para a indústria extrativa, tendo em vista a provável retomada da indústria de pelletização, o crescimento da produção de gás natural, assim como as obras de infraestrutura, a exemplo do Terminal Portuário São Luís que começou a ser construído em março deste ano.

3.2. Comércio Exterior e Movimentação Portuária

3.2.1. Comércio Exterior

Preços favoráveis, maior produção agrícola e investimentos trazem expectativas favoráveis ao avanço das exportações e preço do petróleo pode alavancar arrecadação nos impostos sobre importação de combustíveis.

A *Balança Comercial Maranhense* (Tabela 14) encerrou 2017 com crescimento de 37,2% das exportações e 21,8% das importações, tendo havido crescimento de 29,7% na *Corrente Comercial*, que fechou o ano em US\$ 5,6 bilhões. O resultado da *Balança Comercial Maranhense* foi superavitário em US\$ 472,9 milhões, cifra que foi 4,4 vezes maior que o registrado em 2016, simbolizando, também, melhor resultado desde 2004, quando registrou US\$ 495,4 milhões. No primeiro bimestre de 2018, os resultados comerciais reforçam a tendência de crescimento do comércio exterior maranhense: as vendas internacionais já somaram US\$ 478,3 milhões, 43% a mais que o mesmo período de 2017. Enquanto isso, as importações caíram para US\$ 498 milhões (-6,2%).

Tabela 14. Maranhão: Balança Comercial de 2010 a 2018*, Valores em US\$ milhões e Variação (%)

Anos	Exportação (A)	A (Var %)	Importação (B)	B (Var %)	Saldo (A+B)	Corrente Comercial	A-B (Var %)
2010	2.920,3	-	-3.817,1	-	-896,8	6.737,4	-
2011	3.047,1	4,3	-6.281,4	64,6	-3.234,3	9.328,5	38,5
2012	3.024,7	-0,7	-7.060,4	12,4	-4.035,7	10.085,1	8,1
2013	2.341,9	-22,6	-6.832,9	-3,2	-4.491,0	9.174,8	-9,0
2014	2.795,5	19,4	-7.068,2	3,4	-4.272,7	9.863,7	7,5
2015	3.050,2	9,1	-3.620,7	-48,8	-570,5	6.670,9	-32,4
2016	2.209,8	-27,6	-2.101,6	-42,0	108,2	4.311,4	-35,4
2017	3.032,3	37,2	-2.559,4	21,8	472,9	5.591,7	29,7
2017*	334,4	-	-532,2	-	-197,7	866,6	-
2018*	478,3	43,0	-498,9	-6,2	-20,6	977,3	12,8

Fonte: MDIC. *Acumulado de janeiro até fevereiro.

Por ordem de maior valor, em 2017, as principais mercadorias exportadas, classificadas por complexo de produtos (Tabela 15) foram a *Alumina Calcificada* (US\$ 1,2 bilhões); a *Soja* (US\$ 709,9 milhões); a *Pasta de Celulose* (US\$ 698,4 milhões); o *Ferro Gusa* (US\$ 211,2 milhões); o *Milho* (US\$ 54,2 milhões); o *Algodão* (US\$ 51,6 milhões); *Carnes Congeladas* (US\$ 17,1 milhões) e *Couros* (US\$ 5,4 milhões). Juntas, essas mercadorias perfazem US\$ 2,9 bilhões, que representa 95,7% da pauta de exportações do Estado.

No comparativo interanual de 2017 com 2016, todas essas mercadorias, com exceção de *Carnes Congeladas* e *Couros*, cresceram em termos de valor exportado. Por outro lado, ao tratar-se da quantidade vendida ao exterior somente os produtos *Agrícolas* (com exceção do *Algodão*) e a *Celulose* registraram alta. O destaque na expansão quantitativa aconteceu, sobretudo, na *Agricultura*, com destaque para a *Soja* que saiu de 941 mil t em 2016 para 1,9 milhões t em 2017 (+103,5%) e para o *Milho* que foi de 131,4 mil t para 357 mil t (+171,7%).

- A *Pasta de Celulose* vem se expandindo no Maranhão tanto na produção da silvicultura, resultado da aquisição de mais terras pela Suzano Papel e Celulose S/A como por avanços na indústria de Imperatriz, que também passará a produzir Papel Tissue em 2018. A empresa, além de ter se beneficiado da desvalorização do real e dos preços internacionais, investiu pesado no Maranhão e declarou pretender continuar expandindo a capacidade da fábrica.
- A Vale S/A declarou que a produção da pelletização do *Minério de Ferro* no Maranhão deverá ter início no segundo semestre de 2018. Os investimentos e as obras já vem sendo executadas desde o terceiro trimestre de 2017, onde 600 profissionais foram contratados para a reabilitação da fábrica em São Luís. Os preços do *Minério de Ferro* cresceram de forma favorável para a ampliação de projetos no setor, contudo, as guzeiras maranhenses não conseguiram ampliar a produção no ano passado.
- Os maiores preços para o *Alumínio* reforçam o argumento de que a ALUMAR pode voltar a adensar sua produção, transformando parte da *Alumina Calcificada* em *Alumínio* dentro do Estado, o que favorece substancialmente a geração de novos empregos e elevação da renda local.

Tabela 15. Maranhão: Principais Produtos Presentes na Pauta de Exportações de 2016 a 2018* (Valores em US\$ milhões (FOB) e Quantidade em 1000/t.)

Produtos	2016		2017		2017*		2018*		Var (%) 2018*/2017*	
	US\$	Qtd	US\$	Qtd	US\$	Qtd	US\$	Qtd	US\$	Qtd
Total	2.209,8	7.317,2	3.032,3	8.124,1	334,4	949,0	478,3	1.025,1	43,0	8,0
Alumina Calcificada	899,0	3.751,8	1.253,5	3.734,3	186,8	566,3	240,0	575,5	28,5	1,6
Complexo Soja	381,4	1.011,6	719,4	1.915,6	9,0	27,5	15,4	40,5	72,1	47,3
Soja, mesmo triturada	355,1	941,6	709,9	1.887,8	0,0	0,0	15,4	40,5	0,0	0,0
Resíduos e "pellets" de soja	26,2	70,0	9,0	27,5	9,0	27,5	0,0	0,0	-100,0	-100,0
Óleo de Soja ¹	76,9	60,8	72,1	54,2	4,0	2,7	0,0	0,0	-100,0	-100,0
Pasta de Celulose	581,4	1.383,1	698,4	1.448,2	98,5	250,3	159,7	268,6	62,1	7,3

Complexo Ferro	203,4	896,7	239,1	685,9	38,5	114,3	54,3	123,8	41,1	8,3
Ferro Gusa	196,9	881,1	211,2	619,5	31,8	97,5	41,5	98,5	30,3	1,1
Semimanuf. de Ferro/Aço	6,5	15,6	27,8	66,5	6,7	16,8	12,9	25,3	92,9	50,0
Milho	22,0	131,4	54,2	357,4	0,9	5,0	5,5	33,8	520,5	570,5
Algodão Debulhado	47,4	31,3	51,6	31,0	1,8	1,0	9,2	5,2	412,2	400,0
Complexo Bovino e Couros	32,8	11,2	23,6	7,1	3,4	0,8	4,6	1,2	32,1	40,9
Boi em pé	8,9	5,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Carnes Congeladas	17,2	4,2	17,1	5,1	2,9	0,7	3,5	0,8	22,0	22,0
Couros	6,3	1,4	5,4	1,7	0,4	0,1	0,8	0,3	73,5	133,5
Outros	49,0	115,7	20,3	11,0	2,2	0,5	2,5	1,8	13,8	252,1

Fonte: MDIC. *Acumulado de janeiro até fevereiro. ¹Valores e quantidades em milhar.

- Nas *commodities* agrícolas, a produção maranhense cresceu substancialmente, aumentando ainda mais as exportações do Estado para o ano corrente. Contudo, a produção estadual de *Soja* e *Milho* bateram recorde e os investimentos no setor vem sendo incentivados pela demanda externa aquecida e pela manutenção dos custos em patamares ainda baixos (fertilizantes e energia).
- O Complexo Bovino, a exemplo do segmento de Carne e Couro, vem sendo alvo de políticas de incentivo do Governo do Estado. O incentivo atraiu empresas como o Grupo Origine, que trabalha com gados nobres da espécie akaushi (espécie nobre japonesa), o qual investirá R\$ 70 milhões e deverá inaugurar a fábrica de processamento e o abatedouro em Estreito ainda em 2018, gerando, aproximadamente, 1000 empregos diretos;
- As importações maranhenses cresceram US\$ 457,8 milhões em 2017, em relação ao ano anterior. O destaque desse crescimento foi observado na categoria de Bens Intermediários que atingiu a cifra de US\$ 1,2 bilhões, +69,2% em relação a 2016. Nessa categoria, o destaque foi para os Insumos Industriais que valorizaram +72,3% e possui o maior peso na rubrica. Também se destaca o crescimento nas aquisições de Bens de Consumo (+54,8%), em ambas as categorias, Duráveis (+54,8%) e Não Duráveis (+54%). Por outro lado, o valor das compras de Bens de Capital apresentou redução de US\$ 9,5 milhões (-8,3%) e as de Combustíveis e Lubrificantes, queda de US\$ 56,1 milhões (-4,6%).

As importações maranhenses de 2017 cresceram em US\$ 457,8 milhões em relação ao ano anterior. O destaque desse crescimento foi observado na categoria de *Bens Intermediários* que atingiu a cifra de US\$ 1,2 bilhões, +69,2% em relação a 2016. Nessa categoria, o destaque foi para os *Insumos Industriais* que valorizaram +72,3% e possui o maior peso na rubrica. Também se destaca o crescimento nas aquisições de *Bens de Consumo* (+54,8%), em ambas as categorias, *Duráveis* (+54,8%) e *Não Duráveis* (+54%). Por outro lado, o valor das compras de *Bens de Capital* apresentou redução de US\$ 9,5 milhões (-8,3%) e as de *Combustíveis e Lubrificantes*, queda de US\$ 56,1 milhões (-4,6%).

Tabela 16. Maranhão: Pauta Anual das Importações por Categoria de Uso de 2016 a 2018*, Participação do Total e Variação (Valores em FOB US\$ milhões e Participação e Variação em %)

CATEGORIA	2016		2017		2017*		2018*		Var % 2018*/2017*
	US\$	%	US\$	%	US\$	%	US\$	%	
Total	2.101,6	100,0	2.559,4	100,0	532,2	100,0	498,9	100,0	-6,2
Bens de Capital	114,7	5,5	105,2	4,1	6,8	1,3	27,3	5,5	301,1
Bens de Capital	93,9	4,5	81,1	3,2	0,0	--	23,1	4,6	0,0
Equip.de Transp. de Uso Ind.	20,8	1,0	24,1	0,9	6,8	1,3	4,2	0,8	-38,5
Bens Intermediários	739,9	35,2	1.252,0	48,9	244,9	46,0	211,2	42,3	-13,7
Insumos Industriais	714,5	34,0	1.231,3	48,1	241,7	45,4	198,8	39,9	-17,7
Alimentos e Beb destinados à Ind	21,7	1,0	18,2	0,7	0,3	0,1	8,7	1,7	2.568,4
Peças e Acess. Equip. de Transp.	3,7	0,2	2,5	0,1	2,8	0,5	3,7	0,7	30,2
Bens Diversos	0,0	0,0	0,0	0,0	2,3	0,4	8,4	1,7	273,1
Bens de Consumo	20,7	1,0	32,1	1,3	2,0	0,4	8,4	1,7	316,2
Bens de Consumo Duráveis	19,9	0,9	30,9	1,2	0,2	0,0	0,0	--	-81,1
Bens de Consumo Não Duráveis	0,8	0,0	1,2	0,0	278,2	52,3	252,0	50,5	-9,4
Combustíveis e Lubrificantes	1.226,2	58,3	1.170,1	45,7	278,2	52,3	252,0	50,5	-9,4

Fonte: MDIC. *Acumulado de janeiro até fevereiro.

Na abertura dos produtos importados, tem-se como principal mercadoria de 2017 o intermediário *Álcool/Etanol*, que somou US\$ 719,4 milhões e 9,2 milhões de barris¹⁵, crescimento de 138,7% e 135% respectivamente, em relação ao importado em 2016. Não obstante, ainda nos intermediários, as aquisições de *Fertilizantes* também registraram crescimento, tanto no valor (+28,1%) quanto na quantidade (+22,4%) adquirida no mercado internacional.

Tabela 17. Maranhão: Principais Produtos das Importações de 2016 até 2018*, Valores em US\$ milhões, Quantidade em 1000/t e Var (%)

Produtos	2016		2017		2017*		2018*		Var (%) 2018*/2017*	
	US\$	Qtd	US\$	Qtd	US\$	Qtd	US\$	Qtd	US\$	Qtd
Combustíveis e Lubrificantes	1.194,48	3.918,53	1.170,04	3.411,90	278,20	824,56	251,89	599,65	-9,5	-27,3
Diesel	596,70	1.530,51	684,97	1.427,30	166,84	370,91	181,22	316,67	8,6	-14,6
Outras Gasolinas ¹	505,75	1.236,75	390,17	775,00	93,44	203,58	54,95	95,30	-41,2	-53,2
Hulha Betuminosa	61,89	1.088,53	94,91	1.209,60	17,91	250,07	15,71	187,68	-12,3	-24,9
Outros	61,87	163,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,0
Álcool/Etanol	302,62	490,71	719,36	1.153,08	156,05	245,91	76,16	143,97	-51,2	-41,5
Fertilizantes	204,18	839,61	261,53	1.027,72	59,32	248,55	82,44	327,26	39,0	31,7
ADP ²	75,60	221,52	115,51	359,37	28,41	96,23	15,40	47,40	-45,8	-50,7
Cloretos de Potássio	67,93	319,54	95,31	406,34	12,68	58,80	21,33	80,75	68,2	37,3
Superfosfatos	38,46	199,70	33,79	183,00	11,83	63,57	25,17	114,56	112,8	80,2
Ureia	22,19	98,85	16,91	79,01	6,40	29,95	20,54	84,56	221,2	182,3
Outros Produtos	467,45	1.521,11	408,48	1.778,53	38,61	149,70	88,43	261,18	129,0	74,5
Total Importado	2.168,73	6.769,95	2.559,41	7.371,23	532,17	1.468,72	498,92	1.332,05	-6,2	-9,3

Fonte: MDIC. *Acumulado de janeiro até fevereiro. ¹Gasolinas para abastecimento de postos e Pastas Térmicas, exceto para aviação. ²Diidrogeno-Ortofosfato de Amônio.

- Na pauta dos *Fertilizantes*, o principal crescimento foi do composto *ADP* que é utilizado na sojicultura e registrou crescimento de 137,8 mil t importadas (+62,2%). O produto foi o fertilizante importado que menos valorizou com a alta dos custos energéticos no segundo semestre de 2017, o que foi benéfico aos produtores.
- Quanto ao *Álcool/Etanol*, o crescimento ainda reflete as mudanças nas políticas produtivas de etanol de milho nos Estados Unidos, que além de baratear o produto, expulsou bens substitutos na produção de *Etanol*, como é o caso da *Cana de Açúcar* no Brasil. Isso resultou no aumento das importações da mercadoria.

Com base nos resultados da *Balança Comercial* de 2017 e do primeiro bimestre de 2018, observa-se tendência de manutenção do crescimento das exportações, sobretudo, no que se refere à *Soja*, ao *Milho*, à *Alumina Calcificada*, ao *Minério de Ferro* e à *Pasta de Celulose* que, além de beneficiadas no cenário internacional no que tange aos preços elevados e a demanda, recebem investimentos que devem elevar a capacidade instalada em 2018, e, conseqüentemente a produção. Já no viés das importações, o crescimento dos preços do *Petróleo* e dos *Fertilizantes* deverá acelerar as aquisições internacionais do Estado, não obstante as expectativas de alta de produção de *Etanol* nos Estados Unidos que poderá reduzir os preços no mercado internacional;

- O início do funcionamento da pelletização da Vale no segundo semestre de 2018 deverá elevar as importações de *Combustíveis*, pois a indústria utilizará óleo como insumo energético¹⁶.
- A resiliência da demanda internacional por *commodities* agrícolas vem sendo substancial para a manutenção dos preços, contudo, a quebra de safra de *Soja* nos Estados Unidos ajudou a frustrar a oferta em 2017. Portanto, a recuperação dos produtores norte-americanos poderá saturar a oferta mundial e reduzir os preços em 2018.
- Outro risco para o comércio maranhense, encontra-se em como as *commodities* minerais, *Alumina Calcificada* e *Minério de Ferro*, se comportarão com o bloqueio tarifário dos Estados Unidos de 25% para o *Aço* e 10% para o *Alumínio*. Dependendo de como os acordos

¹⁵ Barril americano, com volume de 158,9 litros.

¹⁶ Ver Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense - 3º Trimestre 2017. p. 54, disponível em: www.imesc.ma.gov.br.

internacionais se estruturarem, sobretudo com a China, a expectativa de retomada da indústria de *Alumínio* na Alcoa poderá ser frustrada, além disso, os preços poderão estar suscetíveis à enormes flutuações.

- Para 2018, espera-se, com base nos resultados do primeiro bimestre, que as exportações continuem crescentes, contudo, a taxas inferiores ao crescimento das importações. Portanto, deveremos ter um resultado superavitário, contudo, menor do que o obtido em 2017.
- Destaca-se que o crescimento das importações em maior ritmo, sobretudo devido à valorização do *Petróleo*, deverá trazer benefícios substanciais na arrecadação estadual de ICMS. Sendo o Maranhão um *hub* de importações de *Derivados de Petróleo e Etanol*, a retomada da economia brasileira, também, trará aquecimento nas aquisições internacionais desses produtos. O aumento quantitativo junto aos preços mais elevados deve impulsionar ainda mais a arrecadação das importações dessas mercadorias.

3.3. Mercado de Trabalho

No Maranhão, a Taxa de Desocupação Média em 2017 (14,3%) aumentou 2,4 p. p. em relação a 2016, mantendo-se superior ao nível nacional. Também houve queda do número de ocupados (-0,8%) em relação ao ano anterior, tendo em vista o desempenho negativo do setor Agropecuário no Estado, que foi mais forte que o observado no Brasil. Destaca-se que no Maranhão há um processo de retomada do emprego com carteira, enquanto no país houve deterioração em 2017.

Segundo dados do CAGED, o Maranhão registrou a abertura de 1.540 vagas em 2017, sinalizando um cenário de recuperação gradual do emprego com carteira, em relação aos dois últimos anos. No recorte setorial, quatro setores apresentaram desempenho positivo, com destaque para *Serviços* (+3,8 mil) e a *Construção Civil* (+839). Em contrapartida, o setor que mais desmobilizou emprego formal foi a *Indústria de Transformação* (-2,1 mil). De acordo com os dados da PNAD Contínua, a *Taxa de Desocupação Média* registrada em 2017 no Maranhão corresponde a 14,3% das pessoas na força de trabalho, tendo diminuído o ritmo de crescimento em relação a 2016. Por sua vez, o número de ocupados caiu 0,8% na mesma base de comparação, o que correspondente a, aproximadamente, 18 mil trabalhadores. No que se refere à *Massa de Rendimentos Reais da População Ocupada* no Maranhão, em 2017, observou-se aumento de 9,5% em relação ao registrado em 2016. Tal desempenho está atrelado ao crescimento observado no *Rendimento Médio* (+10,9%), em termos reais.

Dentre as nove Unidades da Federação que compõem a região Nordeste, com exceção dos estados Bahia (+6,5 mil) e Ceará (1,5 mil), todas os demais apresentaram saldo negativo de emprego celetista no 1º bimestre de 2018. Considerando a classificação decrescente do saldo, o Maranhão ocupou a terceira posição e apresentou redução expressiva nos desligamentos líquidos no 1º bimestre de 2018 na comparação interanual. (Tabela 18)

Tabela 18. Nordeste: Geração de Emprego Formal de 2017* a 2018*; Saldo Mensal e Variação Absoluta

Localidade	2017*	2018*	fev/17 (a)	fev/18 (b)	Var. absoluta (b-a)
Nordeste	-73.212	-30.613	-37.008	-25.953	11.055
1º Piauí	134	-768	178	168	-10
2º Bahia	-810	6.560	-1.704	-36	1.668
3º Maranhão	-3.680	-841	-1.963	-372	1.591
4º Ceará	-6.565	1.463	64	-375	-439
5º Sergipe	-4071	-1.710	-3.412	-931	2.481
6º Paraíba	-7.429	-5.950	-1.144	-2.758	-1.614
7º Rio Grande do Norte	-3822	-4.200	-1.282	-3.570	-2.288
8º Pernambuco	-28.920	-12.126	-16.342	-7.381	8.961
9º Alagoas	-18.049	-13.041	-11.403	-10.698	705

Fonte: CAGED/MTE. *1º Bimestre com dados do acumulado até fevereiro (ajustado até janeiro)

- Considerando o ano 2017, foram registradas 1,8 mil contratações líquidas no Maranhão, sinalizando o revigoramento do emprego formal e da atividade econômica. Isto contrasta com o cenário de 2016, marcado por 17,6 mil demissões líquidas.
- No recorte setorial, quatro setores apresentaram desempenho positivo, com destaque para *Serviços* (+4,1 mil) e a *Construção Civil* (+849). Em contrapartida, o setor que mais desmobilizou emprego formal foi a *Indústria de Transformação* (-2,1 mil).
- Nos *Serviços*, a geração líquida de empregos foi predominante no segmento *Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários* (+1,9 mil), concentrado principalmente nas *Atividades de Apoio à Gestão de Saúde* (+1,5 mil); e no segmento de *Transportes e Comunicações* (+1,4 mil), sobretudo na atividade *Transporte Rodoviário de Carga* (+950).
- A *Construção Civil*, que fora o maior vilão do emprego formal em 2016, reverteu essa tendência em 2017 devido a contribuição importante do segmento *Construção de Edifícios* (+1,9 mil). Isto se deve a fase de acabamento de vários empreendimentos imobiliários no Maranhão. Outro aspecto de destaque nesse segmento consiste na intervenção do Governo do Estado na construção do Conjunto Habitacional Residencial Parque Independência, situado na capital maranhense, composto por oito condomínios, com investimentos da ordem de R\$ 255 milhões.
- Em relação a *Indústria de Transformação*, o resultado negativo foi puxado pelo segmento *Indústria Química e de Produtos Farmacêuticos* (mil demissões líquidas), com destaque para a *Fabricação de Álcool* (- 1,0 mil). Contudo, nota-se atenuação de 218 vagas no setor em relação ao ano 2016.

Tabela 19. Maranhão: Geração Anual de Emprego Formal de 2016 e 2017, Segundo Subsetores de Atividade, Saldo no 1º Bimestre* de 2017 e 2018 e Variação Absoluta.

Subsetores de Atividade	Anual		1º Bimestre		Fevereiro		Variação absoluta (b-a)
	2016	2017	2017 (a)	2018 (b)	2017	2018	
Total	-17.642	1.818	-3.680	-841	-1.963	-372	2.839
Extrativa Mineral	-97	-168	-29	3	-28	-16	32
Ind. de Transformação	-2.363	-2.151	-260	-379	-7	-168	-119
Ind. de prod. minerais não metálicos	-1.030	-765	-101	0	-81	-29	101
Ind. mecânica	315	163	206	-170	55	-138	-376
Ind. química de prod. farm., vet.	-411	-1.008	-14	-171	9	-36	-157
Ind. de alimentos e bebidas	-455	-128	-215	-148	59	34	67
Outras Indústrias	-782	-413	-136	110	-49	1	246
SIUP 1	-360	75	5	-29	15	-20	-34
Construção civil	-12.181	849	-2.330	-1.340	-1.063	-628	990
Construção de edifícios	-4.613	1.943	-712	-586	-397	-133	126
Obras de infraestrutura	-6.828	-890	-1.441	-589	-533	-358	852
Serviços espec. para construção	-740	-204	-177	-165	-133	-137	12
Comércio	-2.254	-826	-795	-971	-367	-421	-176
Comércio varejista	-2.385	-640	-1.042	-939	-602	-370	103
Comércio atacadista	131	-186	247	-32	235	-51	-279
Serviços	-360	4.100	-220	1.470	-485	546	1.690
Inst. de crédito, seg.	-172	-86	-12	-8	-22	-11	4
Com. e adm. de imóveis, valores	883	-87	67	782	-403	276	715
Transportes e comunicações	-784	1.575	-15	-117	83	55	-102
Alojamento, alimentação, etc.	-2.089	232	-550	55	-300	-11	605
Serv. médicos, odont. e vet.	2.091	1.934	22	261	-121	-133	239
Ensino	-289	532	268	497	278	370	229
Administração pública	211	62	-94	-18	-36	19	76
Agropecuária	-238	-123	43	423	8	316	380

Fonte: CAGED – MTE. *Acumulado até fevereiro (ajustado até janeiro)
 †S.I.U.P - Serviços Industriais de Utilidade Pública.

Em se tratando do 1º bimestre de 2018, o Maranhão registrou o fechamento de 841 vagas de emprego com carteira, marcando diminuição expressiva em relação ao mesmo intervalo do ano passado (+2,8 mil).

Dentre os setores de atividade utilizados no CAGED, o fator de maior peso foi a desmobilização de mão de obra na Construção Civil (-1,3 mil), cujo resultado segue a sazonalidade do período; e no Comércio (-971), cujo comportamento segue a tendência nacional de registro de demissões líquidas. Por outro lado, houve a geração líquida de cerca de 1,5 mil postos de trabalho no setor Serviços.

- Em relação à Construção Civil, destaca-se que o resultado registrado segue a sazonalidade do período, ainda assim houve diminuição de, aproximadamente, 60% nas demissões líquidas. As atividades que contribuíram de modo mais significativo para o resultado do setor foram: Construção de Rodovias e Ferrovias (-659) e Construção de Edifícios (-586).
- Em se tratando do setor Comércio, o segmento varejista teve seu resultado negativo influenciado principalmente pelo desempenho observado na atividade Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios (-522).
- No que se refere aos Serviços, o destaque positivo foi a atividade de Cobranças e Informações Cadastrais (+509) empregos na Capital, com 535 vagas abertas.

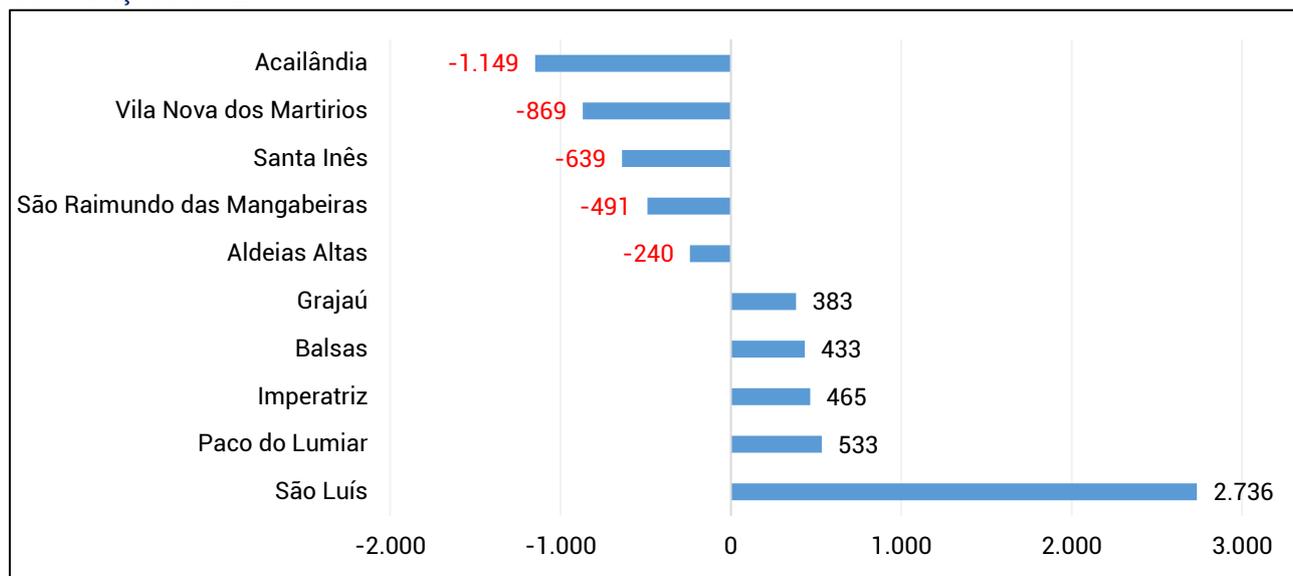
3.3.1. Municipal

Em 2017, o setor de contratações – Serviços – teve a geração de emprego formal alavancada pelos municípios São Luís e Imperatriz. Já em janeiro de 2018, Balsas registrou o maior saldo positivo de empregos formais dentre os municípios maranhenses, resultado proveniente das atividades ligadas aos setores do Comércio (+129) e Serviços (+73).

Entre janeiro a dezembro de 2017, os municípios de São Luís e Imperatriz tiveram o saldo impulsionado pelo setor de *Serviços*. Na capital do Estado, o setor *Serviços* (+2,7 mil) foi preponderante para o resultado positivo do emprego formal, em especial nos segmentos de *Apoio à Gestão de Saúde* (+1,5 mil) e *Transporte Ferroviário de Carga* (+806). No município Imperatriz, a criação de emprego formal foi impulsionada pelo setor *Construção Civil* (+1 mil), em especial nos segmentos *Construção de Edifícios* (+948).

Em relação ao registro dos menores saldos, observou-se que em Açailândia, as demissões líquidas sofreram influência principalmente do setor *Agropecuário* (-790), com predominância nas *Atividades de Apoio à Produção Florestal* que fecharam 701 postos de trabalho. Nos municípios Vila Nova dos Martírios (-626) e Santa Inês (-608), a *Construção Civil* foi o principal setor responsável pelas demissões líquidas, sobretudo nos segmentos *Construção de Obras de Arte Especiais* (-626) e *Construção de Rodovias e Ferrovias* (-549), respectivamente.

Gráfico 22. Maranhão: Saldo de Empregos Celetistas por Município: Maiores e Menores Saldos de Contratações em 2017*



Fonte MTE. *Acumulado de janeiro a dezembro com ajustes.

Em relação ao resultado do primeiro bimestre de 2018, a Tabela 20 apresenta o comportamento do emprego formal dos municípios maranhenses, por setor de atividades. Dentre os municípios que mais geraram empregos formais, estão: Balsas (+604), Tasso Fragoso (+110), Presidente Dutra (+75), Riachão (+64) e Governador Edson Lobão (+52).

- O setor da Agropecuária foi destaque na geração de emprego formal em Balsas, Tasso Fragoso e Riachão. No município Balsas e Riachão, a atividade mais dinâmica do setor foram Cultivo de soja (+202; +34, respectivamente). Enquanto que, em Tasso Fragoso a atividade Apoio à Agricultura (+99) foi a que mais gerou empregos celetista.
- Em Presidente Dutra, a Indústria de transformação e o Comércio foram destaque na criação de empregos formais, em especial nas atividades de Fabricação de Produtos de Limpeza e Polimento (+22) e Hipermercados e Supermercados (+11).
- No município Governador Edison Lobão, a indústria de transformação foi destaque com criação de 66 empregos formais, com predominância no segmento Fabricação de Artefatos de Couro (+34) e Curtimento e Outras Preparações de Couro (+32).

Tabela 20. Maranhão: Saldo de Empregos Celetistas por Município, Segundo Setores de Atividade: Maiores e Menores Saldos de Contratações no 1º Bimestre de 2018*

Ordem	Município	Extraativa Mineral	Indústria Transf.	SIUP ¹	Construção Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária	Total
	Total	3	-379	-29	-1.340	-971	1.470	-18	423	-841
1º	Balsas	2	-18	-4	76	124	204	0	220	604
2º	Tasso Fragoso	0	0	0	0	10	-2	0	102	110
3º	Presidente Dutra	0	30	1	17	27	1	0	-1	75
4º	Riachão	0	-6	0	0	13	10	0	47	64
5º	Governador Edison Lobão	0	66	0	0	-5	-2	0	-7	52
6º	Santo Antônio dos Lopes	48	0	-1	0	7	-1	0	-1	52
7º	Vargem Grande	0	0	0	1	22	28	0	0	51
8º	Urbano Santos	0	0	0	8	12	2	0	20	42
9º	Alto Parnaíba	0	0	0	0	9	3	0	28	40
10º	Loreto	0	0	0	0	5	0	0	30	35

208º	Bacabeira	-5	9	0	-97	-3	0	0	0	-96
209º	Timon	0	3	-2	-29	-107	26	0	-1	-110
210º	Vila Nova dos Martírios	0	0	0	-82	1	-51	0	15	-117
211º	Bacabal	-2	-24	-4	-20	-76	13	0	-9	-122
212º	Coelho Neto	0	-156	1	5	3	0	0	0	-147
213º	São José de Ribamar	1	12	-1	-119	-131	83	0	3	-152
214º	Santa Inês	0	-7	0	-81	-96	-13	0	-6	-203
215º	São Raimundo das Mangabeiras	0	-184	0	0	-1	-4	0	-19	-208
216º	Imperatriz	0	81	4	-99	-100	-80	-1	-31	-226
217º	São Luís	-2	-173	-33	-834	-461	1.221	-17	-5	-304

Fonte: CAGED – MTE. * Acumulado até fevereiro (ajustado até janeiro)
 †S.I.U.P - Serviços Industriais de Utilidade Pública.

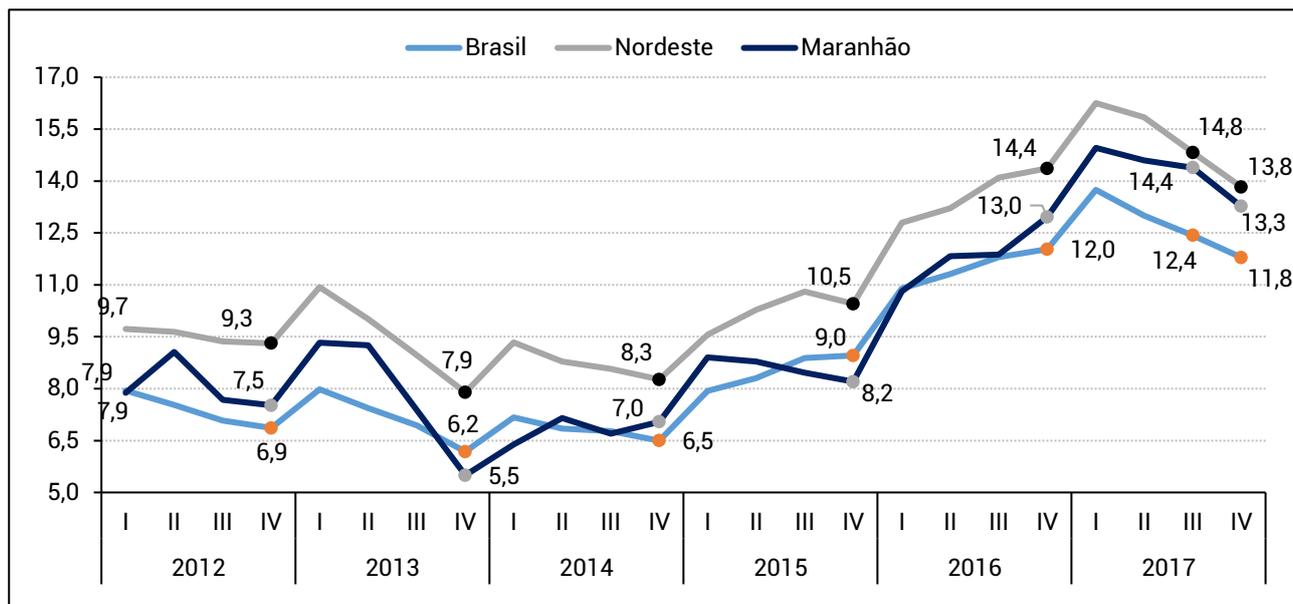
No outro extremo, com maiores saldos negativos no primeiro bimestre de 2018, destacam-se: São Luís (-304), Imperatriz (-226), São Raimundo das Mangabeiras (-208), Santa Inês (-203) e São José de Ribamar (-152).

- O setor da Construção Civil e do Comércio foi principal responsável pelas maiores demissões líquidas registradas em São Luís, Imperatriz, Santa Inês e São José de Ribamar.
- Na capital, os segmentos de Construção de Edifícios (-501 postos de trabalho) e Comércio varejista Artigos do Vestuário e Acessórios (-246) foram as que mais demitiram liquidamente. Por outro lado, o setor Serviços gerou 1,2 mil empregos formais, principalmente dos segmentos Cobranças e Informações Cadastrais (+535) e Apoio à Gestão de Saúde (+238).
- Em Imperatriz, o saldo negativo foi proveniente das atividades Comércio varejista Artigos do Vestuário e Acessórios (-74) e Obras de Terraplenagem (-72). Já em Santa Inês, a atividade Comércio varejista de Hipermercados e Supermercados (-30) e Construção de Rodovias e Ferrovias (-65) contribuíram para o resultado negativo dos setores. E em São José de Ribamar, as demissões líquidas foram predominantes nas atividades Construção de Edifícios (-119) e Comércio Varejista de Artigos do Vestuário e Acessórios (-41).
- No município de São Raimundo das Mangabeiras, o setor Indústria de Transformação fechou 184 vagas formais, com predominância no segmento Fabricação de álcool (-184).

Taxa de Desocupação no Maranhão registra queda pelo quarto trimestre consecutivo, alcançando 13,3%

Segundo os dados da PNAD Contínua Trimestral, a *Taxa de Desocupação* apresentou comportamento de queda pelo quarto trimestre consecutivo nos planos nacional (-0,6 p. p.) e estadual (-1,1 p. p.) registrando 11,8% e 13,3%, respectivamente. Embora o indicador apresente uma redução ao longo de 2017, na média do ano a taxa ainda permanece elevada com registro de 12,7% no país e 14,3% no Estado (Gráfico 23).

Gráfico 23. Brasil, Nordeste e Maranhão: Taxa de Desocupação das Pessoas na Força de Trabalho, por Trimestres de 2012 a 2017, (em %)



Fonte: PNAD Contínua Trimestral/IBGE.

No Maranhão, foi registrado cerca de 2,346 milhões de ocupados no quarto trimestre de 2017, apontando redução de 28 mil ocupados na comparação com o trimestre anterior e 18 mil, na comparação interanual. O comportamento de queda (0,8%) da ocupação maranhense, no período interanual, é contrário ao registrado no plano nacional, o qual apresentou elevação de 2,0% no indicador.

Observa-se que no quarto trimestre de 2017, considerando a abertura por grupamento de atividade (Tabela 21), a retração no número de ocupados, na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, foi proveniente dos segmentos ligados a *Agropecuária* (-61 mil) e *Construção* (-10 mil).

- Na abertura dos microdados da PNAD Contínua Trimestral, observou-se que na *Agropecuária*, as *Atividades de Apoio à Pecuária* (-18,6 mil) e *Cultivo de Mandioca* (-32 mil) foram as que apresentaram maior diminuição no número de ocupados do setor.
- Na *Construção*, o segmento de *Construção de Edifícios* foi principal responsável pela redução de ocupados no setor, com perda de 11,7 mil trabalhadores.

Por outro lado, alguns setores registraram aumento expressivo no número de ocupados na comparação interanual, com destaque para os setores de *Serviços* (+22 mil) e *Administração Pública, Educação e Saúde* (+43 mil).

- Nos *Serviços*, as *Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas* (+12,8 mil) e as *Atividades Administrativas e Serviços Complementares* (+10,8 mil) registraram o maior aumento de ocupados no Estado.
- Já na *Administração Pública, Educação e Saúde*, o aumento do número de trabalhadores foi proveniente dos segmentos: *Administração Pública da Esfera Municipal* (+24,2 mil); na educação, destaca-se a atividade de *Pré-escola e Ensino Fundamental* (+8,9 mil); e no âmbito da saúde, o maior aumento de trabalhadores foi registrado nas *Atividades de Atendimento Hospitalar* (+9,3 mil).

Tabela 21. Maranhão: Número de Ocupados, segundo os Grupamentos de Atividade, de 2014 a 2017, em Mil Pessoas, Variação Absoluta'

Grupamentos de Atividade	4º trimestre		2016		2017		Var. Absoluta (c-b)	Var. Absoluta (c-a)
	2014	2015	III Tri	IV Tri (a)	III Tri (b)	IV Tri (c)		
Total	2.627	2.630	2.368	2.364	2.374	2.346	-28	-18

Agropecuária	658	676	469	477	445	416	-29	-61
Indústria	178	156	157	145	155	141	-14	-4
Indústria de Transformação	146	126	126	116	119	110	-9	-6
Construção	256	269	231	237	211	227	16	-10
Comércio, reparação de veículos	548	533	510	547	535	540	5	-7
Serviços exclusive APU, ed. e saúde	545	554	562	549	565	571	6	22
Transp., armazenagem e correio	92	91	98	93	91	94	3	1
Alojamento e alimentação	86	103	115	119	121	118	-3	-1
Inf., com., ativ. finan., imob. e adm.	122	104	103	92	109	114	5	22
Outros serviços	86	97	104	97	97	97	0	0
Serviços domésticos	159	159	142	148	147	148	1	0
Adm. pública, educação e saúde	440	440	439	409	464	452	-12	43
Atividades mal definidas	1	1	0	0	0	0	0	0

Fonte: PNAD Contínua Trimestral/IBGE. *O IV Tri consiste no total de ocupados do ano.

A (Tabela 22) ilustra a distribuição do número de ocupados, segundo a *Posição na Ocupação* e *Categorias de Emprego* no Maranhão. No país, há um comportamento de queda no emprego celetista privado comparando-se o quarto trimestre de 2017 ao mesmo período de 2016, enquanto que no estadual, a categoria registra 5,5% de crescimento no mesmo período. No Maranhão, os segmentos dos *Empregados Sem Carteira* (+16,5%) *Empregado no Setor Público* (+11,2%) foram os que registraram maior crescimento na comparação com o quarto trimestre de 2016. Em contraponto, os grupos que mais caíram foram os trabalhadores na condição de *Conta Própria* (-16,5%) e *Trabalhador Auxiliar* (-13,9%).

Tabela 22. Maranhão: Ocupados por Posições na Ocupação, Categorias de Emprego e Taxa de Crescimento (%) de 2014 a 2017

Posição na ocupação	2014	2015	2016 (a)	2017		V. abs. (b-a)	Tx. Crec. b/a
				3º Tri	4º Tri (b)		
Total	92.875	92.245	90.262	91.297	92.108	1.846	2,0
Empregado no setor privado com carteira ¹	36.506	35.403	34.005	33.300	33.321	-684	-2,0
Empregado sem carteira ²	12.791	12.294	12.559	13.378	13.605	1.046	8,3
Trabalhador doméstico	5.981	6.278	6.108	6.177	6.370	262	4,3
Empregado no setor público ³	9.300	9.065	9.209	9.022	8.981	-228	-2,5
Empregador	3.941	3.956	4.146	4.245	4.409	263	6,3
Conta própria	21.765	22.913	22.129	22.911	23.198	1.069	4,8
Trabalhador familiar auxiliar	2.591	2.336	2.107	2.264	2.223	116	5,5
Posição na ocupação	2014	2015	2016 (a)	3º Tri	4º Tri (b)	V. abs. (b-a)	Tx. Crec. b/a
Total	2.627	2.630	2.364	2.374	2.346	-18	-0,8
Empregado no setor privado com carteira ¹	485	432	403	428	425	22	5,5
Empregado sem carteira ²	472	501	503	571	586	83	16,5
Trabalhador doméstico	159	157	147	146	147	0	0,0
Empregado no setor público ³	238	235	215	230	239	24	11,2
Empregador	47	37	56	66	79	23	41,1
Conta própria	1.073	1.128	931	821	777	-154	-16,5
Trabalhador familiar auxiliar	153	141	108	112	93	-15	-13,9

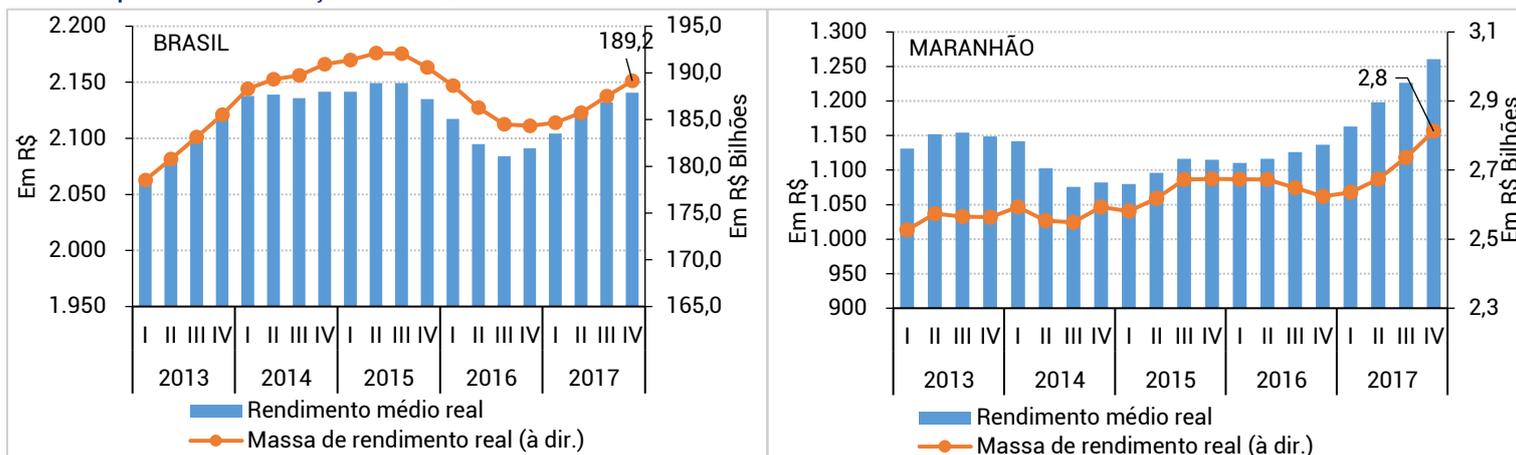
Fonte: PNAD Contínua Trimestral/IBGE. ¹Exclusive trabalhadores domésticos; ²Dos setores Público e Privado, exclusive trabalhadores domésticos; ³Inclusive servidor estatutário e militar.

A abertura por microdados da PNAD Contínua Trimestral, revela que houve mobilização de trabalhadores sem carteira ligadas as atividades de *Construção de Edifícios* (+22,1 mil) e da *Administração Pública e Regulação da Política Econômica e Social - Municipal* (+16,3 mil). Já na categoria *Empregado no Setor Público*, observou-se que houve elevação significativa no número de trabalhadores ligados as *Atividades de Atendimento Hospitalar* (+12,2 mil).

No âmbito da categoria dos *Conta Própria*, a redução de ocupados foram provenientes das atividades *Agropecuárias*, com destaque para o *Cultivo de Mandioca* (-35,1 mil) e *Pecuária* (-19 mil). Os trabalhadores dessa categoria ligados ao setor da *Construção* também apresentaram redução, com destaque para o segmento de *Construção de Edifícios* (-39 mil).

Em relação aos *Rendimentos Reais da População Ocupada*, o Maranhão obteve aumento expressivo de 10,9% em 2017, na comparação interanual, bem superior ao observado no país (2,4%). A *Massa de Rendimentos Reais* atingiu o maior valor da série, ao registrar o montante estimado de R\$ 2,871 bilhões. Dessa forma, houve aumento de 4,2% contra o trimestre anterior e de 9,5% na comparação interanual.

Gráfico 24. Brasil e Maranhão: Rendimento Médio Real (em R\$) de Todos os Trabalhos e Massa Real de Rendimentos (R\$ bilhões), Média Móvel de 4 Trimestres - Do 1º tri/2013 ao 4º tri/2017, inflacionados pelo IPCA a Preços de nov/17



Fonte: PNAD Contínua Trimestral/IBGE.

A desagregação dos dados mostra que: i) atividades que possuem peso significativo na massa de rendimentos registraram crescimento expressivo, ao passo que as atividades que mais registraram decréscimo na massa de rendimentos têm peso menor do que a metade do primeiro grupo. Isto implicou no resultado positivo na massa de rendimentos.

O fato de que houve queda de 18 mil ocupados na comparação interanual acompanhada de ganho de R\$ 306,9 milhões na massa de rendimentos ocorreu por que segmentos com peso significativo na ocupação e com queda do número de ocupados, como a *Construção de Edifícios*, o *Cultivo de Mandioca* e *Comércio de Artigos de Vestuário* assumem participações mais singelas no peso da massa de rendimentos do Estado. A atividade que liderou o ganho na massa de rendimentos na comparação interanual foi a *Atividade de Atendimento Hospitalar* (+R\$ 69,9 milhões).

3.4. Finanças Públicas

3.4.1. Receitas Estaduais

Decréscimo das Transferências Correntes ao Estado acarretou em menor arrecadação em 2017 (-3,7%), em compensação, permanece o bom desempenho da arrecadação própria.

A *Arrecadação Total* do Maranhão, em 2017, atingiu R\$ 16,5 bilhões, R\$ 640,9 milhões abaixo do apurado em 2016 quando as receitas totalizaram R\$ 17,1 bilhões, recuo em termos reais de 3,7%. Foi determinante para esse resultado o decréscimo do montante em Receitas Correntes, que refletiu a menor arrecadação dos seguintes componentes: *Transferências Correntes* (R\$ -682,6 milhões), *Receitas de Contribuições* (R\$ -70,1 milhões) e *Receita Patrimonial* (R\$ -62 milhões).

O montante transferido em *Fundo de Participação dos Estados-FPE*, em 2016, se constituiu como base forte de comparação visto a entrada dos valores do *Programa de Repatriação* naquele ano, fator não recorrente em 2017. Desconsiderando o montante proveniente da repatriação, ainda assim o total transferido em 2017 seria menor que o efetuado no ano anterior, o que implica em diminuição do *Nível de Dependência* do Estado, que passou de 52,2% em 2016 para 50,1% em 2017.

Em compensação, a *Arrecadação Própria* em relação à *Receita Corrente* total passou de 43,6% em 2016 para 46,4% em 2017, dinâmica favorável à estrutura arrecadatória do Estado. Todos os

componentes da *Receita Tributária* registraram crescimento real: ICMS +2,1%, IPVA +7,8%, IR +1,2% e taxas +8,0%, refletido na elevação de R\$ 185,5 milhões do agregado.

- A menor arrecadação de IPVA no comparativo entre jan/18 e jan/17 pode ser em parte atribuída à menor taxa de veículos novos registrada nesse período: foram 3.028 carros novos em 2017, contra 1.222 em 2018, queda de 59,6%, segundo dados do DETRAN/MA.
- O aumento de R\$ 68,7 milhões da *Receita Patrimonial* no comparativo intermensual reflete o crescimento de *Receitas de Valores Imobiliários*, com destaque a *Participações* (+24,0%) e *Remuneração de Depósitos Bancários* (+7,7%).

Tabela 23. Maranhão: Receitas do Estado a Valores Constantes (R\$ Milhões, corrigidos pelo IPCA até jan/18), Crescimento (%), Variação Absoluta, Percentual de Transferências Correntes/Receita Total, Receita Tributária/Receita Total e ICMS/Receitas Tributárias – 2016 e 2017, jan/17 e jan/18

DESCRIÇÃO	Acum. do Ano		Janeiro		Crescimento (%)		Var. Absoluta	
	2016	2017	2017	2018	2017/ 2016	jan18/ jan17	2017- 2016	jan18- jan17
TOTAL GERAL	17.144,7	16.503,8	1.226,3	1.388,6	-3,7	13,2	-640,9	162,3
Receitas Correntes	18.005,7	17.451,1	1.344,0	1.466,1	-3,1	9,1	-554,6	122,1
RECEITA TRIBUTÁRIA	7.470,6	7.656,2	560,9	609,3	2,5	8,6	185,6	48,4
ICMS	6.241,9	6.370,0	502,7	544,8	2,1	8,4	128,1	42,2
IPVA	318,8	343,7	31,1	26,3	7,8	-15,5	24,9	-4,8
IR	600,8	607,9	1,3	3,2	1,2	150,1	7,1	1,9
TAXAS	296,2	320,1	24,8	34,4	8,0	38,7	23,8	9,6
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	599,9	529,8	20,6	24,0	-11,7	16,6	-70,1	3,4
RECEITA DE SERVIÇOS	278,7	313,2	23,8	25,5	12,4	7,1	34,5	1,7
RECEITA PATRIMONIAL	393,4	331,3	27,7	96,5	-15,8	247,7	-62,0	68,7
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.947,8	8.265,2	683,7	681,6	-7,6	-0,3	-682,6	-2,1
FPE	6.605,9	6.105,3	540,4	557,3	-7,6	3,1	-500,6	16,8
SAÚDE-SUS FUNDO A FUNDO	425,1	432,7	46,6	28,6	1,8	-38,6	7,6	-18,0
FUNDEB	1.437,6	1.318,5	60,5	61,0	-8,3	0,7	-119,0	0,4
Outras Transferências Correntes	479,2	408,7	36,2	34,8	-14,7	-3,9	-70,6	-1,4
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	315,3	355,4	27,3	29,2	12,7	7,2	40,0	2,0
Intra-Orçamentárias	616,9	623,2	41,2	46,4	1,0	12,7	6,3	5,2
Receitas de Capital	805,3	640,0	26,9	71,7	-20,5	166,2	-165,3	44,8
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	590,2	458,0	23,2	71,7	-22,4	208,6	-132,2	48,5
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	99,5	20,3	2,1	0,0	-79,6	-100,0	-79,2	-2,1
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	114,1	160,3	1,4	0,0	40,4	-100,0	46,1	-1,4
Deduções da Receita	-2.283,2	-2.210,6	-185,8	-195,7	-3,2	5,3	72,6	-9,9
Nível de Dependência ¹ (%)	52,2	50,1	55,8	49,1	-	-	-	-
Receita Tributária/Receita Total (%)	43,6	46,4	45,7	43,9	-	-	-	-
ICMS/Receitas Tributárias (%)	83,6	83,2	89,6	89,4	-	-	-	-

Fonte: SEPLAN/MA. ¹Transferências Correntes/Receita Total. Obs.: Todas as fontes.

- O valor estimado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) em 2018 é de R\$ 1,308 bilhões, que se realmente concretizados significará crescimento nominal de 0,9% em relação ao repassado em 2017. Contudo, a Confederação Nacional de Municípios (CNM), considera tal expectativa irreal devido à crise fiscal e ao lento ritmo de retomada da economia que a *Confederação* estima que persista ao longo de 2018.

A retração dos investimentos federais levado a cabo em 2017 ocasionou o decréscimo das *Transferências da União*, notadamente a redução de R\$ 79 milhões do Programa de Aceleração do Investimento (PAC), cujo montante em 2017 totalizou R\$ 18 milhões contra R\$ 85,5 milhões em 2016. Tal convênio foi substituído pelo *Programa Avançar* anunciado no valor de R\$ 42 bilhões, porém, ainda não foi divulgada a parcela destinada para cada Estado.

A *Tabela 24* mostra a abertura do ICMS por *Setor Econômico* e *Grupo de Atividade*. Nota-se que o desempenho da arrecadação do tributo, foi afetado positivamente pelo *Setor Secundário* (R\$ +40

milhões, +1,6%) que compõe o setor de maior peso dentro da arrecadação total. As contribuições mais expressivas foram dos grupos de atividade econômica de *Indústria de Transformação* e de *Outras Indústrias*, que compensaram as menores arrecadações de *Combustível*, *Energia Elétrica* e *Indústria Extrativista*.

A cobrança do imposto com *Combustíveis* é a que mais arrecada ICMS no Estado e, entre 2016 e 2017, obteve o pior saldo negativo no *Setor Secundário* em razão da atividade *Fabricação de Produtos de Refino de Petróleo* (R\$ -772,7 milhões). Na contramão, tiveram bom desempenho *Comércio Atacadista de Alcool Carburante, Biodiesel, Gasolina e demais Derivados de Petróleo, exceto Lubrificantes, não Realizado por Transportador Retalhista (TRR)* (R\$ +730 milhões) e *Fabricação de Alcool* (R\$ +9,0 milhões). Neste período, houve aumento do preço médio da gasolina e do etanol tanto para a distribuidora quanto para o consumidor final.

Tabela 24. Maranhão: Arrecadação de ICMS por Setor de Atividade Econômica: Valores Constantes em R\$ Milhões (IPCA até jan/17), Participação %, Crescimento e Variação Absoluta - 2016, 2017, jan/17 e jan/18

Setor Econômico	Grupo de Atividade Econômica	2016 (a)	2017 (b)	Janeiro		Participação				Cresc (%)		Var. Absoluta	
				2017 (c)	2018 (d)	(a)	(b)	(c)	(d)	(b)/(a)	(d)/(c)	(b)-(a)	(d)-(c)
PRIMÁRIO	Agricultura	7,3	11,4	0,6	1,0	0,1	0,2	0,1	0,2	55,2	68,1	4,1	0,4
	Pecuária	33,8	38,1	2,9	2,3	0,5	0,5	0,5	0,4	12,7	-21,4	4,3	-0,6
	Pesca/Aqui	0,5	1,0	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	98,2	-9,8	0,5	0,0
	Prod. Florestal	6,2	6,6	1,0	0,1	0,1	0,1	0,2	0,0	6,0	-90,4	0,4	-0,9
	Primário	47,9	57,1	4,6	3,5	0,7	0,8	0,8	0,0	19,2	-24,4	9,2	-1,1
SECUNDÁRIO	Combustível	1.697,2	1.661,5	95,9	117,1	23,5	22,9	16,1	21,5	-2,1	22,1	-35,7	21,2
	Energia Elétrica	28,9	11,9	1,2	1,1	0,4	0,2	0,2	0,2	-58,9	-2,9	-17,0	0,0
	Ind. Transf.	834,2	929,4	83,7	93,0	11,5	12,8	14,1	17,1	11,4	11,1	95,1	9,3
	Ind. Extr.	13,3	10,6	0,7	0,9	0,2	0,1	0,1	0,2	-20,3	23,6	-2,7	0,2
	Ind. Outras	0,7	1,2	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	62,2	25,5	0,5	0,0
Secundário	2.574,4	2.614,5	181,5	212,2	35,6	36,1	30,6	39,0	1,6	16,9	40,1	30,6	
TERCIÁRIO	Combustível	482,1	255,0	15,0	13,5	6,7	3,5	2,5	2,5	-47,1	-9,7	-227,0	-1,5
	Com Atacadista	1.010,5	1.056,7	89,9	80,2	14,0	14,6	15,1	14,7	4,6	-10,8	46,1	-9,8
	Com Varejista	877,0	960,3	97,6	106,2	12,1	13,3	16,4	19,5	9,5	8,8	83,3	8,6
	Energia elétrica	588,6	699,3	54,6	70,7	8,1	9,6	9,2	13,0	18,8	29,5	110,7	16,1
	Outros serviços	74,2	80,6	6,2	7,2	1,0	1,1	1,0	1,3	8,7	16,1	6,4	1,0
	Comunicação	480,5	414,0	39,4	32,4	6,6	5,7	6,6	6,0	-13,8	-17,8	-66,5	-7,0
	Transporte	236,6	221,8	17,0	18,2	3,3	3,1	2,9	3,3	-6,3	7,2	-14,9	1,2
	Terciário	3.749,5	3.687,6	319,7	328,4	51,8	50,9	53,8	60,4	-1,7	2,7	-61,9	8,6
Não classificados	862,9	887,8	88,1	0,0	11,9	12,3	14,8	0,0	2,9	-100,0	24,9	-88,1	
Total com não classificados	7.234,6	7.247,0	594,0	544,1	100,0	100,0	100,0	0,0	0,2	-8,4	12,3	-49,9	

Fonte: SEFAZ/MA.

Relativamente ao *Setor Primário*, este registrou o maior crescimento percentual (+19,2%, R\$ +9,2 milhões) visto que todos os grupos de atividades que o compõe obtiveram avanço em termos reais. A supersafra de grãos de 2017 favoreceu a arrecadação da atividade *Agricultura*, que fechou o ano com crescimento real de 55,2%, notadamente as atividades *Cultivo de Soja* (+65,7%, R\$ +2,4 milhões), *Cultivo de Arroz* (+50,2%, R\$ +520,2 mil) e *Cultivo de Milho* (+54,2%, R\$ +261,3 mil). Estima-se para 2018 novo recorde na produção graneleira, que conseqüentemente trará ganhos para a arrecadação do segmento.

- Já a *Pecuária*, segmento de maior peso no *Setor Primário*, as atividades que se destacaram foram *Criação de Bovinos para Corte* (+54,8%, R\$ +2,0 milhões) e *Criação de Frangos para Corte* (+4,9%, R\$ +1,3 milhões), proveniente do desempenho da cadeia avícola e do complexo bovino maranhense.

Ao fim de 2017, a apuração de ICMS no *Setor Terciário* foi R\$ 61,9 milhões menor que o registrado no ano anterior, confirmando-se o comportamento desfavorável do segmento observado durante o ano. Foi propício ao *Comércio Varejista* a menor inflação do ano combinado à variação positiva do volume de vendas do comércio, e assim a arrecadação desse grupo de atividade cresceu em termos reais 9,5% (R\$ +83,2 milhões), seguido de acréscimo na arrecadação também de *Comércio Atacadista* (+4,6%, R\$ 46,1 milhões).

Entretanto, os decréscimos em *Combustível, Serviços de Comunicação e Serviços de Transportes* se deram em maior proporção, puxados pelos componentes: *Comércio Atacadista de Álcool Carburante, Biodiesel, Gasolina e demais Derivados de Petróleo, exceto Lubrificantes, não Realizado por Transportador Retalhista (TRR)* (R\$ -283,8 milhões); *Telefonia Móvel Celular* (R\$ -52,6 milhões); *Serviços de Telefonia Fixa Comutada* (R\$ -23,7 milhões); *Transporte Ferroviário de Carga* (R\$ -32,3 milhões) e *Transporte Rodoviário Coletivo de Passageiros, com Itinerário Fixo, Interestadual* (R\$ -331,1 mil).

3.4.2. Despesas Estaduais

A concretização de um elevado patamar de investimentos do Estado prosseguiu em 2017, em contraponto à persistente elevação das Despesas Correntes.

A *Despesa Total* do Maranhão terminou 2017 com registro de crescimento real de 7,6% (R\$ +1,2 bilhões): os gastos foram de R\$ 18,1 bilhões contra R\$ 16,8 bilhões em 2016. O persistente crescimento das *Despesas Correntes* foi fator determinante desse aumento, tais dispêndios em 2017 se elevaram R\$ 879,8 milhões em relação ao ano anterior puxados por *Outras Despesas Correntes* (+7,8%, R\$+479,7 milhões) e *Pessoal e Encargos Sociais* (+5,2%, R\$ +431,3 milhões).

Foi o segundo ano seguido de alta das *Despesas de Capital*. No comparativo entre 2016 e 2015 houve avanço de 15,4%, enquanto na comparação entre 2017 e 2016 o avanço foi de 21,1%. Essa dinâmica foi determinada pelo crescimento, nesse período, do componente *Investimentos*: de R\$ 1,2 bilhões para R\$ 1,6 bilhões entre 2016 e 2017.

- O montante transferido aos municípios em 2017 foi R\$ 34,4 milhões acima do realizado no anterior, crescimento real igual a 2,0%. Outros itens das *Despesas Correntes* como *Locação de Mão-de-Obra* (R\$ +106,3 milhões) e *Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica* (R\$ +442 milhões) obtiveram variação absoluta positiva.

Tabela 25. Maranhão: Despesas do Estado a Valores Constantes (R\$ Milhões, corrigidos pelo IPCA), Crescimento (%) de 2016, 2017, jan/17 e jan/18

DESCRIÇÃO	2016	2017	jan/17	jan/18	Crescimento (%)		Var. Absoluta	
					2017/2016	jan18/jan17	2017-2016	Jan18-Jan17
TOTAL GERAL	16.811,9	18.089,5	1.108,3	1.158,6	7,6	4,5	1.277,6	50,3
DESPESAS CORRENTES	14.924,5	15.804,3	931,1	1.024,4	5,9	10,0	879,8	93,3
Pessoal e Encargos Sociais	8.324,9	8.756,2	617,9	486,9	5,2	-21,2	431,3	-131,0
Juros e Encargos da Dívida	417,0	385,9	84,9	72,3	-7,5	-14,9	-31,2	-12,7
Outras Despesas Correntes	6.182,5	6.662,2	228,3	465,3	7,8	103,8	479,7	236,9
DESPESAS DE CAPITAL	1.887,4	2.285,2	177,1	134,1	21,1	-24,3	397,8	-43,0
Investimentos	1.286,6	1.650,1	22,8	0,7	28,3	-97,1	363,5	-22,2
Amortização da Dívida	587,6	576,7	154,3	133,5	-1,8	-13,5	-10,9	-20,8
Inversões Financeiras	13,2	58,4	0,0	0,0	340,8	0,0	45,1	0,0
Serviço da Dívida¹	1.004,6	962,6	239,2	205,8	-4,2	-14,0	-42,0	-33,5

Fonte: SEPLAN/MA. ¹Juros e Encargos da Dívida + Amortização da Dívida.

A análise dos dados da Tabela 25 mostra que o maior dispêndio com *Despesas Correntes* (+10,0%) entre jan/18 e jan/17 compensou parcialmente a queda *Despesas de Capital* (-24,3%) de forma que o agregado cresceu em termos reais 4,5%. O pagamento do *Serviço da Dívida*, seguiu a tendência de recuo apresentada ao longo do ano. A parcela de maior grandeza, *Amortização da Dívida*, e *Juros e Encargos da Dívida* foi R\$ 10,9 milhões e R\$ 31,2 milhões menores que as dispendidas em 2016, respectivamente, comprovando a combinação benéfica entre retração do *Serviço da Dívida* e dinamização dos *Investimentos*.

Até o momento, o Governo do Maranhão estima R\$ 1 bilhão em investimentos para 2018 para consolidação de projetos na área de saúde, educação, infraestrutura e segurança pública. Dado a redução dos gastos federais, fruto da crise institucional nacional, fica ainda evidente a importância da

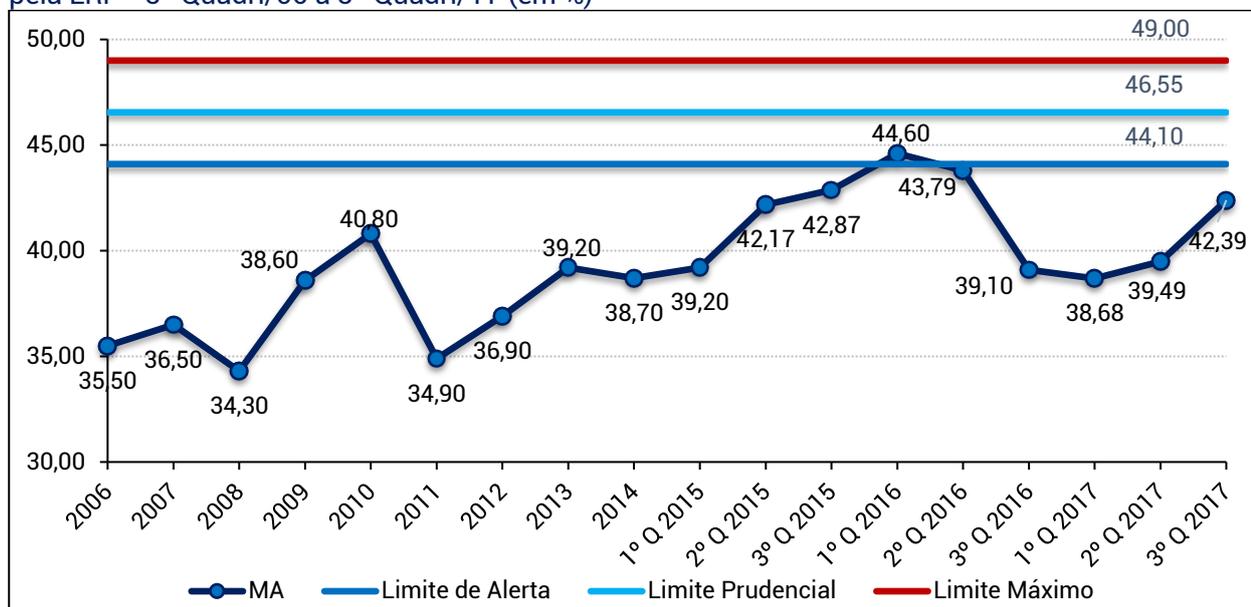
continuidade da solidez da arrecadação própria para arcar com os custos e dar mais espaço para ampliação dos projetos de investimento.

3.4.3. Responsabilidade Fiscal

Patamar do endividamento do Estado ainda é sustentável, mas relação DCL/RCL avança no último trimestre de 2017.

A relação *Despesa Total com Pessoal* em relação à *Receita Corrente Líquida* (DTP/RCL) do Maranhão atingiu 42,39% ao fim de 2017, avanço de 3,29 p. p. em relação ao ano anterior, quando esta relação ficou em 39,1%. Esse crescimento se deu em razão do aumento das *Despesas Líquidas com Pessoal*, que totalizaram R\$ 4,5 bilhões em 2016 e R\$ 5,3 bilhões em 2017, crescimento percentual igual a 9,0%, resultado do aumento de contratações que ocorreram, predominantemente, na área da saúde e educação, com aumento do contingente de professores, de forma que tanto as despesas com pessoal ativo como inativo e pensionistas pressionaram o gasto bruto com pessoal. Ao mesmo tempo, a *Receita Corrente Líquida* cresceu em patamar inferior, apenas 0,2%.

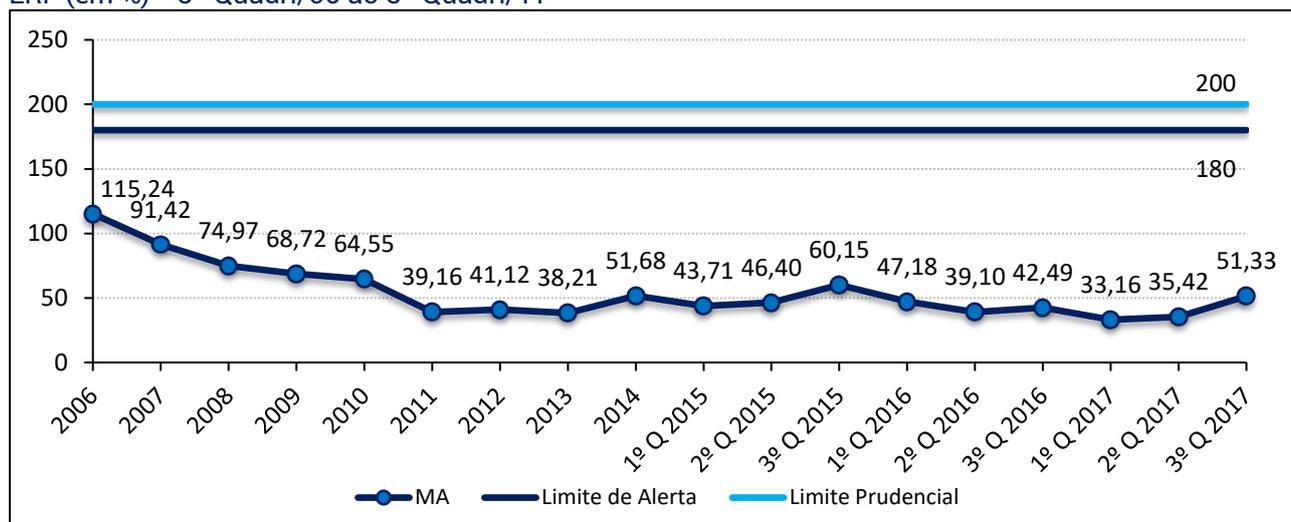
Gráfico 25. Maranhão: Despesas Total com Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida e Limites pela LRF - 3º Quadri/06 a 3º Quadri/17 (em %)



Fonte: STN.

Quanto ao endividamento, o Gráfico 26 mostra que houve aumento da *Dívida Consolidada Líquida* em relação à *Receita Corrente Líquida* que alcançou 51,33% em 2017, depois de recuo entre 2016 e 2015 de 17,66 pontos percentuais. No entanto, o patamar de DCL/RCL alcançado pelo Estado ainda se mantém distante do *Limite de Alerta* e do *Limite Prudencial* indicado pela Lei de Responsabilidade (LRF), e menor que a média de todos os Estados (Gráfico 27), o que implica em disponibilidade de espaço fiscal para aumentar para a contratação de créditos e continuar a ampliação de investimentos.

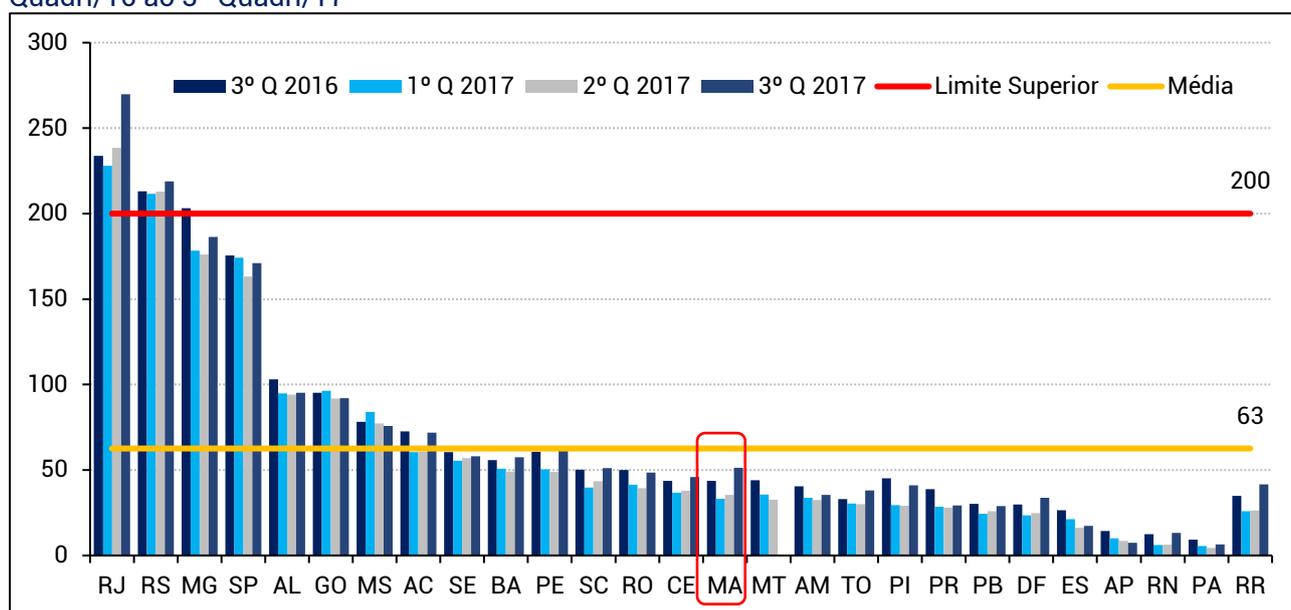
Gráfico 26. Maranhão: Dívida Consolidada Líquida em relação à Receita Corrente Líquida e Limites da LRF (em %) - 3º Quadri/06 ao 3º Quadri/17



Fonte: STN.

Em comparação com as demais Unidades da Federação, o Maranhão apresentou a 15º menor *Relação DCL/RCL*, no fim de 2016 o Estado tinha ocupado a 11º colocação. Mesmo com a ampliação dos investimentos em 2017, como já dito, o patamar de endividamento ainda é sustentável, cenário bem distinto do que outras Unidades da Federação passam: Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul permanecem com o nível de endividamento acima do *Limite Superior*.

Gráfico 27. Brasil: Dívida Consolidada Líquida em relação à Receita Consolidada Líquida (em %) - 3º Quadri/16 ao 3º Quadri/17



Fonte: STN.

Ressalta-se a importância da estratégia de fortalecimento da arrecadação própria de forma a minimizar o decréscimo dos valores transferidos pela união, para o seguimento dos investimentos no Estado.